



**CIP**

CONFEDERAÇÃO  
EMPRESARIAL  
DE PORTUGAL

# RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ECONOMIA

**4º TRIMESTRE 2012**

**FEVEREIRO DE 2013**





# S U M Á R I O

## DESTAQUE

.....	2
-------	---

## OPINIÃO

.....	5
-------	---

## ECONOMIA INTERNACIONAL

1. União Europeia / Zona do Euro	7
2. Estados Unidos da América	18
3. Economias Emergentes: Angola, Brasil, China e Índia	24
4. Mercados e Organizações Internacionais	26

## ECONOMIA NACIONAL

1. Envolvente Política, Social e Económica	37
2. Economia Monetária e Financeira	66
3. Economia Real	70
Anexo A - Nota sobre o relatório do FMI:	87
Anexo B - Nota sobre documento de suporte às consultas do FMI:	92

## Economia Internacional

(...) a efetivação [da supervisão bancária única] foi adiada para 1 de março de 2014  
(...) (pág. 9)

(...) a Diretora-geral do FMI, Christine Lagarde, apelou ao governo alemão para que desacelere o processo de consolidação orçamental (...) (pág. 10)

(...) o Conselho Europeu autorizou, por maioria qualificada, a adoção de um imposto sobre transações financeiras em 11 estados-membros da UE (...) (pág. 11)

A Comissão Europeia [reduziu] as previsões do PIB da zona euro para variações reais de -0.6% em 2012 e -0.3% em 2013 (...) (pág. 14)

(...) a Reserva Federal anunciou um reforço do seu programa de compra de ativos  
(...) para suportar uma retoma económica mais forte e uma melhoria mais sustentada do emprego. (pág. 19)

O anúncio formal da Parceria Transatlântica (...) foi apresentado num breve comunicado conjunto do Presidente Obama e dos líderes europeus (...) (pág. 21)

No mercado cambial, o euro registou uma forte apreciação face às principais moedas entre o final de novembro e janeiro (...). Já em fevereiro, a cotação diária do euro corrigiu gradualmente em baixa ao longo do mês (...) (pág. 27)

O desempenho do índice de referência europeu Euronext-100 no final de 2012 e início de 2013 (...) foi bastante favorável (...) (pág. 29)

A melhoria da conjuntura global determinou uma subida das cotações das matérias-primas no final de 2012 e início de 2013. (pág. 30)

(...) em fevereiro, o preço diário do *brent* continuou em alta até meados do mês (...), mas depois recuou até perto do final do mês (...) (pág. 32)

(...) o FMI reviu em baixa as previsões de crescimento da economia mundial (...) (pág. 33)

---

## **Economia Nacional**

(...) o Governo aprovou, em Conselho de Ministros, uma resolução que seleciona a Vinci Concessions SAS como a proposta vencedora para a aquisição de 95% das ações do capital social da ANA (...) (pág. 38)

(...) o Ministro de Estado e das Finanças solicitou a extensão dos prazos de maturidade dos empréstimos europeus a Portugal, de modo a facilitar o regresso aos mercados (...) (pág. 40)

(...) Portugal realizou a primeira emissão de obrigações do Tesouro desde o início do PAEF (...) (pág. 40)

(...) foram assinados os contratos de financiamento público dos três fundos Revitalizar (...) (pág. 41)

(...) o comboio de alta velocidade (TGV) está cancelado de forma irreversível (...) (pág. 41)

(...) a Assembleia da República aprovou a proposta de alteração à Lei de Enquadramento Orçamental (...) (pág. 42, ver também pág. 46)

Após o acordo alcançado pelos Chefes de Estado e de Governo da União Europeia sobre o quadro orçamental plurianual para 2014-2020, o Primeiro-Ministro de Portugal manifestou satisfação (...) (pág. 42)

As previsões económicas de Inverno da Comissão Europeia (...) reviram em baixa a estimativa de variação real do PIB nacional para -3.2% em 2012 e -1.9% em 2013 (...) (pág. 43/44)

(...) o défice provisório das administrações públicas relevante para efeitos de aferição do PAEF ascendeu a 8.328.8 m.e (abaixo do limite estabelecido de 9.028 m.e.) (...) (pág. 48)

(...) a Comissão de Reforma do IRC vai propor ao Ministro das Finanças medidas de incentivo ao investimento com efeitos imediatos, com destaque para uma proposta de dedução à coleta de IRC em função dos lucros reinvestidos. (pág. 50)

(...) a Lei n.º 11/2013, de 28/01 estabelece, para o ano de 2013, um regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de férias (...) (pág. 54)

(...) o Governo criou a medida de Apoio à Contratação de Desempregados Via Reembolso da Taxa Social Única. (pág. 55)

O Governo (...) alterou o regime jurídico do trabalho portuário (...) (pág. 58)

[Foi criada] no âmbito do Programa Estratégico+E+I, a Iniciativa +Empresas (...) (pág. 58)

O Governo reduziu para 30 dias o prazo limite de pagamento relativo a fornecimento de bens alimentares quando o credor for uma micro ou pequena empresa. (pág. 61)

Em dezembro de 2012, a taxa de variação homóloga dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro às sociedades não financeiras foi de -7.2% (-9.9% no que respeita às PME) (...) (pág. 66)

A descida das *yields* médias nacionais acentuou-se em janeiro (...). Já em fevereiro, a tensão política em Espanha e o impasse político em Itália (...) conduziram a uma subida das *yields* (...) (pág. 68)

A subida do PSI-20 acentuou-se em janeiro de 2013 (...). Já em fevereiro, o PSI-20 corrigiu 3.2% em baixa (...) mas continuou a registar um ganho significativo desde o início do ano (6.1%). (pág. 70)

(...) a descida homóloga em volume do PIB foi-se agravando ao longo do 2012, atingindo 3.8% no quarto trimestre (...) (pág. 71)

Dados mais recentes apontam para um menor ritmo de quebra da atividade no início de 2013. (pág. 72)

A redução do desequilíbrio comercial atenuou-se no quarto trimestre (...), devido ao abrandamento das exportações (...) (pág. 74)

A taxa de desemprego nacional agravou-se para um novo máximo histórico de 16.9% no quarto trimestre de 2012 (...) (pág. 79)

(...) em janeiro de 2013, a taxa de inflação homóloga medida pelo IPC recuou bruscamente para um mínimo de três anos (...) (pág. 82)

O indicador de competitividade-custo para a economia portuguesa (...) continuou a melhorar significativamente no terceiro trimestre de 2012 (...) (pág. 83)

O saldo da balança de bens e serviços apresentou um excedente de 111 m.e. em 2012 (...) (pág. 84)

## **TGV, MERCADORIAS E COMPETITIVIDADE**

Grassa grande confusão sobre esta matéria, chegando alguns a falarem num TGV de mercadorias! É preciso perceber que um TGV não é uma linha, é o modelo francês de comboios de alta velocidade e não faz sentido haver mercadorias a alta velocidade, uma aberração inexistente em qualquer outro País, dados os custos que implicaria no material circulante e nas linhas. Mas pode é haver na mesma linha, com horários diferentes, comboios de passageiros e comboios de mercadorias.

O modo rodoviário para o transporte de mercadorias de longo curso está na Europa esgotado por razões ambientais e energéticas. Então, as nossas mercadorias de e para a Europa precisam de passar para os modos ferroviário e marítimo.

Acontece é que a nossa bitola (distância entre carris) ibérica é mais larga (23 cm) do que a da restante Europa Ocidental, pelo que convirá que possamos ligar os nossos portos e a nossa capacidade industrial a toda a Europa através duma rede de bitola europeia, desde que os espanhóis assegurem a sua continuidade até França, no que já estão a trabalhar há alguns anos. Continuarmos na bitola ibérica significa transbordos das mercadorias da bitola ibérica para a europeia na fronteira, com todos os inconvenientes para a competitividade das nossas empresas, pois que esta se joga também na redução dos custos de transação.

Então, o que estava mal no projeto do Governo Sócrates era a construção duma linha de bitola ibérica de Sines até Badajoz. Se os Espanhóis, como se espera, assegurarem a ligação a França, convirá então fazê-la em bitola europeia.

Por outro lado, o atual governo precipitou-se ao acabar com o troço Caia-Poceirão, que tinha pequena participação nacional e que já estava adjudicada.

Então, o que a CIP propôs em devido tempo em Conferência de Imprensa era:

- investir no troço Poceirão-Caia e colocar um 3º carril dentro da atual bitola ibérica do troço Poceirão-Pinhal Novo. Com isto, a bitola europeia chegava a Pinhal Novo sem grandes investimentos, pois até já está eletrificada!

- investir em linhas de bitola europeia para ligar o Poceirão a Sines e ao porto de Setúbal e à Mitrena (Portucel) e para ligar o Pinhal Novo ao Barreiro e à Auto Europa.

- em Pinhal Novo, o comboio de alta velocidade vindo de Madrid, ajustar-se-ia automaticamente à bitola ibérica ao passar por um “intercambiador” e vinha pela atual linha e ponte 25 de Abril até Lisboa, parando em Entrecampos, que é central. Até se podia concessionar este serviço aos espanhóis, que dispõem de grande quantidade destes comboios e aguardam lançar em 2015 novos e ainda melhores comboios deste tipo!

Nesta solução, o troço Poceirão-Caia era para tráfego misto, Alta Velocidade e comboios de mercadorias, e só se investia em linhas de bitola europeia em nome das mercadorias mas não se deixava de respeitar os compromissos com Espanha no que toca ao dito “TGV”. Por outro lado, compreensivelmente, há quem alegue que esta ligação de mercadoria em bitola europeia devia começar pelo Norte e Centro, ligando os portos de Aveiro a Leixões e as empresas através de Vilar Formoso até à fronteira francesa, sem passar por Madrid. Tal fará todo o sentido, só que ainda não há projeto feito. Contudo, está contemplado no orçamento comunitário 2014-2020, integrado no chamado Corredor Atlântico. Urge então aproveitar o que já está feito ou em andamento, e convém recordar que a solução do Sul servirá desde já grandes exportadores como a AutoEuropa e a Portucel e potenciará o porto de Sines, e os tráfegos internacionais por ele gerados!

LUÍS MIRA AMARAL

Engenheiro e Economista



## 1. União Europeia / Zona do Euro

### 1.1. Envolvente Política, Social e Económica

#### 1.1.1. Política Monetária

#### Indicadores monetários e financeiros – zona do euro

	12: I	12: II	12: III	12: III	Set-12	Out-12	Nov-12	Dez-12	Jan-13
Agregado Monetário M3 <sup>(1)</sup>	2.7	3.0	3.0	3.7	3.0	3.1	3.4	3.7	3.5
Taxas de Juro Mercado Monetário									
- taxa <i>overnight</i>	0.37	0.34	0.13	0.08	0.10	0.09	0.08	0.07	0.07
- Euribor a 3 meses	1.04	0.69	0.36	0.20	0.25	0.21	0.19	0.19	0.20
Yields Obrig. Estado a 10 anos <sup>(2)</sup>	2.62	2.23	1.91	1.82	1.94	1.95	1.80	1.72	2.02
Taxas de Juro Bancárias									
- Depósitos a prazo até 1 ano	2.91	2.73	2.75	2.73	2.80	2.74	2.73	2.71	-
- Emprést. de 3 a 12 meses a empresas <sup>(3)</sup>	5.26	5.08	4.96	4.72	4.75	4.89	4.82	4.46	-

Fonte: Banco Central Europeu; valores médios do período, em percentagem;

<sup>(1)</sup> Taxa de variação homóloga (tvh) em média móvel de três meses, em percentagem. Valores corrigidos de todas as detenções de instrumentos negociáveis por agentes residentes fora da área do euro.

<sup>(2)</sup> Obrigações com notação AAA.

<sup>(3)</sup> Taxas de juro para empréstimos a taxa variável até 0.25 milhões de euros.

**Nas reuniões de política monetária de 6 de dezembro, 10 de janeiro e 7 de fevereiro, o Banco Central Europeu (BCE) manteve as suas taxas diretoras inalteradas em mínimos históricos (0.75%, no caso da taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento), num contexto de reduzidas pressões inflacionistas em face do enfraquecimento da atividade económica.**

Nas reuniões de dezembro e janeiro, o Presidente do BCE, Mario Draghi, afirmou que, **apesar da estabilização e retoma da confiança nos mercados financeiros, a melhoria das condições financeiras ainda não chegou à economia real, algo que espera venha a suceder na segunda metade de 2013.**

Na reunião de fevereiro, **apesar dos riscos para a atividade continuarem a ser predominantemente descendentes, o BCE salientou a melhoria da liquidez dos bancos e da confiança nos mercados financeiros**, comprovada pelo pagamento

antecipado de parte da primeira ronda de empréstimos a 3 anos (quase 30%), lançada em dezembro de 2011.

Na conferência de imprensa que se seguiu à reunião de fevereiro, **o Presidente do BCE mencionou que a recente apreciação do euro significa um retorno da confiança na moeda, e que a cotação do euro está atualmente próximo da média de longo prazo** tanto em termos nominais como reais. Draghi afirmou ainda que **o BCE irá vigiar atentamente a evolução cambial na sua apreciação do balanço dos riscos para a estabilidade de preços**, e lembrou que **o BCE não tem objetivo para a taxa de câmbio e é independente**, em resposta a uma questão sobre os apelos de responsáveis europeus (em particular do Presidente da França) para uma “política cambial mais proactiva”.

**No dia 14 de fevereiro, juntamente com o Boletim Mensal do BCE, foi divulgada uma revisão em baixa das previsões de crescimento económico da zona euro**, passando para 0% em 2013 e 1.1% em 2014 (face a valores de 0.3% e 1.3% nas anteriores projeções de dezembro).

### 1.1.2. Outra Envolvente

Destacam-se, abaixo, algumas notícias de **envolvente europeia** de dezembro de 2012 a fevereiro de 2013.

#### Dezembro de 2012

**No dia 1 de dezembro, a agência de notação Moody's retirou o *rating* máximo atribuído ao Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) e ao seu sucessor, o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE)**, após ter cortado também a classificação máxima da França, um dos principais países de suporte aos **fundos** de resgate. **A decisão poderá vir a aumentar os custos de financiamento dos programas de resgate se for seguida pelas outras agências de *rating*. Responsáveis europeus consideram que a decisão não abala a solidez dos dois fundos**, que continuam a receber o *rating* máximo das outras duas principais agências internacionais de notação (Fitch e Standard & Poor's), e discordaram do corte por não ter em conta “o quadro institucional excecionalmente forte do MEE nem a sua estrutura de capital e o compromisso político”.

**No dia 5, a Comissão Europeia apresentou**, em resposta a uma solicitação do Conselho e do Parlamento Europeu, **um pacote de medidas de promoção do**

.....

**emprego jovem** que deverão ser tidas em conta pelos estados-membros e pelos parceiros sociais. **Uma das recomendações é a introdução de uma “Garantia à Juventude”**, estabelecendo que todos os jovens até aos 25 anos de idade devem receber, no prazo de 4 meses após a saída do sistema de educação formal ou da entrada numa situação de desemprego, uma das seguintes propostas: uma oferta de emprego de qualidade, educação continuada, uma aprendizagem ou um estágio.

**Nos dias 13 e 14 de dezembro realizou-se mais um Conselho Europeu. As conclusões** destacaram o **acordo quanto a um roteiro para a finalização da UEM, baseado num reforço da integração e da solidariedade**. Este processo irá iniciar-se com a conclusão e implementação do **novo sistema de governação económica** (“six-pack”, Tratado de Estabilidade, Coordenação e Governação e “two-pack”) e a **adoção de um Mecanismo de Supervisão Bancária Única** a par com as propostas de novas regras sobre resolução e garantias de depósitos.

**No que se refere ao acordo para a supervisão bancária única do BCE, o resultado mais visível da Cimeira, a efetivação foi adiada para 1 de março de 2014, e será exercida de forma direta sobre 200 bancos europeus** com ativos acima de 30 mil m.e. ou 20% do PIB do país (a CGD, o BCP, o BES, o BPI, o Santandertotta e o Banif, em Portugal) **e de forma indireta sobre os restantes 6000 bancos** dos países da UE interessados na supervisão (o Reino Unido, a Suécia e a República Checa, não pertencentes à zona euro, quiseram ficar de fora), mas com poder de intervenção imediata. Segundo o acordo, **até março de 2014, a recapitalização direta de um banco utilizando o Mecanismo Europeu de Estabilidade poderá ser feita após uma decisão unânime dos ministros das finanças do euro para que o BCE assuma uma inspeção direta da instituição**, faltando ainda definir as orientações a usar nessa tomada de decisão.

**Em relação ao aprofundamento da UEM, as conclusões da Cimeira deixaram de fora várias das propostas mais ambiciosas** do relatório final do Presidente do Conselho Europeu (elaborado em articulação com os presidentes da Comissão Europeia, do Eurogrupo e do BCE).<sup>1</sup> **As propostas de reforço da UEM incluídas nas conclusões serão analisadas no Conselho Europeu de junho de 2013, designadamente a coordenação das reformas nacionais, o reforço do diálogo com os parceiros sociais (dimensão social), a exequibilidade e modalidades dos contratos para a competitividade e o crescimento** (extensivos aos países da UE

---

<sup>1</sup> Do relatório destaca-se uma proposta não incorporada nas conclusões finais que tinha em vista a criação de um mecanismo de estabilização baseado na comparticipação comunitária do subsídio de desemprego (de curta duração) dos países em recessão, com impacto orçamental neutral ao longo do ciclo económico.

não membros da zona euro que queiram participar) e dos mecanismos de solidariedade associados, assim como as medidas para promover o aprofundamento e integridade do Mercado Único. Foi ainda reiterada a intenção de aumento da legitimidade democrática das decisões através do reforço da participação do Parlamento europeu e dos parlamentos nacionais.

No dia 18 de dezembro, a agência de notação Standard & Poor's subiu o *rating* da Grécia de “*default* seletivo” para B-, uma decisão justificada pelos esforços dos governos e dos parceiros europeus para a continuação do país na zona euro.

No dia seguinte, o BCE anunciou que vai voltar a aceitar dívida da Grécia como garantia para empréstimos.

No dia 20 de dezembro, a Comissão Europeia lançou uma consulta pública até 23 de março de 2013 sobre a exploração de combustíveis fósseis não convencionais na Europa, com destaque para o *shale gas* (gás de xisto), cuja extração tem crescido de forma acentuada nos EUA. A exploração de gás de xisto já está a mudar o cenário energético mundial, mas é controversa por causa dos riscos ambientais, dado que a exploração requer a injeção de água e produtos químicos sob alta pressão no subsolo.

No dia 26, o ministro da Economia de Espanha, Luís de Guindos, revelou que um eventual pedido de ajuda de Espanha, a ser necessário, passará por uma intervenção do BCE no mercado de dívida e não por um resgate como os da Grécia, Irlanda e Portugal. O ministro argumentou que “a Espanha não precisa de um resgate” mas sim que se “eliminam as incertezas sobre o euro”, objetivo que considera estar mais assegurado após os acordos sobre a Grécia, sobre a intervenção do BCE no mercado secundário de dívida e sobre uma supervisão bancária centralizada.

No mesmo dia, a Diretora-geral do FMI, Christine Lagarde, apelou ao governo alemão para que desacelere o processo de consolidação orçamental (não alcançar tão rapidamente a meta do défice zero, que está adiantada 3 anos), de forma a contrariar as consequências da crise no sul da Europa. Lagarde referiu ainda que, no futuro, o FMI poderá envolver-se apenas na supervisão dos programas de reforma dos países da Zona Euro, sem colaborar financeiramente.

No dia 27, o ministro das Finanças alemão, Wolfgang Schäuble, afirmou que o pior da crise da zona euro “já passou”, embora a superação da crise exija ainda

•-----  
“reformas difíceis” em estados como a Grécia, e considerou o crescimento da economia alemã “aceitável”.

## **Janeiro de 2013**

**O Tratado de Estabilidade, Coordenação e Governação entrou em vigor** no primeiro dia do ano, tendo obtido a ratificação de 14 Estados-membros da UE, o último dos quais foi a Finlândia, no dia 21 de dezembro.

**No dia 4 de janeiro, o Primeiro-ministro da França, Jean-Marc Ayrault, anunciou um "novo programa de trabalho", para renovar "em profundidade o modelo francês e o adaptar aos tempos atuais",** poucos dias depois de se conhecer o veto do Tribunal Constitucional à taxa de IRS de 75% sobre os rendimentos acima de um milhão de euros. **Segundo o Presidente francês, François Hollande, a "França enfrenta uma situação particularmente difícil",** com "um crescimento fraco, causado pela recessão europeia, o aumento contínuo do desemprego há dois anos, uma indústria frágil e uma coesão nacional minada pela crise".

**No dia 7, o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, considerou que “a ameaça existencial contra o euro está ultrapassada” e que “se a União Europeia não quiser cair na irrelevância tem de se unir ainda mais”.**

Nos dias 21 e 22, realizou-se mais uma **Cimeira Europeia**.

**No dia 21, o Eurogrupo saudou o cumprimento dos pontos estabelecidos entre a Grécia e a *troika* para janeiro** (dando lugar ao desembolso da próxima tranche do empréstimo) **e o ministro das Finanças holandês Jeroen Dijsselbloem foi nomeado Presidente do Eurogrupo** para os próximos dois anos e meio, substituindo Jean-Claude Juncker, que já estava no posto desde janeiro de 2005. Na sua proposta programática, **Dijsselbloem elegeu a restauração do crescimento sustentável como uma das principais prioridades para a UEM.**

**No dia 22, o Conselho Europeu autorizou, por maioria qualificada, a adoção de um imposto sobre transações financeiras em 11 estados-membros da UE** (Bélgica, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Itália, Áustria, Portugal, Eslovénia e Eslováquia) através do mecanismo de cooperação reforçada.

Dos principais resultados da Cimeira, destaca-se ainda a manutenção, em 2013, das cinco prioridades (para a UE e os Estados-membros) da Análise Anual do Crescimento (consolidação orçamental diferenciada amiga do crescimento, combate

ao desemprego e às consequências sociais da crise, modernização da administração pública), que constitui o ponto de partida para o exercício do Semestre Europeu, onde se faz a monitorização simultânea das políticas orçamentais e estruturais dos estados-membros.

Foi também apresentado pela Comissão um plano de ação de combate à fraude e à evasão fiscal, o qual será examinado por especialistas do Conselho.

Ainda no dia 22, a chanceler alemã **Angela Merkel** anunciou que a **Alemanha e a França** estão a preparar “uma proposta conjunta para reforçar a coordenação económica na Zona Euro” (a apresentar em maio, antes da Cimeira de junho).

**Destaca-se ainda, no decurso do mês, a realização de várias emissões obrigacionistas bem-sucedidas na zona euro**, beneficiando da atenuação dos receios de desmembramento da área para cobrir necessidades de financiamento futuras. Depois da emissão da França com o custo mais baixo de sempre (no dia 3), o Mecanismo Europeu de Estabilidade financiou-se pela primeira vez no mercado com uma *yield* implícita negativa (no dia 8). **A Irlanda (no dia 8) e Portugal (no dia 23) regressaram ao mercado de emissões soberanas de longo prazo com uma forte procura e yields em queda** (abaixo do período pré-resgate), e a Espanha realizou várias operações de financiamento bem-sucedidas (nos dias 10 e 22), com uma procura recorde e juros suportáveis e em queda.

## Fevereiro de 2013

**No dia 7 de fevereiro, o Primeiro-ministro da Irlanda, Enda Kenny, anunciou que o país obteve uma grande vitória, ao conseguir um reescalonamento da dívida assumida para socorrer o banco Anglo Irish Bank** (o que precipitou o pedido de ajuda externa), **após obter a anuência do BCE**. O reescalonamento será efetuado através um programa de troca das promissórias associadas por uma emissão de dívida com maturidade média de 34 anos e um juro médio de 3%, sendo que a primeira amortização só será realizada dentro de 25 anos. Segundo Kenny, **a operação permite aliviar em cerca de 20 mil milhões de euros as necessidades de financiamento ao longo da próxima década**, contribuindo também para conseguir colocar o défice público abaixo de 3% do PIB em 2015.

**No dia 12, a agência de notação Standard & Poor's reviu as perspetivas do rating da dívida soberana irlandesa de “negativas” para “estáveis”, por considerar que a troca de notas promissórias pode reduzir os custos do serviço da dívida e baixar o risco de financiamento**, apoiando a consolidação orçamental a



.....  
médio prazo e aumentando as perspectivas de a Irlanda deixar o programa de resgate no final de 2013, como planeado.

No dia 18, **os Presidentes da Comissão e do Conselho mostraram abertura para introduzir uma cláusula de flexibilidade na proposta de orçamento da UE 2014-2020 aprovada pelo Conselho Europeu no dia 8, para tentar conseguir a aprovação no Parlamento Europeu, onde a redução do valor do orçamento (para 1% do RNB da UE nos compromissos e 0.95% nos pagamentos) que resultou do acordo no Conselho foi bastante criticada.**

No dia 19, **o Comissário para os Assuntos Económicos e Monetários, Olli Rehn admitiu que “se o crescimento se deteriorar de forma inesperada, um país poderá receber mais tempo para corrigir o seu défice excessivo, desde que cumpra o esforço orçamental acordado e efetue as reformas estruturais necessárias para reforçar o crescimento e sustentabilidade a médio prazo”. As declarações do comissário surgiram um dia depois do Presidente do BCE se ter mostrado contra a possibilidade de suavizar o ritmo da consolidação orçamental, por poder comprometer os benefícios já alcançados.**

No dia 20, **o Parlamento Europeu aprovou a aplicação de regras mais rígidas de controlo orçamental** (o chamado *two-pack*, que prevê a apreciação de projetos de orçamentos nacionais pela Comissão Europeia) **e, em contrapartida, obteve a promessa de se estudar a emissão de dívida conjunta na UE.** O Comissário Olli Ehen explicou que **o compromisso alcançado** (ainda a aprovar formalmente) entre os governos da UE e os parlamentares **prevê a formação de um grupo de peritos “para aprofundar a análise sobre os possíveis prémios, riscos, requisitos e obstáculos de uma emissão conjunta [de dívida] na forma de um fundo de resgate e eurobills”** (títulos de dívida de curto prazo). O grupo apresentará as suas conclusões até março de 2014.

Em fevereiro **a Comissão Europeia apresentou uma nova proposta de diretiva com vista à criação de um imposto sobre as transações financeiras.**

De acordo com o comissário europeu com o pelouro da fiscalidade, Algirdas Semeta, as taxas propostas serão de 0,1% para ações e obrigações e 0,01% para produtos derivados. Estima-se que as receitas se situem nos 30 a 35 mil milhões de euros por ano.

Os 11 países que decidiram avançar com esta taxa são Portugal, França, Alemanha, Áustria, Bélgica, Estónia, Grécia, Itália, Espanha, Eslovénia e Eslováquia. De realçar

que fora deste grupo fica o Reino Unido, que realiza cerca de 70% das transações financeiras europeias.

**No decurso do mês, destaca-se também um aumento das tensões políticas, com impacto nos mercados de dívida soberana** (ver análise das *yields* soberanas na secção parte ECONOMIA NACIONAL, secção 2. Economia Monetária e Financeira), **primeiro com o escândalo de financiamento partidário em Espanha, e depois em face do impasse político em Itália** no final do mês, no rescaldo das eleições legislativas de 24 de fevereiro.

No dia 27 de fevereiro, a **agência de notação Moody's considerou que o resultado inconclusivo das eleições em Itália, que tem uma importância sistémica na zona euro, pode reacender a crise de dívida na zona euro**, com repercussões negativas para as outras nações sob pressão nos mercados de dívida.

## 1.2. Economia Real

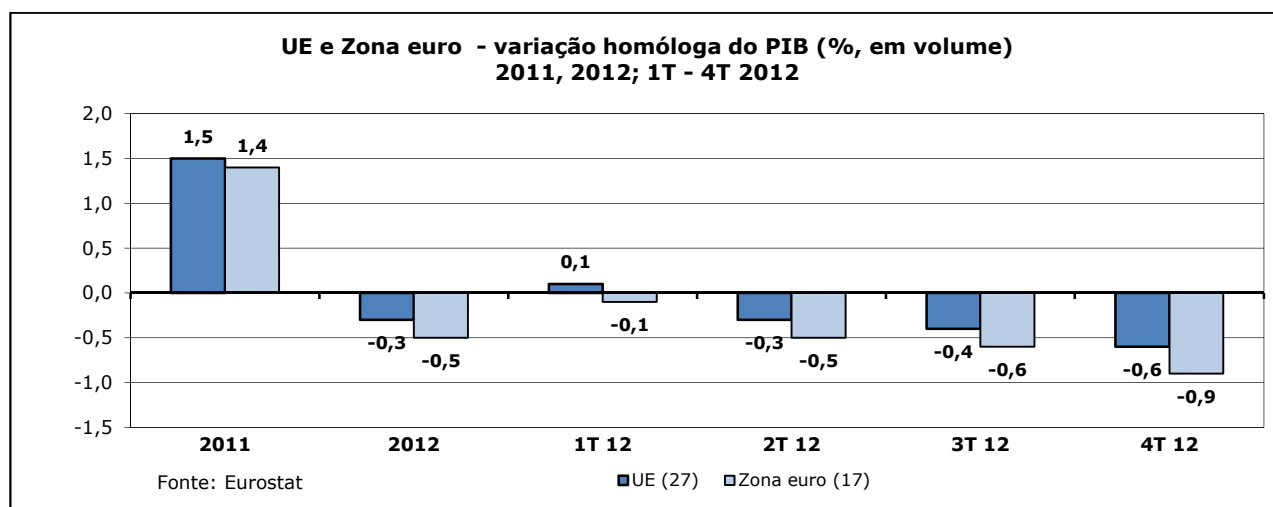
**As previsões de Inverno do FMI**, anunciadas no dia 23 de janeiro, **reviram desfavoravelmente as perspectivas de crescimento da economia da zona euro** (variação real do PIB de -0.2% em 2013 e 1% em 2014, após -0.4% em 2012), **que enfrenta o risco de uma estagnação prolongada se o ímpeto de reforma não for mantido**. Para afastar este risco, **o FMI defende a continuação dos programas de ajustamento nas economias periféricas** para prevenir o contágio, **a par com o reforço das medidas de integração bancária e orçamental**.

**A Comissão Europeia mostrou-se ainda mais pessimista nas suas previsões de Inverno**, divulgadas no dia 22 de fevereiro, **tendo reduzido as previsões do PIB da zona euro para variações reais de -0.6% em 2012 e -0.3% em 2013** (face a valores de -0.4% e 0.1% nas anteriores previsões), a refletir o desempenho abaixo do esperado no final de 2012, não obstante a melhoria das condições financeiras. Assim, **a recuperação em 2013, partindo de um PIB mais baixo, será mais gradual do que anteriormente esperado, para o que contribui também o ajustamento dos balanços dos agentes económicos**. **A previsão de crescimento em 2014 foi mantida em 1.4%**. No caso da UE, apenas a projeção para 2013 foi alterada de (de uma taxa de crescimento económico de 0.4% para 0.1%), mantendo-se os valores de 2012 (-0.3%) e 2014 (1.6%).

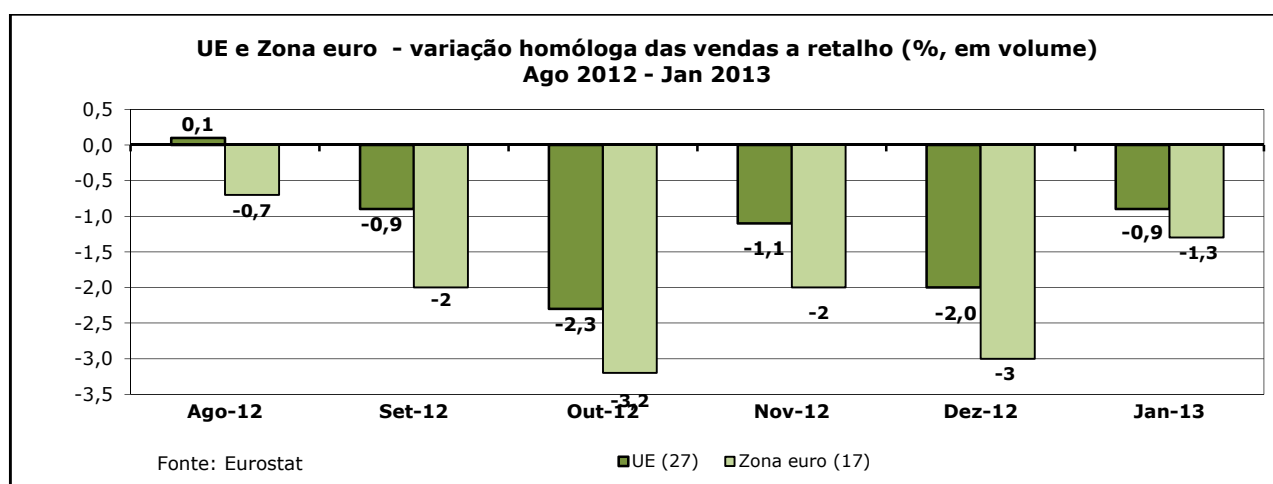
**Em termos de dados de conjuntura, salienta-se o agravamento da quebra homóloga do PIB da UE e da zona euro no quarto trimestre** (variações reais de -0.6% e -0.9%, respetivamente, após -0.5% e -0.6% no trimestre anterior), incluindo



quedas de 0.3% em França, 2.7% em Itália e 1.8% em Espanha. **A Alemanha registou um forte abrandamento homólogo (de 0.9% para 0.4%), tendo passado a apresentar uma variação trimestral negativa (-0.6%).**



**Dados mais recentes, relativos à evolução das vendas a retalho em janeiro, revelaram uma atenuação da quebra homóloga nesse mês, tanto na zona euro (variações reais de -1.3% e -0.9%, respetivamente, após -3% e -2% em dezembro, e -2% e -1.1% em novembro). Por países, as descidas homólogas mais fortes nesse mês foram registadas na Eslovénia (-7.6%), na Bulgária (-5.5%) e em Portugal (-3.9%), enquanto as subidas mais acentuadas ocorreram na Bélgica (8.4%), no Luxemburgo (7.1%) e na Letónia (6.4%).**



**No que diz respeito a informação setorial, a quebra da produção industrial atenuou-se em dezembro, quer na zona euro (variação homóloga de -2.3%, após -3.6% em outubro e -3% em outubro), quer na UE (-2.3%, após -3.6% e -3% nos dois meses precedentes). O detalhe por agrupamentos industriais na zona euro evidencia**

uma melhoria generalizada do comportamento homólogo da produção, com destaque para a retoma do crescimento nas indústrias de energia (1.2%), tendo os demais agrupamentos verificado uma atenuação das quebras (para -4.6% nos bens intermédios, -3.9% nos bens de consumo duradouro, -2.9% nos bens de capital, e -1.3% nos bens de consumo não duradouro).

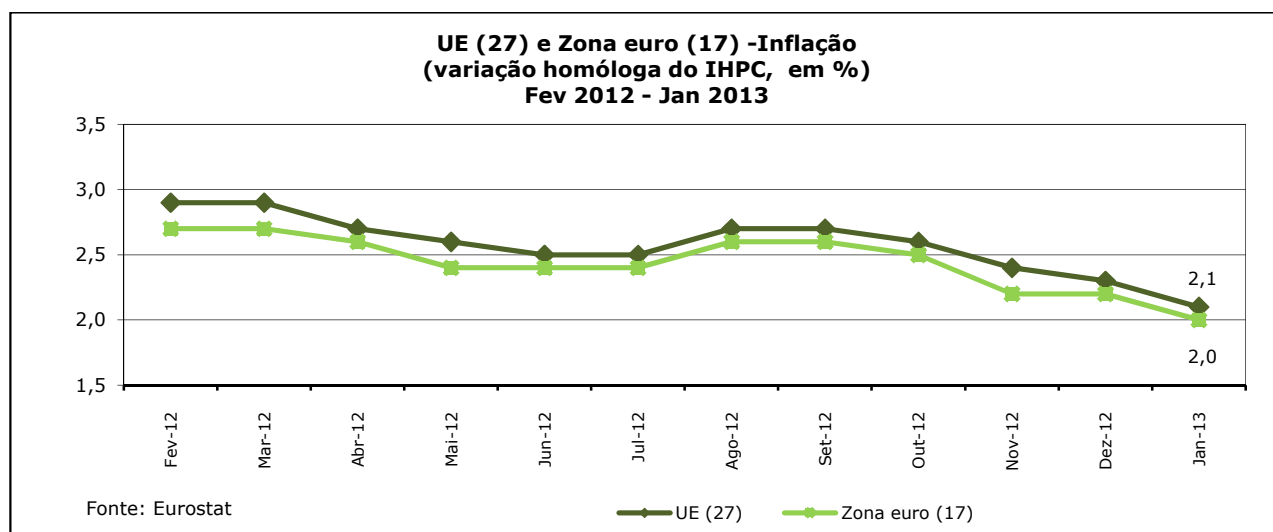
### Produção Industrial na zona do euro

	Jul-12	Ago-12	Set-12	Out-12	Nov-12	Dez-12
<b>Total da Indústria</b>	<b>-2.6</b>	<b>-1.3</b>	<b>-2.8</b>	<b>-3.4</b>	<b>-4.0</b>	<b>-2.4</b>
Bens Intermédios	-3.9	-3.5	-4.4	-4.2	-5.4	-4.6
Energia	0.6	0.3	0.2	1.4	-0.3	1.2
Bens de capital	-1.2	0.3	-1.2	-4.3	-4.4	-2.9
Bens de consumo duradouro	-9.3	-2.5	-3.0	-6.4	-6.9	-3.9
Bens de consumo não duradouro	-2.4	-0.2	-3.2	-2.4	-2.6	-1.3

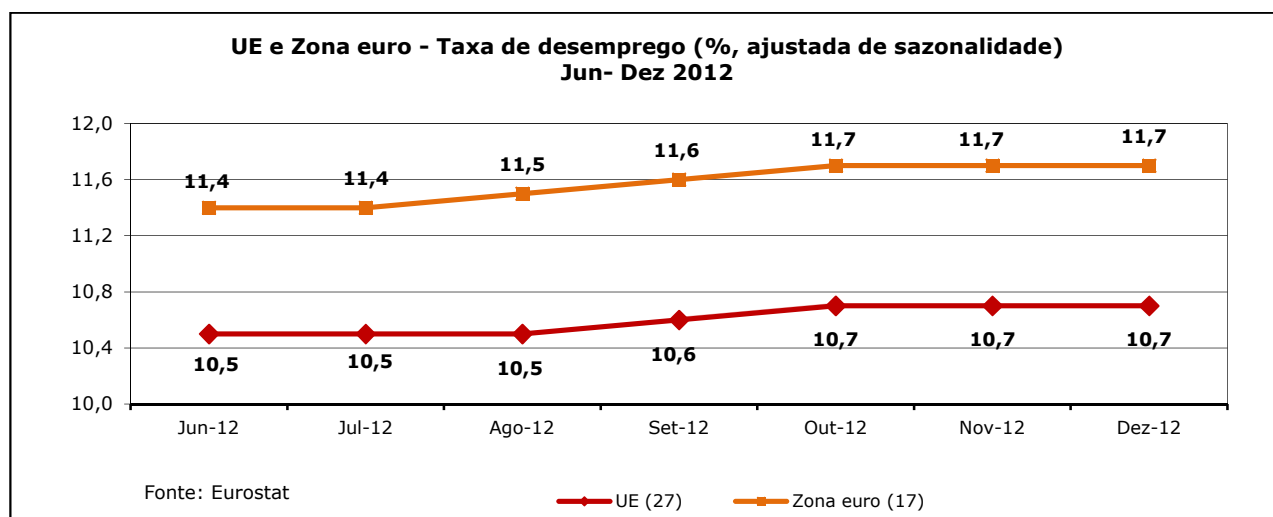
Fonte: Eurostat; tvh em %, valores revistos.

**Nos países da UE (27) com dados disponíveis, os maiores decréscimos da produção industrial ocorreram na Eslováquia (variação homóloga de -4.4%) e na Dinamarca (-2.3%), enquanto as maiores subidas foram observados na Irlanda (8.5%), na Letónia (2.7%) e na Eslovénia (2.7%).**

**Em janeiro, a UE e a zona euro voltaram a registar uma descida da taxa de inflação homóloga (para 2.1% e 2%, respetivamente, após 2.3% e 2.2% em dezembro). A inflação média anual situou-se em 2.6% na UE e em 2.4% na zona euro, após 2.6% e 2.5% em 2012, respetivamente (uma descida face aos valores de 3.1% e 2.7% registados em 2011).**

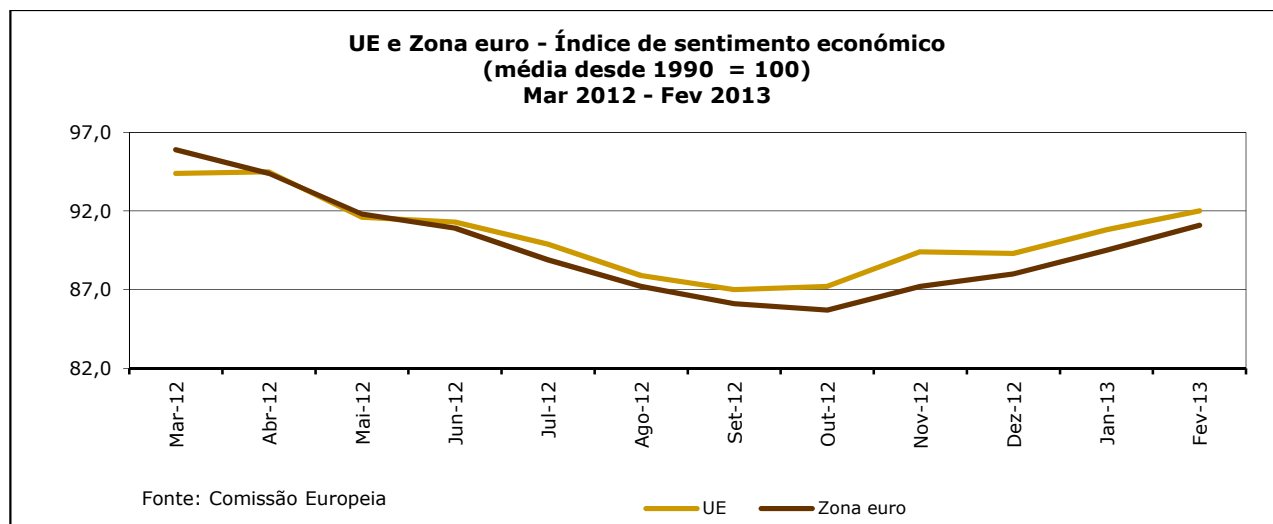


Segundo dados preliminares do Eurostat, a taxa de desemprego da zona euro e da UE mantiveram-se inalteradas em dezembro (em 11.7% e 10.7% respetivamente), pelo segundo mês consecutivo. **No conjunto de 2012, a taxa de desemprego média subiu para 11.6% na zona euro (10.5% em 2011) e 10.5% na UE (9.8%).**



Nos países da UE com informação disponível, **a taxa de desemprego mensal mais elevada no final de 2012 foi registada na Grécia (26.8%, em outubro, o último mês com dados disponíveis), seguida pela Espanha (26.1% em dezembro), Portugal (16.5), Irlanda (14.7%) e Chipre (14.7%). As taxas de desemprego mais baixas verificaram-se na Áustria (4.3%), Alemanha (5.3%), Luxemburgo (5.3%) e Holanda (5.8%).**

Quanto a informação prospetiva, merece realce a **recuperação mais acentuada do índice de sentimento económico (ISE) da zona do euro e da UE em fevereiro** (após mínimos de 3 anos em outubro do ano passado), **apontando para um andamento menos desfavorável da economia europeia nos próximos meses.**



Por componentes, a subida do ISE em fevereiro resultou do aumento da confiança da indústria, dos serviços e dos consumidores, mais do que compensando a ligeira deterioração no comércio a retalho e na construção.

### Indicadores de Confiança na União Europeia

	Set-12	Out-12	Nov-12	Dez-12	Jan-13	Fev-13
Indústria	-14.4	-15.7	-14.1	-12.6	-13.0	-10.8
Serviços	-11.9	-10.2	-7.0	-10.4	-6.9	-6.0
Consumidores	-23.8	-24.2	-23.6	-23.9	-21.9	-21.6
Comércio a retalho	-15.0	-12.7	-9.1	-10.3	-9.4	-10.2
Construção	-32.0	-34.6	-34.7	-33.9	-29.9	-30.3
Índice de sentimento económico	87.0	87.2	89.4	89.3	90.8	92.0

Fonte: Comissão Europeia.

Nos sete maiores Estados-membros da UE, o ISE aumentou na Alemanha (2.5 pontos), na Espanha (1.5 pontos), na França (1.3 pontos), na Holanda (80.8 pontos), na Polónia (0.5 pontos) e na Itália (0.3 pontos), e recuou ligeiramente no Reino Unido (-0.5 pontos).

## 2. Estados Unidos da América

### 2.1. Envolvente Política, Social e Económica

Destacam-se, abaixo, algumas notícias de **envolvente dos EUA**.

#### Dezembro de 2012

.....

No dia 12 de dezembro, a **Reserva Federal** anunciou um reforço do seu programa de compra de ativos (*quantitative easing*) para suportar uma retoma económica mais forte e uma melhoria mais sustentada do emprego. Para além das compras mensais de 40 mil milhões de dólares (m.m.d.) em dívida hipotecária, a Reserva Federal irá comprar obrigações do Tesouro norte-americano a um ritmo mensal inicial de 45 m.m.d. após o final de 2012, altura em que termina o programa de aumento médio da carteira de ativos, sendo mantida a política de reinvestimento das obrigações vencidas e do rendimento gerado. **Pretende-se, assim, manter a pressão descendente sobre as taxas de juro de longo prazo** para estimular a atividade económica.

A Reserva Federal decidiu ainda que irá manter a principal taxa de juro diretora (*fed funds rate*) próxima de zero (intervalo de 0 a 0.25%) enquanto a taxa de desemprego permanecer acima de 6.5% e a previsão da inflação até dois anos não superar em mais de meio ponto percentual a meta de longo prazo de 2%, desde que as expectativas de inflação continuem bem ancoradas. **Este conjunto de condições, que constitui uma inovação em termos de política monetária,**<sup>2</sup> garante aos mercados que as taxas de juro permanecerão baixas enquanto a economia continuar enfraquecida, mas **salvaguarda a eventual necessidade de uma subida antecipada das taxas face a condições inesperadas**, substituindo a anterior indicação genérica de manutenção da taxa *fed funds* próximo de zero até 2015. De qualquer modo, **a maioria dos membros do Conselho de Política Monetária continua a considerar que a primeira subida da taxa diretora ocorrerá em 2015.**

## Janeiro de 2013

No dia 3 de janeiro, o Presidente Obama promulgou a lei sobre o acordo orçamental alcançado poucos dias antes no Congresso entre a Administração e o Partido Republicano, **permitindo evitar o cenário de “precipício orçamental”**. O acordo compreendeu um aumento dos impostos sobre os cidadãos de maiores rendimentos, pela primeira vez em duas décadas, e adiou por dois meses os cortes automáticos de despesa, dando mais tempo aos dois principais partidos para negociarem uma redução mais sustentada da dívida pública e o respetivo teto máximo, que se previa fosse atingido em fevereiro ou março.

<sup>2</sup> As condições foram derivadas do novo entendimento de “política monetária ótima” da Reserva Federal, que escolhe a trajetória de taxas de juro que permite obter as taxas de inflação e de desemprego mais próximas dos objetivos após milhares de simulações da economia.

O **Gabinete Orçamental do Congresso** norte-americano **anunciou que este acordo preliminar aumenta o défice em mais 4 biliões de dólares nos próximos 10 anos face às medidas que entrariam automaticamente em vigor** num cenário de “precipício orçamental”.

Logo depois, as **agências de *rating* Standard & Poor's e Moody's consideraram positivo o acordo** alcançado, **mas alertaram que está longe de colocar as finanças públicas americanas numa trajetória mais viável** no médio prazo.

**No dia 9, foi anunciado que o Secretário do Tesouro** dos EUA, Timothy Geithner, que irá abandonar o cargo no final de janeiro, **será substituído por Jack Lew**, conhecido por assumir posições negociais bastante duras e ter um profundo conhecimento sobre matérias orçamentais.

No dia 15, a **agência de *rating* Fitch alertou que colocará o *rating* máximo dos EUA sob revisão se o Congresso não chegar a um acordo para o aumento do teto de endividamento federal** “em tempo oportuno”.

**No dia 21, decorreu a tomada de posse de Barack Obama para o segundo mandato** de quatro anos **como Presidente dos EUA**.

## **Fevereiro 2013**

No dia 4 de fevereiro, o Departamento de Justiça dos EUA formalizou um **processo civil contra a agência de *rating* Standard & Poor's (S&P)** por “inflacionar deliberadamente” a classificação de ativos financeiros de alto risco, com o intuito de aumentar o seu volume de negócios com a banca norte-americana. O procurador-geral, Eric Holder, considerou que esta atitude esteve “na origem da crise financeira” de 2008.

No dia 13 de fevereiro, **durante o discurso do estado da União** perante ao Congresso, o Presidente Obama apresentou algumas linhas de força para o segundo mandato. No que se refere às contas públicas, **Obama defendeu uma “abordagem equilibrada”, de médio prazo, para a consolidação orçamental, com base na reforma do sistema fiscal** (incluindo a redução dos vazios legais que facilitam a evasão fiscal) **e do sistema de saúde Medicare**, para evitar um corte automático e abrupto de despesa. No que se refere ao apoio à atividade económica, Obama pediu ao Congresso a aprovação das últimas componentes do Programa de Emprego na

.....

América (que espera possa criar um milhão de postos de trabalho), e o apoio a medidas para aumentar o investimento. **Salienta-se ainda o anúncio inesperado de um pedido de aumento do salário mínimo federal para 9 dólares por hora, como forma de reduzir a desigualdade de rendimentos.** No âmbito da política externa (também com impacto orçamental e económico), **Obama anunciou que os EUA vão negociar com a UE uma “Parceria no Comércio e Investimento Transatlântico”.**

**O anúncio formal da Parceria Transatlântica, que se espera possa ficar concluída em 2 anos, foi apresentado num breve comunicado conjunto do Presidente Obama e dos líderes europeus (Presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia). Prevê-se que a parceria, centrada em três pilares (acesso ao mercado, questões regulatórios e não tarifárias, e desafios e oportunidades partilhados), possa aumentar o PIB até um máximo anual de 0.5% na UE e 0.4% nos EUA em 2027. Pretende-se avançar, sobretudo, na liberalização do comércio e do investimento, e na resolução de questões regulamentares e não tarifárias, dado que as tarifas já estão atualmente num nível reduzido (4% nas importações, em média). As negociações poderão ainda contribuir para o desenvolvimento de regras globais para fortalecer o sistema de comércio multilateral.**

Para mais informação, poderá consultar-se o seguinte documento da Comissão:  
[http://europa.eu/rapid/press-release MEMO-13-95\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-95_en.htm)

**Em 2012, o comércio externo** (soma do valor das importações e exportações de bens e serviços) **dos EUA foi inferior, pela primeira vez, ao da China** (3.82 e 3.87 biliões de dólares, respetivamente), de acordo com os dados oficiais dos dois países divulgados em fevereiro.

**No dia 20 de fevereiro, a Reserva Federal divulgou as minutas da última reunião de política monetária** (de 30 de janeiro), **onde se destaca:**

- (i) **A revisão em alta das perspetivas de crescimento do PIB a curto prazo**, tendo sido mantidas as perspetivas a médio prazo.
- (ii) O Comité de Política Monetária continuou a evidenciar **preocupação com os riscos vindos da Europa**, onde permanecem desequilíbrios por resolver;
- (iii) **Vários membros manifestaram receios quanto aos custos e riscos de compras adicionais de ativos** por parte da Reserva Federal.

Nos dias 26 e 27, **o Presidente da Reserva Federal apresentou o habitual relatório semestral de política monetária** ao Congresso. **Bernanke considerou muito positiva para a retoma económica a utilização das medidas não**



convencionais de política monetária, e assegurou a capacidade da Reserva Federal de retirar atempadamente os estímulos monetários e evitar uma escalada de expectativas de inflação e um desalinhamento excessivo dos preços dos ativos (bolhas especulativas).

**Bernanke destacou ainda o contributo para o crescimento económico e o emprego do setor energético, impulsionado pelo aumento acentuado da extração de gás natural (*shale gas*), que poderá permitir a independência energética em poucos anos. A recuperação do setor residencial foi também referida como fulcral para a retoma económica.**

## 2.2. Economia Real

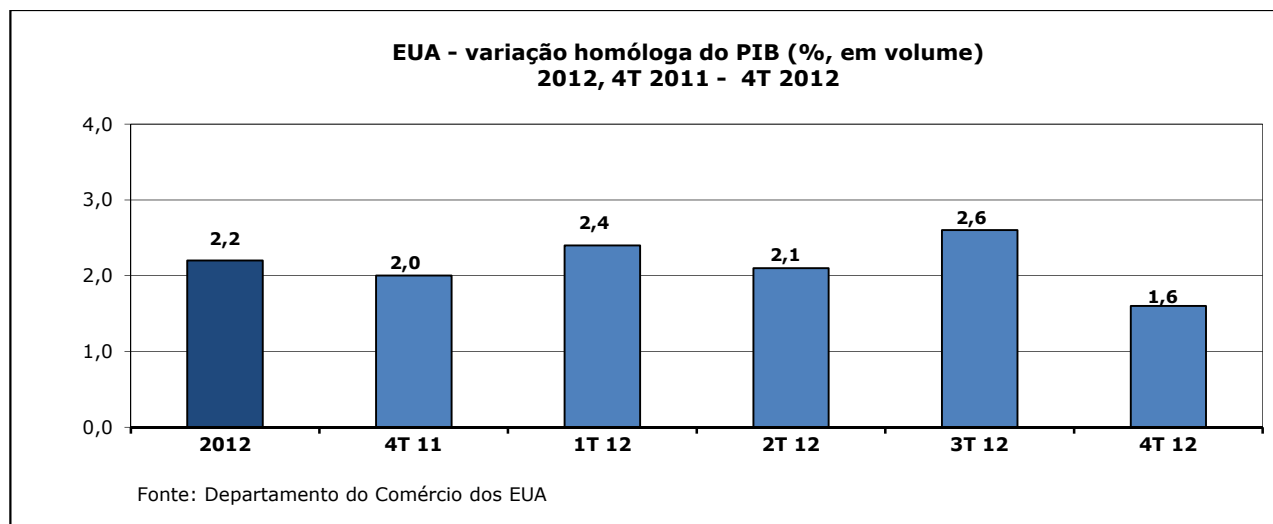
**Nas projeções revistas do FMI (divulgadas a 23 de janeiro), os valores de crescimento da economia norte-americana foram pouco alterados, passando para 2% em 2013 e 3% em 2014, em termos reais (2.1% e 2.9% nas anteriores projeções, respetivamente). O Fundo considerou que a retoma económica está no bom caminho, tendo destacado a melhoria da envolvente dos mercados financeiros e a retoma do mercado residencial como fatores que deverão suportar o crescimento do consumo privado. No que se refere à política orçamental, o Fundo defendeu que a prioridade deverá ser evitar uma consolidação orçamental excessiva no curto prazo, aumentar rapidamente o teto da dívida e alcançar um acordo credível de consolidação orçamental de médio prazo, fatores que estão subjacentes no cenário previsional de base.**

**Em termos de dados de conjuntura dos EUA, merece destaque o significativo abrandamento do PIB no quarto trimestre, tanto em variação homóloga (1.6%, a mais baixa desde o último trimestre de 2009, após 2.6% no terceiro trimestre), como em cadeia (de uma variação de 3.1% para 0.1%, em termos anualizados), mas refletindo um forte contributo negativo da variação de existências.**

**A redução do crescimento homólogo do PIB teve origem na desaceleração do investimento (de 11.1% para 2.9%, mas sem a variação de existências registou-se uma aceleração de 6.2% para 6.5%) e das exportações (de 3.2% para 1.8%), a que se juntou a queda mais acentuada da despesa federal (1.7%). O consumo privado manteve um crescimento homólogo de 1.9%.**

**No conjunto de 2012, o PIB cresceu a um ritmo anual de 2.2% (após 1.8% e 2.4% nos dois anos precedentes), com subidas de 1.9% no consumo privado, 9.6% no investimento e 3.3% nas exportações, contrariadas em parte pela queda de 1.7% na despesa federal e o aumento de 2.4% das importações.**



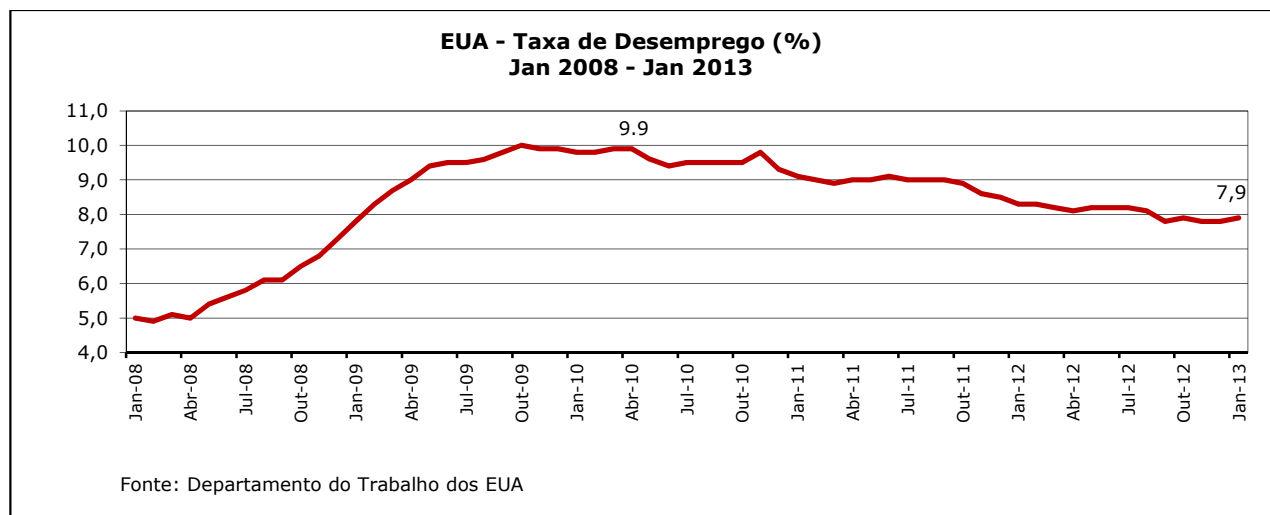


**A taxa de inflação dos EUA reduziu-se para 2.1% em 2012**, após 3.2% em 2011, **mas o indicador de inflação subjacente** (que exclui as componentes de alimentação e energia) **aumentou** de 1.7% para 2.1%. Os **dados mais recentes, relativos a janeiro** de 2013, **deram conta de uma redução da inflação homóloga para 1.6%**, um mínimo de seis meses.

**No que se refere a dados sectoriais de conjuntura, a informação mais recente permite destacar a quebra de produção na indústria e algum abrandamento na construção** (pese embora o maior dinamismo do segmento residencial), **contrariados pela expansão mais forte da atividade nos serviços:**

- a produção industrial registou uma variação homóloga de -2.1% em janeiro, após 2.8% no quarto trimestre (incluindo 2.9% em dezembro) e 3.7% na média de 2012.
- o índice compósito não industrial ISM subiu para um máximo de mais de um ano em fevereiro (56 pontos, sendo a referência de expansão 50 pontos), sugerindo uma expansão mais forte da atividade dos serviços nos próximos meses;
- as despesas de construção aumentaram 9.2% em 2012, em termos nominais (15.4% no segmento residencial e 6.4% no não residencial), após 5 anos em queda. Já em janeiro, o crescimento prosseguiu a menor ritmo (subida homóloga de 7.1%), com o abrandamento no segmento não residencial (0.8%) a sobrepor-se ao dinamismo acrescido do segmento residencial (21.1%).

**A taxa de desemprego média anual desceu pelo segundo ano consecutivo em 2012, para 8.1%** (8.9% em 2011), o valor mais baixo desde 2008. **Em janeiro** de 2013, **a taxa de desemprego dos EUA situou-se em 7.9%, ligeiramente acima do mínimo de quase quatro anos** registado em dezembro (7.8%).



No que se refere a informação prospetiva, salienta-se o **abrandamento do índice dos indicadores avançados** do Instituto Conference Board em janeiro, que **aponta para uma expansão mais modesta da atividade económica nos próximos meses**. Segundo um economista do Instituto, **a notícia mais positiva é a recuperação do mercado imobiliário, que deverá prosseguir na Primavera e permitir uma maior dinâmica de crescimento, caso não ocorra uma redução significativa da despesa federal**.

### 3. Economias Emergentes: Angola, Brasil, China e Índia

Apresenta-se um quadro com as mais recentes previsões macroeconómicas do FMI e do Banco Mundial para uma seleção de economias emergentes (Angola, Brasil, China e Índia), seguido de uma análise comparativa dos dados dos dois organismos para cada país.

#### Previsões do FMI e do Banco Mundial para alguns países emergentes

	2012			2013			2014	
	FMI, Out-12	FMI, Jan-13	BM, Jan-13	FMI, Out-12	FMI, Jan-13	BM, Jan-13	FMI, Jan-13	BM, Jan-13
<b>PIB (variação real em %)</b>								
<b>Economias Emergentes</b>	<b>5.3</b>	<b>5.1</b>	<b>5.1</b>	<b>5.6</b>	<b>5.5</b>	5.5	<b>5.9</b>	<b>5.7</b>
Angola	6.8		8.1	5.5		7.2		7.5
Brasil	1.5	1.0	0.9	4.0	3.5	3.4	4.0	4.1
China	7.8	7.8	7.9	8.2	8.2	8.4	8.5	8.0
Índia	4.9	4.5	5.1	6.0	5.9	6.1	6.4	6.8
<b>Investimento (% do PIB)</b>								
<b>Economias Emergentes</b>	<b>32.1</b>			<b>32.6</b>				
Angola	11.7			12.6				
Brasil	20.2			20.8				

China	47.8		47.5		
Índia	36.0		35.9		
<b>Taxa de inflação (IPC)</b>					
<b>Economias Emergentes</b>	<b>6.1</b>		<b>5.8</b>		
Angola	10.8		8.6		
Brasil	5.2		4.9		
China	3.0		3.0		
Índia	10.3		9.6		
<b>Saldo orçamental (% PIB)</b>					
<b>Economias Emergentes</b>	<b>-1.4</b>		<b>-1.4</b>		
Angola	7.0		5.3		
Brasil	-2.1		-1.6		
China	-1.3		-1.0		
Índia	-9.5		-9.1		
<b>Saldo da Balança Corrente (% PIB)</b>					
<b>Economias Emergentes</b>	<b>1.3</b>		<b>1.1</b>		
Angola	8.5	8.5	6.6	5.9	4.7
Brasil	-2.6	-2.5	-2.8	-2.6	-2.8
China	2.3	2.3	2.5	2.3	2.0
Índia	-3.8	-4.5	-3.3	-3.8	-3.0

Fontes: FMI, Previsões de Outono e FMI (Out-12) e atualização intercalar (Jan-13); Banco Mundial, Perspetivas Económicas globais (Jan-13); taxas de variação anual (reais, no caso do PIB), salvo indicação em contrário; IPC = Índice de preços no consumidor.

## Angola

As mais recentes projeções do Banco Mundial (de janeiro) para Angola apontam para taxas de crescimento real do PIB de 8.1% em 2012 e 7.2% em 2013, bastante mais otimistas do que as projeções de outono do FMI (6.8% e 5.5%, respetivamente). Em 2014, o Banco Mundial espera uma recuperação ligeira do ritmo de crescimento económico de Angola, para 7.5%. O Banco Mundial divulgou ainda dados novos relativamente às contas externas, esperando excedentes de 8.5% do PIB em 2012, 5.9% em 2013 e 4.7% em 2014.

## Brasil

No caso do Brasil, as projeções intercalares de janeiro FMI reduziram as estimativas de crescimento económico para 1% em 2012 e 3.5% em 2013 (face a 1.5% e 4% nas projeções de outono, respetivamente), apontando para um valor de 4.1% em 2014. Os valores são relativamente próximos dos apresentados pelo Banco Mundial (0.9%, 3.4% e 4.1%, respetivamente). Quanto ao saldo externo, o Banco Mundial espera défices de 2.5% do PIB em 2012, 2.6% em 2013 (2.6% e 2.8% nas previsões de outono do FMI, respetivamente) e 2.8% em 2014.

## China

Na atualização de janeiro, o FMI espera que a China atinja taxas de crescimento económico de **7.8% em 2012 e 8.2% em 2013** (abaixo dos valores de 7.9% e 8.4% esperados pelo Banco Mundial), em linha com as previsões de outono, **e continue em aceleração moderada em 2014, para 8.5%** (pelo contrário, o Banco Mundial espera um abrandamento para 8% nesse ano). Por sua vez, **o Banco Mundial espera que o excedente externo se reduza para 2% do PIB em 2014**, após 2.3% em 2013 e 2012.

## Índia

As previsões de janeiro do FMI apontam para que o crescimento económico da Índia suba de **4.5% em 2012 para 5.9% em 2013** (4.9% e 6% nas previsões de outono) **e 6.4% em 2014**, valores menos otimistas do que os do Banco Mundial (5.1%, 6.1% e 6.8%, respetivamente). No que se refere ao défice externo, os novos dados do banco Mundial apontam para uma redução de 4.5% do PIB em 2012, para 3.8% em 2013 e 3% em 2014.

## 4. Mercados e Organizações Internacionais

### 4.1. Mercado de Câmbios

#### Cross rates do euro face às principais divisas internacionais

	Dólares por Euro	Libras por Euro	Ienes por Euro
<b>Cotações médias</b>			
2011	1.3920	0.8679	110.9600
2012	1.2848	0.8109	102.4900
<i>Variação anual</i>	-7.70%	-6.57%	-7.63%
Nov-12	1.2828	0.8039	103.9400
Dez-12	1.3119	0.8124	109.7100
Jan-13	1.3288	0.8327	118.3400
<i>Variação mensal em janeiro</i>	1.29%	2.50%	7.87%
<b>Cotações diárias em final de mês</b>			
30-11-2012	1.2986	0.8108	107.37
31-12-2012	1.3194	0.8161	113.61
31-01-2013	1.3550	0.8570	123.32
<i>Variação mensal em janeiro</i>	2.70%	5.01%	8.55%
<i>Variação homóloga em janeiro</i>	2.84%	2.62%	22.55%
<i>Variação entre final de novembro e final de janeiro</i>	4.34%	5.70%	14.86%

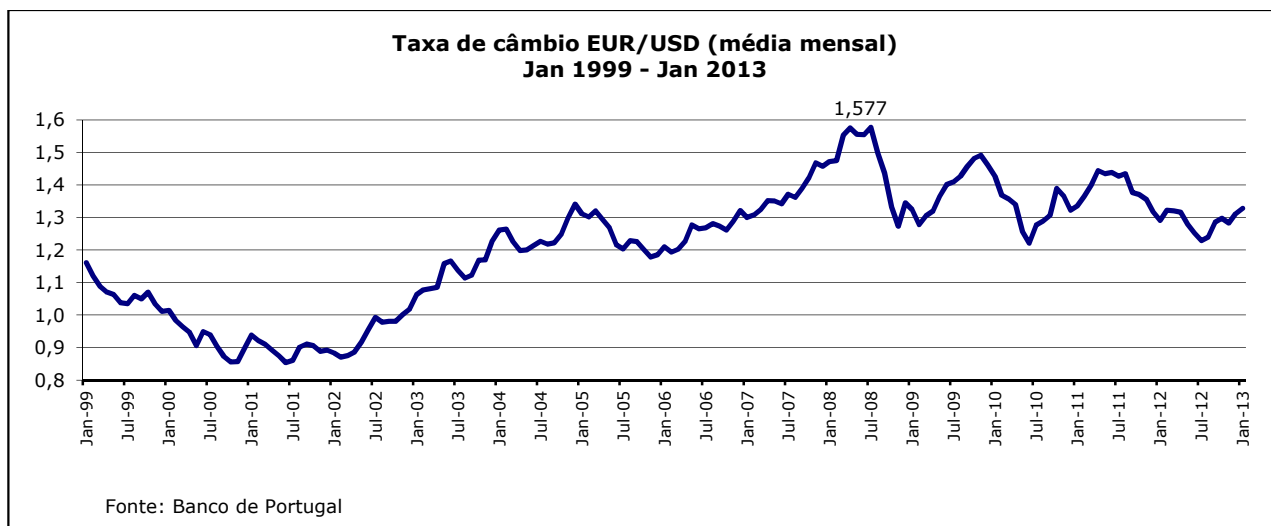
Últimas cotações disponíveis			
27-02-2013	1.3097	0.8641	120.06

Fonte: Banco de Portugal; cotações com base no 'fixing' do Banco Central Europeu.

**No mercado cambial, o euro registou uma forte apreciação face às principais moedas entre o final de novembro e janeiro** (4.34% face ao dólar, 5.7% em relação à libra inglesa e 14.9% na cotação com o iene), **refletindo a atenuação da crise de dívida soberana do euro** na parte final de 2012 e início de 2013. Para a subida particularmente acentuada do euro face ao iene contribuiu ainda a política monetária mais expansionista do Banco do Japão.

Contudo, apesar da recuperação na parte final do ano, **os receios de desmembramento do euro durante a maior parte de 2012 ditaram uma depreciação média anual significativa nos principais câmbios** (7.7% face ao dólar, 6.6% no câmbio com a libra e 7.6% relativamente ao iene).

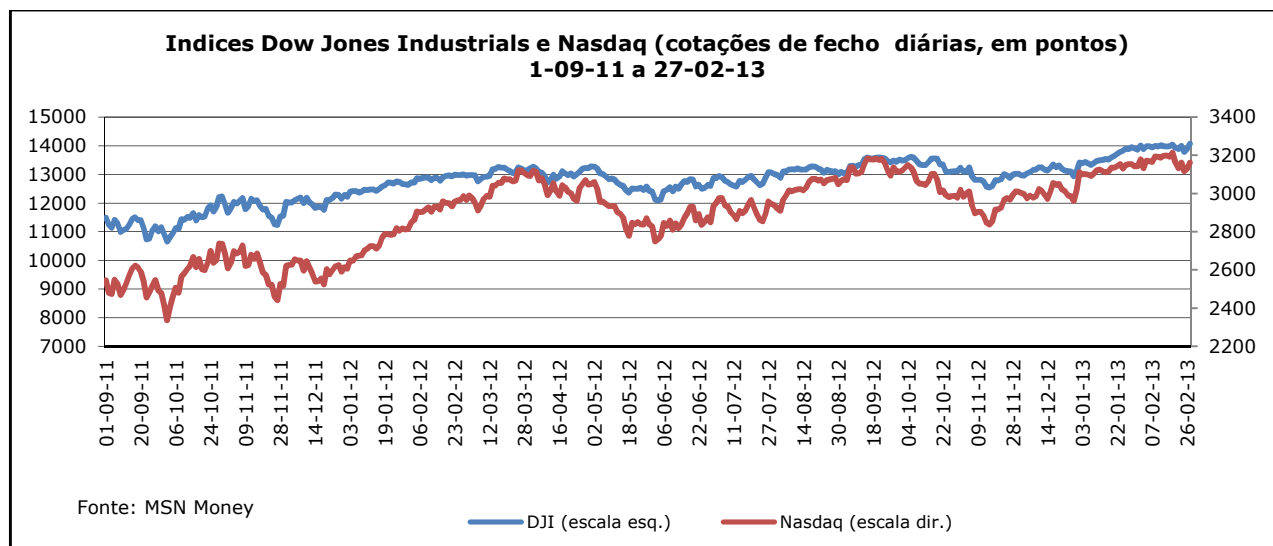
**Centrando a análise na evolução recente do principal câmbio do euro, face ao dólar dos EUA, a cotação média recuperou 2.3% em dezembro** (para 1.3119 dólares por euro), para o que contribuiu o risco do "precipício orçamental" nos EUA, o acordo para a Supervisão Bancária Única do BCE, e a descida dos prémios de risco dos países europeus sob pressão nos mercados de dívida. **Seguiu-se uma apreciação adicional de 1.3% em janeiro** (para 1.3288 dólares, um máximo de mais de um ano), **atingindo níveis considerados "preocupantes" por vários responsáveis europeus** (incluindo o Presidente do Eurogrupo), embora reflita uma maior confiança no projeto do euro. A apreciação do euro traduziu o sucesso das várias emissões obrigacionistas soberanas, num contexto de maior confiança nos mercados financeiros, e a manutenção das taxas de juro diretoras do BCE no início do mês, frustrando as expectativas de descida. **Já em fevereiro, a cotação diária do euro corrigiu gradualmente em baixa ao longo do mês** (até 1.3097 dólares no dia 27), para o que contribuiu a queda do PIB europeu no quarto trimestre, as tensões políticas em Espanha e na Itália, o acordo cambial no seio do G20 e os receios de retirada prematura dos estímulos monetários da Reserva Federal.



## 4.2. Mercados Bolsistas Internacionais

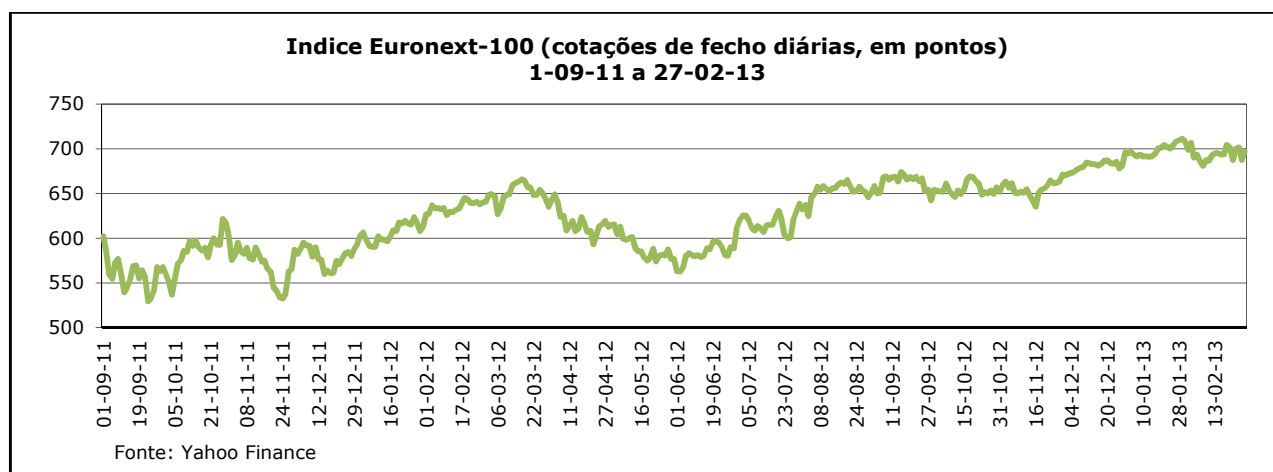
Os dois principais índices acionistas norte-americanos de referência valorizaram pelo terceiro mês consecutivo em dezembro de 2012 (embora os ganhos tenham sido limitados pelos receios de um “precipício orçamental” nos EUA), refletindo o reforço da política expansionista da Reserva Federal. O índice Dow Jones Industriais (DJI), representativo dos títulos mais tradicionais, valorizou 0.6% em comparação de final de mês, enquanto o índice tecnológico Nasdaq subiu 0.3%, **conseguindo ganhos de 7.4% e 4.7% no conjunto de 2012**, respetivamente, num ano marcado por uma retoma económica modesta e um desemprego ainda elevado.

**A subida dos índices acentuou-se em janeiro de 2013**, após o acordo bipartidário (mas apenas parcial) para impedir o “precipício orçamental”, com subidas de 5.8% no DJI e 4% no Nasdaq. **Os receios de “precipício orçamental do lado da despesa”** (a componente adiada do acordo de início do ano) **moderaram a subida em fevereiro**, tendo-se verificado ganhos de 1.5% no DJI (para perto de um máximo histórico) e 0.6% no Nasdaq até dia 27, suportados por dados económicos mais favoráveis e por uma onda de fusões e aquisições.



O desempenho do índice de referência europeu Euronext-100 no final de 2012 e início de 2013 também foi bastante favorável, refletindo a atenuação da crise de dívida soberana. Em dezembro, o Euronext-100 subiu 1.6%, a refletir o acordo para a supervisão bancária única europeia, tendo encerrado o ano de 2012 com um ganho de 7.5%, conseguido no segundo semestre.

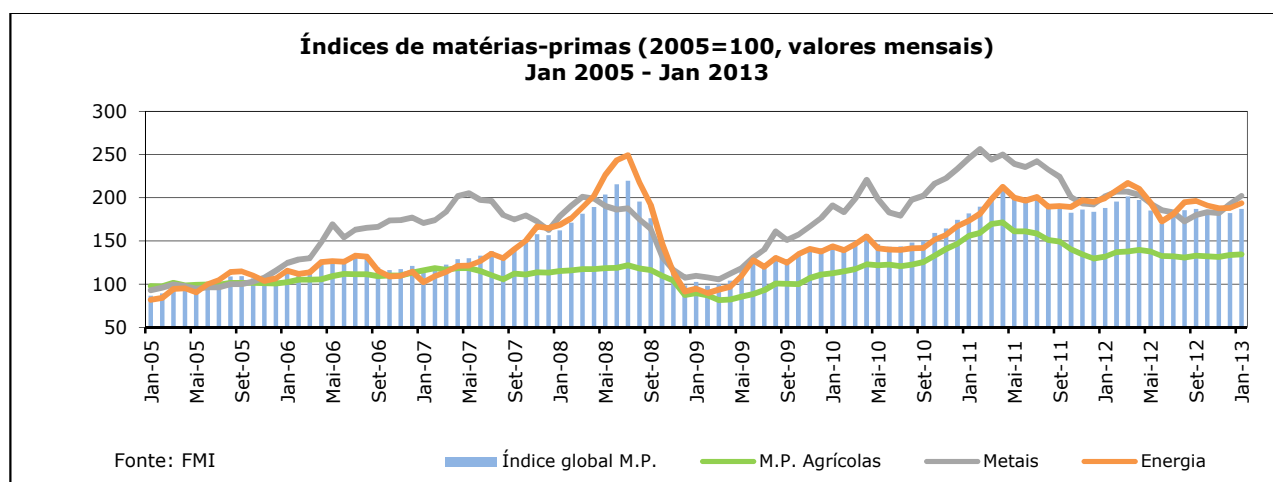
Em janeiro, o índice valorizou mais 2.6% com a redução das taxas de juro soberanas dos países sob maior pressão nos mercados de dívida pública, na sequência do regresso bem-sucedido de Irlanda e Portugal às emissões de longo prazo. Já em fevereiro, o Euronext-100 registou uma descida de 0.3% até dia 27 numa conjuntura mais desfavorável, marcada pela queda da atividade económica da zona euro no quarto trimestre e pelas tensões políticas em Espanha e, sobretudo, em Itália, onde a capacidade de prosseguimento das reformas poderá estar em causa em face do impasse governativo resultante das eleições legislativas, temendo-se que possa levar a um ressurgimento da crise do euro.



### 4.3. Mercados de Matérias-Primas

A melhoria da conjuntura global determinou uma subida das cotações das matérias-primas no final de 2012 e início de 2013. O índice global de matérias-primas do FMI registou uma recuperação em dezembro (1%), após dois meses em queda (1.4% em novembro). A melhoria do índice abrangeu todas as componentes (5.8% nos metais, 1.8% nas matérias-primas agrícolas e 0.2% na energia) e deveu-se à depreciação do dólar, mas sobretudo à conjuntura mais favorável, marcada pelo reforço da expansão monetária nos EUA, pelo acordo para a supervisão bancária única europeia e pela melhoria das perspetivas na China. Apesar da recuperação na parte final do ano, **o índice global de matérias-primas registou uma variação média anual de -3.1% em 2012** (-12.6% na componente de matérias-primas agrícolas, -16.8% nos metais e 0.7% na energia), após uma subida de 26% quer em 2011 quer em 2010. **A queda do índice em 2012 refletiu a crise de dívida soberana na Europa, a crise orçamental nos EUA e o abrandamento da economia chinesa.**

**Em janeiro, o índice global valorizou 2.7%, com ganhos nas principais componentes** (5.8% nos metais, 3.1% na energia e 0.7% nas matérias-primas agrícolas), **refletindo a melhoria da conjuntura.**

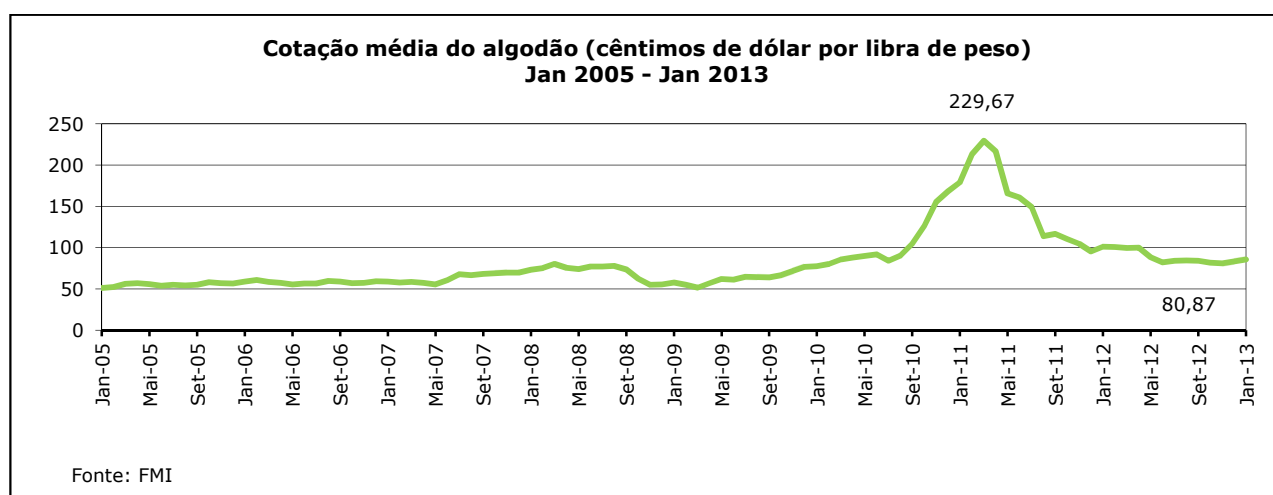


**Ao nível das matérias-primas agrícolas, merece destaque a evolução da cotação média do algodão, que recuperou 3.1% em dezembro** (para 83.37 cêntimos de dólar por libra de peso, após um mínimo de 33 meses em novembro), traduzindo um maior otimismo quanto à evolução económica nos principais mercados (na China, nos EUA e até Europa), os sinais de redução da oferta para níveis mais consentâneos com a procura, e a perspetiva de que não interessa à China a continuação da queda dos preços, pois possui cerca de metade dos *stocks* mundiais desta matéria-prima.



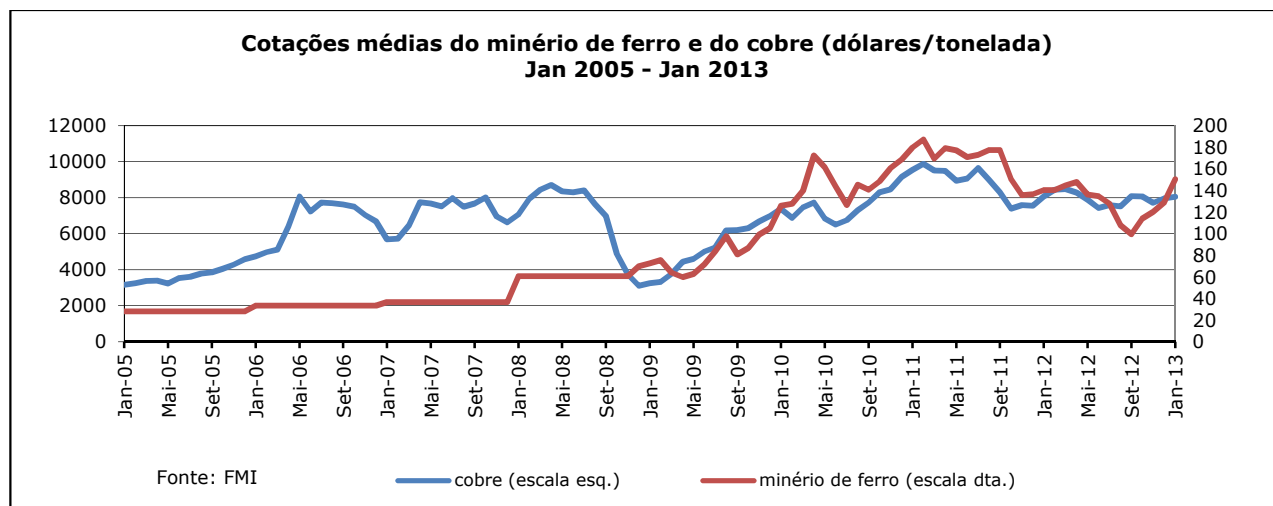
Contudo, a evolução mais favorável em dezembro não evitou uma queda acentuada do preço médio do algodão no conjunto de 2012 (variação de -42.3% em média anual, após 49.3% e 65% nos dois anos precedentes), **que traduz um excesso acentuado de stocks a nível global, causado pela subsidiação dos preços à produção na China e pelo abrandamento da economia global.**

Em janeiro, a cotação média do algodão subiu pelo segundo mês consecutivo (2.6%, para 85.51 cêntimos de dólar por libra de peso), **suportada pelo aumento de importações pela China** (não obstante os enormes stocks da matéria-prima no país, promovida pela subsidiação dos preços) e pelo facto de, excluindo a China, já não se registar um excesso de oferta.



No que se refere aos metais, a cotação média do cobre subiu pela primeira vez em três meses em dezembro (3.3%, para 7966.49 dólares/tonelada), a beneficiar do maior otimismo relativamente à economia chinesa, **enquanto a cotação média do minério de ferro valorizou pelo terceiro mês consecutivo** (para 12.87 dólares/tonelada) com o movimento de reposição de stocks dos operadores chineses. **Apesar da subida na parte final do ano, a variação média anual em 2012 foi negativa em ambos os casos** (-23.4% no minério de ferro e -9.8% no cobre, após subidas de 14.4% e 17% em 2011, respetivamente), em reflexo do abrandamento da economia mundial.

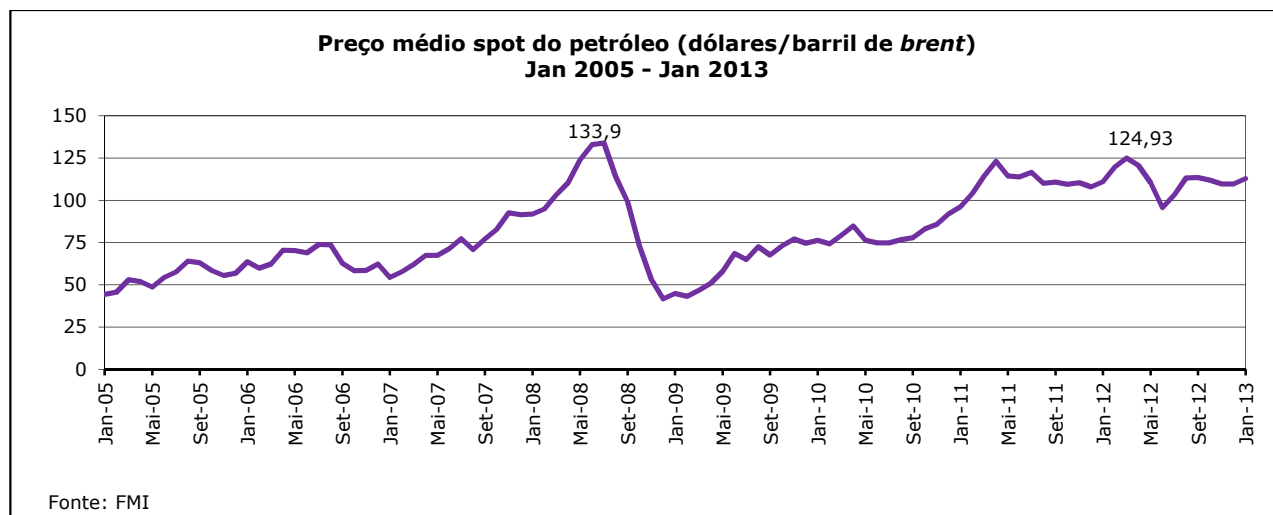
Em janeiro, a cotação média do cobre subiu 1.1% (para 8053.74 dólares/tonelada), suportada pela melhoria da procura, **e o preço médio do minério de ferro valorizou 16.8%** (para 150.49 dólares/tonelada), em resultado da reposição de stocks dos operadores chineses e da melhoria da conjuntura internacional.



*Nota: No caso do minério de ferro, a cotação corresponde ao preço Spot das importações do metal pela China (62% FE, porto de Tianjin); os preços anteriores a 2009 são anuais, refletindo o referencial que era acordado para cada ano entre as três principais empresas do setor nível mundial (Rio Tinto, BHP Billiton e Vale).*

**Em dezembro, o preço médio do *brent* manteve-se praticamente inalterado** (variação de -0.1%, para 109.64 dólares por barril), **embora com bastante oscilação ao longo do mês**, que se iniciou com uma descida, na sequência do anúncio de cessar-fogo entre Israel e o movimento palestino do Hamas, seguindo-se um período de recuperação com a melhoria da conjuntura e uma estabilização da cotação na parte final do mês, devido à incerteza de um “precipício orçamental” nos EUA. **No conjunto de 2012, e não obstante o menor dinamismo da economia mundial, a cotação média do barril de *brent* subiu 0.9%** (para 111.96 dólares), **para o que contribuiu sobretudo a instabilidade geopolítica**, tendo a variação homóloga em dezembro sido também positiva (1.5%).

**Em janeiro, a cotação média do *brent* valorizou 3%** (para 112.93 dólares), impulsionada pela melhoria da conjuntura e pela revisão em alta da procura de petróleo pela Agência Internacional da Energia, que forneceu ainda a indicação de que os *stocks* dos países desenvolvidos se reduziram e a produção da Arábia Saudita baixou após face a um máximo de 30 anos. Durante o mês, o banco de investimento Goldman Sachs considerou possível o preço do petróleo escalar até aos 150 dólares por barril neste Verão devido à tensão no Médio Oriente. **Já em fevereiro, o preço diário do *brent* continuou em alta até meados do mês** (117.84 dólares, no dia 17), impulsionado pelo aumento das importações de petróleo da China, **mas depois recuou até perto do final do mês** (113.41 dólares no dia 26), a refletir os receios de uma retirada prematura dos estímulos da Reserva Federal, o impasse político em Itália e o regresso às negociações sobre o programa nuclear do Irão.



#### 4.4. Comércio Internacional / Organização Mundial do Comércio (OMC)

No dia 5 de dezembro de 2012, o **Diretor-geral da OMC, Pascal Lamy**, fez um **apelo à revitalização do sistema de negociação multilateral como forma de apoiar a retoma da economia mundial**, considerando que a determinação política para resistir a políticas mais introvertidas está a enfraquecer em muitos países.

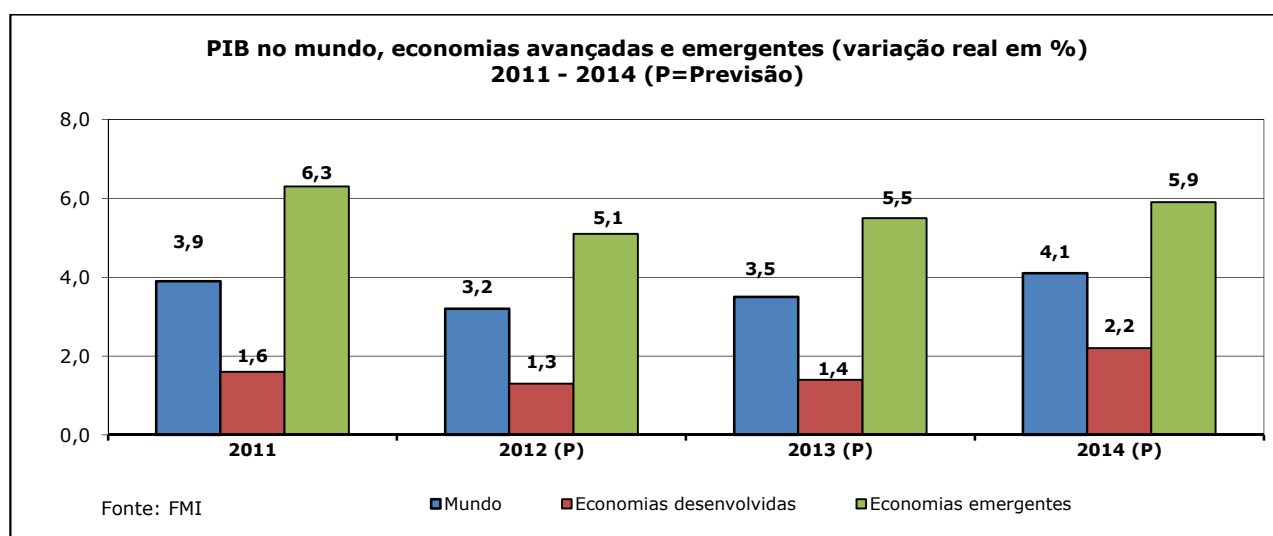
No dia 1 de fevereiro, o **Diretor-geral da OMC, Pascal Lamy**, afirmou que a **remoção das barreiras ao comércio e a redução a metade do excesso de burocracia aduaneira**, como preconizado no Acordo Multilateral de Facilitação do Comércio, **poderia expandir o comércio mundial de 22 para mais de 23 bilhões de dólares**. Segundo Lamy, a **redução a metade do excesso de burocracia apresenta um impacto semelhante ao que teria a eliminação de todas as tarifas aduaneiras**.

No dia 26 de fevereiro, o **Diretor-geral da OMC, Pascal Lamy**, **apelou aos membros da organização para acelerarem os trabalhos de preparação da Nona Conferência Ministerial** (a realizar em Bali), designadamente a **concretização dos elementos acordados na anterior Conferência Ministerial**. Entre esses elementos, **destaca-se o reforço e operacionalização das condições de acesso à OMC por parte dos países menos desenvolvidos e a reavaliação do respetivo período de transição**, a dinamização do programa do e-comércio, e a ajuda ao comércio internacional.

#### 4.5. Organizações Económicas Internacionais

No dia 23 de janeiro, o **FMI** reviu em baixa as **previsões de crescimento da economia mundial** (para 3.5% em 2013 e 4.1% em 2014, que compara com 3.6% e

4.2% nas anteriores projeções, e com 2.4% e 3.1% nas previsões revistas do Banco Mundial, de 15 de janeiro, bastante mais pessimistas), **devido à persistência de riscos descendentes significativos**, sobretudo o de estagnação prolongada na zona euro (se o ímpeto de reforma não for mantido) e um excessivo ajustamento orçamental nos EUA. **A revisão mais desfavorável ocorreu na zona euro, influenciando a deterioração das perspetivas para as economias avançadas** (pelo contrário, as projeções para as economias emergentes permaneceram quase inalteradas – ver valores no gráfico abaixo).



Apesar de tudo, o Fundo salientou a melhoria da conjuntura global com a redução dos “riscos de uma crise aguda” nos EUA e zona euro devido à adoção de “medidas de política eficazes”, tendo ainda apontado o impacto positivo das medidas de estímulo económico no Japão e em algumas economias emergentes. Os últimos dados globais disponíveis na altura, mostravam uma melhoria das condições económicas no terceiro trimestre, essencialmente suportada pelas economias emergentes e pelos EUA (contrariando os dados abaixo do esperado na zona euro, com o enfraquecimento na periferia a afetar as economias do centro). **O FMI espera uma retoma gradual do ritmo de crescimento da economia mundial ao longo de 2013.**

No dia 16 de fevereiro, os ministros das Finanças e governadores dos bancos centrais do G20 reuniram-se para discutir os principais desafios da economia mundial. Do comunicado da reunião, **salientam-se as principais conclusões:**

(i) apesar da atenuação dos riscos para a economia global e da melhoria das condições nos mercados financeiros, **o crescimento mundial continua baixo e permanecem importantes riscos, sendo necessário, nomeadamente, reforçar a**

.....

**união económica e monetária na zona euro, resolver as incertezas orçamentais nos EUA e Japão, e reforçar as fontes domésticas de crescimento nas economias com excedentes**, com destaque para os grandes produtores de matérias-primas;

(ii) **Os países estabeleceram o compromisso de monitorizar e minimizar os efeitos sobre os outros países das decisões de política interna** (tendo, para esse efeito, sido constituído um grupo de trabalho), **nomeadamente da política monetária**, que deve ser dirigida para alcançar a estabilidade de preços e suportar a retoma económica, de acordo com os mandatos dos bancos centrais;

(iii) **Foi adotado um processo de avaliação da implementação dos compromissos de reformas estruturais e estabelecido um grupo de trabalho para o financiamento de longo prazo do investimento**, com vista a suportar o crescimento económico;

(iv) **Foi reafirmado o compromisso de cooperar para reduzir de forma duradoura os desequilíbrios globais e prosseguir reformas estruturais** com impactos sobre a poupança doméstica e a melhoria da produtividade. **Os países reiteraram o seu compromisso de promover a flexibilidade dos câmbios para que estes reflitam os fundamentos económicos**, prometendo cooperar para reduzir desalinhamentos cambiais, a volatilidade excessiva e os movimentos desordenados, que têm implicações adversas para a estabilidade financeira e económica. **Foi ainda assumido o compromisso de não praticar desvalorizações competitivas e resistir a todas as formas de protecionismo**, mantendo os mercados abertos.

(v) **Em relação à sustentabilidade da dívida pública, foi requerida ao FMI e ao Banco Mundial uma reavaliação das recomendações seguidas nesse âmbito**, para assegurar que continuam adequadas;

(vi) **no que se refere ao sistema financeiro, solicitou-se a todas as jurisdições que apliquem o mais rapidamente possível as reformas de Basileia III, bem como as alterações legislativas e regulamentares necessárias para implementar as reformas do mercado de derivados.**

(vii) **Sobre a arquitetura financeira internacional, salienta-se o compromisso de alcançar um acordo sobre a nova fórmula das quotas de participação no FMI até janeiro de 2014**, de modo a melhor refletir o peso relativo dos membros na economia mundial, que se alterou em face do dinamismo das economias emergentes.

**O PIB da OCDE diminuiu no quarto trimestre de 2012**, (variação em cadeia de -0.2%, após 0.3% no trimestre precedente), **pela primeira vez desde o início de 2009**, com variações trimestrais de -0.5% na UE (-0.6% na Alemanha, -0.3% na França e Reino Unido, e -0.9% na Itália), -0.1% no Japão e 0% nos EUA. O

crescimento homólogo do PIB da OCDE reduziu-se para 0.7%, após 1.2% no terceiro trimestre.

## 1. Envolvente Política, Social e Económica

### Dezembro de 2012

No dia 7, **o Governo de Portugal assinou dois acordos com o Banco Europeu de Investimento (BEI)** no âmbito do esforço de apoio do BEI a Estados-Membros cujo acesso ao financiamento tem sido mais difícil. Para além da libertação pelo BEI da última *tranche* de um empréstimo para o cofinanciamento de projetos com fundos comunitários (no valor de 450 m.e., para financiar investimento produtivo, com prioridade ao sector transacionável), destaca-se a garantia de 2800 m.e. prestada pelo Estado português, que permitirá não só assegurar as operações que o BEI já desenvolvia em Portugal (5 mil m.e.), e que tinham problemas de garantia, dada a deterioração da notação de crédito dos bancos portugueses, como alargar a carteira de operações em mais 1000 m.e., para um total de 6 mil m.e..

No mesmo dia, o Primeiro-ministro afirmou no Parlamento que **o Governo exigirá igualdade de tratamento nos poucos pontos do acordo grego aplicáveis a Portugal, “dentro da estratégia de regresso aos mercados”, designadamente** as medidas aprovadas para a Grécia no âmbito do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) e, entre elas, **a possibilidade de ter um alongamento de maturidades dos empréstimos e de diferir o pagamento de juros**. Segundo Passos Coelho, “essa matéria deverá ser analisada, no que respeita à Irlanda e a Portugal, numa reunião subsequente do Eurogrupo”.

Também no dia 7, **o Ministro da Economia assinou oito novos contratos de prospeção e pesquisa de ouro, prata e chumbo**, correspondentes a um investimento de cerca de quatro milhões de euros.

**No dia 11, o Conselho de Ministros aprovou o contrato de concessão dos aeroportos** (Lisboa, Faro, Porto, Ponta Delgada, Santa Maria, da Horta, Flores e o terminal civil de Beja) **entre o Estado e a atual concessionária, a ANA, Aeroportos**



de Portugal, por 50 anos (período eventualmente extensível dependente da existência de um projeto aceite pelo Estado relativo ao novo aeroporto de Lisboa). **O contrato prevê o pagamento imediato de 800 m.e. ao Estado e um pagamento adicional de 400 m.e. até oito meses após a assinatura.**

No dia 12, **o ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Silva, afirmou que “todos os sectores mais relevantes da nossa indústria irão ser ouvidos, sem nenhuma exceção” na delineação da estratégia de fomento industrial 2014-2020**, com o objetivo de “criar condições para ajudar os empresários e as empresas a criarem uma nova dinâmica empresarial para Portugal voltar ao caminho do crescimento”. **Santos Pereira lembrou também a constituição do Grupo de Amigos da Indústria e da Inovação** (que integra Portugal, Espanha, França, Itália e Alemanha) **com a meta de relançar a indústria europeia**. O Ministro referiu ainda que “a estratégia do Governo não é dirigista, mas estão a ser criadas condições para que o Portugal volte a crescer, através da redução dos custos de contexto, como o corte das rendas de energia ou as reformas na gestão portuária”, e salientou que também os bancos irão reunir com o Governo no âmbito desta estratégia de fomento industrial.

**No dia 20, o Conselho de Ministros decidiu não aceitar a proposta apresentada para adjudicação da privatização da TAP** - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A., considerando sem efeito a operação em curso. A decisão foi justificada com o não cumprimento de todos os requisitos pela única empresa que passou à segunda fase do processo de privatização.

**No dia 21, a Comissão Europeia divulgou o relatório da sexta avaliação regular do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (concluída com sucesso em 19 de novembro)** e a atualização do Memorando de Entendimento.

**No dia 27, foi anunciado o fim da greve dos estivadores dos portos de Lisboa, Setúbal, Aveiro e Figueira da Foz, sem contrapartidas**, encerrando um período de paralisações consecutivas (desde agosto) com prejuízos avultado, em particular para os exportadores.

Também no dia 27, **o Governo aprovou, em Conselho de Ministros, uma resolução que seleciona a Vinci Concessions SAS como a proposta vencedora para a aquisição de 95% das ações do capital social da ANA** - Aeroportos de Portugal, S.A. (5% ficam reservados aos trabalhadores da empresa), objeto de venda por negociação particular. **A operação, com um encaixe financeiro de 3080 m.e.,**



.....  
**eleva para 6400 m.e. as verbas já arrecadas com o programa de privatizações em 2012, ultrapassando já o objetivo total inicial do Memorando de Entendimento (5500 m.e.).**

Ainda no dia 27, **o Secretário de Estado da Energia anunciou que foi adiado por um ano, para o final de 2013, o prazo para os grandes consumidores de eletricidade deixarem o mercado regulado e transitarem para o liberalizado**, uma flexibilização necessária “para que o processo de liberalização corra bem”.

## **Janeiro de 2013**

No dia 8 de janeiro, **no encerramento da conferência sobre os fundos europeus a disponibilizar até 2020, o Ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira, confirmou que “o Governo quer direccionar para as empresas mais de 50% dos fundos do próximo quadro comunitário de apoio comunitário, elegendo a industrialização e a internacionalização como prioridades”.**

**No dia 9, foi divulgado um estudo de assistência técnica do FMI, solicitado pelo Governo, incluindo várias opções de reforma da despesa pública.**

*As principais conclusões do estudo “Portugal: Rethinking the State – Selected Expenditure Reform Options” são apresentadas no anexo A, no final deste relatório.*

**No mesmo dia, o Governo anunciou que vai criar uma nova linha de crédito para apoiar PME (linha PME Crescimento 2013), no valor de 2 mil m.e., dos quais 400 m.e. estão destinados a micro e pequenas empresas e 1.6 mil m.e. a empresas exportadoras. Foi também anunciado o alargamento por mais 12 meses do prazo para amortizações de capital nas linhas PME Investe.**

**O Conselho de Ministros de 10 de janeiro aprovou a alteração do diploma sobre as disposições aplicáveis à cessação dos contratos de aquisição de energia (CAE), no sentido da redução dos encargos que integram a compensação atribuída aos produtores de eletricidade pela cessação antecipada dos referidos contratos. Em cumprimento do estabelecido no Memorando de Entendimento, ficam criadas as condições para a redução dos encargos financeiros que integram a parcela fixa repercutida na tarifa de uso global do sistema (UGS).**

**No dia 18, o FMI divulgou todos os documentos da 6ª revisão do programa do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (concluída com**

sucesso em 19 de novembro), a par com as habituais **consultas anuais do FMI ao abrigo do artigo IV** e um **documento de suporte a essas consultas**.

*As principais conclusões do documento de suporte “Portugal: Selected Issues Paper” são apresentadas no anexo B, no final deste relatório.*

**No dia 21, o Ministro de Estado e das Finanças solicitou a extensão dos prazos de maturidade dos empréstimos europeus a Portugal, de modo a facilitar o regresso aos mercados**, chamando a atenção para “uma concentração de pagamentos muito considerável nos anos de 2014, 2015 e 2016”, pelo que é importante o apoio dos parceiros europeus “de forma a diluir e diferir esses compromissos ao longo do tempo”. Segundo Vítor Gaspar, **“uma vez que, precisamente, quer Portugal, quer a Irlanda, estão a gerir o seu processo de regresso ao mercado de obrigações e estão a trabalhar para garantir a sua sustentabilidade pós-programa, temos a expectativa fundada e a sinalização por parte dos nossos parceiros europeus de que poderemos contar com este apoio”**, tendo acrescentado que “o trabalho técnico prosseguirá nas próximas semanas, e haverá uma nova discussão política destas questões” em março.

**No dia 23, Portugal realizou a primeira emissão de obrigações do Tesouro desde o início do PAEF**, tendo sido colocados 2500 milhões de euros a 5 anos, a uma taxa de juro de 4.891%, com uma procura elevada (12 mil m.e.) e uma participação muito significativa de não residentes (93% da colocação), segundo a Secretária de Estado do Tesouro. A secretária de Estado sublinhou ainda que **“este regresso aos mercados de dívida de longo prazo, mais cedo do que inicialmente esperado, só foi possível porque Portugal cumpriu todos os compromissos assumidos”**, beneficiando ainda **“da estabilização da área do euro e os importantes passos dados pelas autoridades europeias”**. Todavia, **“o processo de regresso aos mercados de dívida de longo prazo, [...], continua a ser, para Portugal, um objetivo que exige trabalho e determinação contínuos para que seja sustentável”**.

Também no dia 23, **o Ministério das Finanças deu conta, em comunicado, do cumprimento do limite do défice em fluxo de caixa das Administrações Públicas** definido no PAEF “com uma margem de 0.4 pontos percentuais do PIB”, segundo os dados provisórios da execução orçamental de dezembro de 2012 publicados pela Direcção-Geral do Orçamento (*ver análise destes dados no final deste relatório*).

.....

**No dia 25, o Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, António Almeida Henriques, afirmou que, desde a entrada em vigor do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, 420 empresas já apresentaram processos especiais de revitalização, representando “mais de 13 mil postos de trabalho e um volume de negócios superior a 1500 milhões de euros”. 27 empresas já viram os seus planos de recuperação aprovados e dez aguardam a homologação do juiz.**

**O Secretário de Estado afirmou ainda que 2012 foi o melhor ano de execução do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), num total de 2.4% do PIB (2% em 2011), e que, pela primeira vez, as empresas receberam mais recursos dos fundos comunitários do que o Estado.**

**Almeida Henriques anunciou ainda o lançamento de uma linha de capitalização de empresas no valor de 500 m.e., operada pela Caixa Geral de Depósitos, “com participação e garantia do Estado”.**

**No dia 28, dados da Comissão Europeia mostraram que o valor total do empréstimo externo a Portugal se cifra perto dos 82 mil m.e., mais 2 m.e. do que inicialmente previsto, na sequência de ajustamentos técnicos, sobretudo cambiais.**

**No dia 29, foram assinados os contratos de financiamento público dos três fundos Revitalizar, que pretendem recapitalizar entre 200 a 300 pequenas e médias empresas (PME), com um valor total de 220 m.e., dos quais 110 m.e. serão mobilizados pela banca e o resto provenientes de fundos comunitários.**

## **Fevereiro de 2013**

**No dia 7 de fevereiro, o Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Sérgio Monteiro afirmou que o comboio de alta velocidade (TGV) está cancelado de forma irreversível, e que o atual o projeto é a Linha de Transporte de Mercadorias (LTM), com o objetivo “de ligar os portos do sul - Setúbal, Sines e Lisboa - ao resto da Europa”. O Secretário de Estado destacou que o projeto LTM reduz os custos para os exportadores em 40% e aumenta a capacidade de carga para os transportadores em 80%. No futuro, o projeto LTM Portugal-Europa ligará também os Portos do Norte do país ao resto da Europa. Sobre os custos associados, Sérgio Monteiro afirmou que “o anterior projeto do TGV, na ligação a Lisboa, tinha um custo de 4276 milhões de euros, que se reduz para cerca de 700 milhões” no projeto LTM, de acordo com as estimativas disponíveis, representando “uma redução de 84% do custo de investimento, onde a**

**componente nacional por transferências dos Orçamentos do Estado se reduz para 175 milhões de euros”.**

**No dia 8 de fevereiro, com os votos a favor da maioria e do PS, a Assembleia da República aprovou a proposta de alteração à Lei de Enquadramento Orçamental** (que é analisada abaixo na rubrica *Contas Públicas*) que transpõe a regra de ouro para o défice estrutural do Tratado Orçamental europeu, que Portugal foi um dos primeiros países a ratificar.

**Após o acordo alcançado pelos Chefes de Estado e de Governo da União Europeia sobre o quadro orçamental plurianual para 2014-2020, o Primeiro-Ministro de Portugal manifestou satisfação com o facto de ter sido alcançada uma redução de verbas inferior à média nas componentes de coesão e política agrícola comum** (menos 9.7% no conjunto das duas rubricas, para 27.8 mil milhões de euros, face a uma queda de 13.1% para o conjunto dos países europeus).

**No que respeita à coesão, o Conselho concordou com a proposta portuguesa de distribuir os 1000 milhões de euros adicionais aprovados em novembro de forma diferente da proposta inicial da Comissão:** “450 milhões serão alocados às regiões mais desenvolvidas - onde se incluem 150 milhões para a Madeira -, e os restantes serão alocados às regiões menos desenvolvidas e de transição, mais especificamente 75 milhões para Algarve e 475 milhões para as regiões menos desenvolvidas”, segundo o Primeiro-Ministro, com o objetivo de “destinar a maior parte destes 1.000 milhões às regiões menos desenvolvidas e de transição”.

**No dia 9 de fevereiro, o Governo aprovou contratos fiscais de investimento com 10 empresas** com projetos de investimento que mantêm 3502 empregos e criam mais 289.

No dia 20, numa audição da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública da Assembleia da República (COFAP), **o Ministro das Finanças anunciou que irá rever em baixa de cerca de 1 ponto percentual a previsão de evolução do PIB em 2013, que passará, assim, de -1% para cerca de -2% em termos reais**, um valor a confirmar no final do sétimo exame regular do programa de ajustamento. **A evolução desfavorável da atividade económica em Portugal e nos parceiros comerciais na Europa no quarto trimestre influenciou a revisão em baixa do cenário macroeconómico para 2013**, segundo o ministro das Finanças.

**O ministro afirmou que a alteração do cenário macroeconómico terá implicações no perfil do ajustamento orçamental que terão de ser ponderadas**

.....  
pela *troika* no sétimo exame regular. Nesse contexto, “será avaliada a possibilidade de concretização das medidas contingentes de 0.5% do PIB anunciadas já em outubro de 2012. A composição destas medidas será uma combinação de poupanças em execução orçamental ao longo de 2013 com os efeitos das poupanças decorrentes do processo da reforma do Estado”.

Vítor Gaspar referiu ainda que, no contexto do procedimento dos défices orçamentais excessivos, a Comissão Europeia tem conferido um peso acrescido às medidas de saldo estrutural. Sendo assim, **é razoável conjecturar que a Comissão Europeia ponderará, em tempo oportuno, propor ao Conselho ECOFIN, o prolongamento por um ano do prazo concedido a Portugal para corrigir a situação de défice orçamental excessivo.**

Segundo o ministro, **o sétimo exame regular do programa de ajustamento “marca o princípio do fim da assistência oficial a Portugal.** Marca a transição entre a urgência do ajustamento e a prioridade da estabilidade e da sustentabilidade do crescimento e da criação de emprego”. **“Estão reunidas as condições necessárias para considerar a política económica e financeira num horizonte mais amplo, para construir os alicerces para um crescimento sustentado”.**

No dia 28, o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Luís Marques Guedes, afirmou que **o censo às fundações permitiu a poupança permanente de 150 m.e. por ano em transferências.**

No mesmo dia, um analista sénior da agência de notação Fitch afirmou que **o cumprimento do programa de ajustamento e a assistência dos parceiros europeus é mais relevante para o *rating* de Portugal do que o regresso do País aos mercados.** Ainda assim, considerou positiva a descida das taxas de juro e as iniciativas de emissão de dívida no mercado. **O maior risco de derrapagem do programa de assistência económica e financeira de Portugal é o fraco crescimento económico. Apesar de tudo, o analista mostrou otimismo, afirmando que “passámos o pior em Portugal, no que diz respeito ao cenário-base da Fitch” e que “há razões para acreditar que os riscos estão mais equilibrados, sobretudo depois do OMT”, o programa de compra de dívida do BCE.**

### ***Projecções Macroeconómicas***

**As previsões económicas de Inverno da Comissão Europeia (divulgadas a 22 de fevereiro) reviram em baixa a estimativa de variação real do PIB nacional para -**

**3.2% em 2012 e -1.9% em 2013** (-3% e -1% nas anteriores previsões de novembro), valores quase em linha com as previsões mais recentes do Banco de Portugal, de 15 de janeiro (-3% e -1.9%, respetivamente).

Segundo a Comissão, **a descida agravada do PIB em 2012 reflete o resultado pior do que o esperado da atividade no quarto trimestre** (decorrente de uma contração mais forte da procura interna e da desaceleração das exportações), **que implica um efeito mecânico de arrastamento acentuado** e justificativo da maior parte da revisão desfavorável em 2013, **sendo o remanescente da revisão explicado pela deterioração das perspetivas para o mercado externo.**

### Previsões (Comissão Europeia, Banco de Portugal e Governo)

	CE (22-02-13)			BdP (15-01-13)			CE (7-11-12)			Governo (15-10-12)	
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013
<b>PIB</b>	<b>-3.2</b>	<b>-1.9</b>	<b>0.8</b>	<b>-3.0</b>	<b>-1.9</b>	<b>1.3</b>	<b>-3.0</b>	<b>-1.0</b>	<b>0.8</b>	<b>-3.0</b>	<b>-1.0</b>
Consumo privado	-5.8	-2.8	0.5	-5.5	-3.6	0.1	-5.9	-1.7	0.2	-5.9	-2.2
Consumo público	-4.1	-3.3	-2.0	-4.5	-2.4	1.5	-3.5	-3.2	-1.5	-3.3	-3.5
FBCF	-14.9	-8.0	3.0	-14.4	-8.5	2.8	-14.1	-4.6	2.1	-14.1	-4.2
Exportações	3.4	1.4	4.6	4.1	2.0	4.8	4.3	2.7	4.8	4.3	3.6
Importações	-7.3	-3.1	3.8	-6.9	-3.4	3.5	-6.6	-1.1	3.3	-6.6	-1.4
<b>Contribuições para a variação do PIB (p.p.)</b>											
Exportações Líquidas	4.2	1.8	0.4	4.2	2.1	0.6	4.1	1.5	0.7		
Procura Interna	-7.4	-3.7	0.4	-7.2	-4.0	0.8	-7.1	-2.5	0.1		
Inflação (IHPC - BdP; IPC - FMI)	2.8	0.6	1.2	2.8	0.9	1.0	2.9	0.9	1.3	2.8	0.9
Taxa desemprego (% pop. ativa)	15.7	17.3	16.8				15.5	16.4	15.9	15.5	16.4
Emprego	-4.3	-2.7	0.5	-3.7	-1.9	0.0	-4.0	-1.6	0.3	-4.3	-1.7
Produtividade do trabalho	1.1	0.8	0.3	0.7	0.0	1.3	0.9	0.6	0.9	1.3	0.7
Balança corrente e de capital (% do PIB)	-1.2	0.5	0.8	-0.1	3.1	4.4	-1.4	-0.1	0.3	-1.1	1.0
Balança corrente (% do PIB)	-3.0	-1.4	-1.2				-3.0	-1.8	-1.5	-2.6	-0.6
Saldo orçamental (% PIB)	-5.0	-4.9	-2.9				-5.0	-4.5	-2.5	-5.0	-4.5
Dívida pública bruta (% PIB)	120.6	123.9	124.7				119.1	123.5	123.5	119.1	123.7

Fontes (ordem de aparecimento na tabela): Comissão Europeia, CE (22/02/13; European Economic Forecast Winter 2012 - European Economy 1/2013, pág. 74); Banco de Portugal, BdP (15/01/13, Boletim Económico de Inverno 2012, pág. 7); CE (7/11/12; European Economic Forecast Autumn 2012 - European Economy 7/2012, pág. 98); Governo (15/10/12, Proposta de Orçamento de Estado de 2013, págs. 24, 43, 44, 47, 90).

**A procura interna deverá continuar em contração no primeiro semestre de 2013, de acordo com a Comissão europeia, que aponta para uma recuperação gradual da atividade na segunda metade do ano**, suportada por uma melhoria da confiança das empresas e dos consumidores, e pela esperada retoma da procura externa. Ainda assim, espera-se ainda uma queda de 2.8% do consumo privado e de 8% do



.....  
investimento, e uma subida de apenas 1.4% das exportações (após variações reais de -5.8%, -14.9% e 3.4% em 2012, respetivamente).

**A Comissão espera que a recuperação económica ganhe consistência em 2014, ano em que é esperado um aumento de 0.8% do PIB** (com igual contributo da procura interna e da procura externa líquida), **valor inalterado face às anteriores previsões, mas inferior ao esperado pelo Banco de Portugal (1.3%)**. Em termos de principais rubricas, a Comissão aponta para subidas de 0.5% do consumo privado, de 3% do investimento e de 4.6% das exportações, mas também uma recuperação das importações (3.8%, após descidas de 3.1% em 2013 e 7.3% em 2012).

**A previsão da taxa de desemprego foi significativamente revisto em alta** (para 15.7% em 2012, 17.3% em 2013 e 16.8% em 2014, face a 15.5%, 16.4% e 15.9% nas anteriores previsões), a refletir a deterioração das perspetivas para o PIB. **Destaca-se, em particular, a subida da taxa de desemprego para 17.3% em 2013**. Estes valores decorrem da deterioração esperada do emprego, que deverá registar variações de -4.3%, -2.7% e 0.5% nos três anos, segundo os novos dados da Comissão (face a projeções de -4%, -1.6% e 0.3% em novembro).

Em contrapartida, **as previsões das contas externas melhoraram face às anteriores projeções**, apontando-se um saldo conjunto das balanças corrente e de capital de -1.2% do PIB em 2012, 0.5% em 2013 e 0.8% em 2014 (-1.4%, -0.1% e 0.3% nas estimativas de novembro), significando que se antecipou em um ano a perspetiva de um excedente externo. **Contudo, a Balança Corrente ainda será negativa em 2014** (-1.2% do PIB, após -1.4% em 2013 e -3% em 2012), segundo a Comissão.

**A Comissão salienta que os riscos das previsões são predominantemente descendentes, podendo vir a reduzir novamente as perspetivas de crescimento económico**, caso a situação do mercado de trabalho se deteriore mais do que antecipado, se as condições dos mercados financeiros e externo permanecerem frágeis, ou ainda na eventualidade do ajustamento orçamental baseado na receita levar a efeitos recessivos acima do previsto. No sentido ascendente, uma recuperação bem-sucedida do acesso aos mercados de dívida poderá ter efeitos positivos, em particular sobre o investimento.

**Quanto às perspetivas orçamentais, a Comissão continua a apontar para um défice público de 5% do PIB em 2012** (mas sublinhando que se trata de um valor dependente da forma de contabilização da concessão da ANA – Aeroportos) **e reviu**



**em alta os valores de 2013 e 2014**, devido à deterioração das perspetivas de crescimento. Os novos dados apontam para um défice de 4.9% do PIB em 2013 e 2.9% em 2014, respetivamente, comparando com as anteriores previsões de 4.5% e 2.5%, que continuam a constituir as metas oficiais até à conclusão da sétima revisão regular do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.

**As projeções do défice não incluem medidas de contingência do Governo para fazer face a desvios orçamentais**, nomeadamente a antecipação para 2013 de 800 dos 4000 milhões de euros de redução permanente da despesa pública com que o Governo se comprometeu.

**A revisão em alta do défice público implicou uma subida das projeções da dívida pública** que, em lugar de estabilizar em 2014 (em 123.5% do PIB) como se projetava anteriormente, continuará a aumentar nesse ano (para 124.7% do PIB), esperando-se que recue nos anos subsequentes.

### ***Contas Públicas***

**No dia 3 de janeiro, o Conselho de Ministros aprovou uma proposta de legislação** (aprovada depois a 8 de fevereiro pela Assembleia da República, como acima referido) **que transpõe o novo quadro europeu de procedimentos orçamentais para a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO)**. Assim, os objetivos orçamentais de médio prazo (3-5 anos) passarão a ser definidos de acordo com o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para a zona euro. **A “regra de ouro” para o saldo estrutural** (saldo das administrações públicas em contabilidade nacional corrigido dos efeitos cíclicos e líquido de medidas extraordinárias) **determina que este nunca poderá ser inferior ao objetivo anualmente fixado no PEC**. Enquanto o objetivo a 3-5 anos não for atingido, terá de haver ajustamentos anuais não inferiores a 0.5% do PIB, e a taxa de crescimento da despesa pública, líquida de medidas extraordinárias do lado da receita, não pode ser superior à taxa de referência de médio prazo de crescimento do PIB potencial, tal como definido no Programa de Estabilidade e Crescimento, embora a intensidade do ajustamento deva ter em conta a posição cíclica da economia.

**As Administrações Públicas, e todos os seus organismos e entidades, estão sujeitos ao princípio da sustentabilidade**, isto é, deverão ser capazes de financiar todos os compromissos, assumidos ou a assumir, com respeito pela regra do saldo orçamental estrutural e pelo limite da dívida pública.

**O limite da dívida pública é estabelecido em 60% do PIB** (como acordado no Pacto de Estabilidade e Crescimento e nos critérios de adesão ao euro), **ficando o Estado obrigado a reduzir o valor acima dos 60% a uma taxa média de um**

.....

**vigésimo por ano, numa média de três anos. Na LEO deverá ainda ficar estabelecido que o pagamento dos juros e a amortização da dívida pública são prioritários em relação às outras despesas.**

**Segundo uma nota da Unidade Técnica de Apoio à Assembleia da República (UTAO), divulgada no dia 14, a transposição da regra de ouro europeia para a legislação portuguesa "implicará uma consolidação orçamental adicional, que permita a obtenção de excedentes primários crescentes e superiores a 4% do PIB até 2020, reduzindo-se gradualmente nos anos seguintes [até 2035], mas sempre em níveis superiores a 3% do PIB", tendo como termo de comparação um cenário base que assume os pressupostos do PAEF até 2016 e, a partir daí, um crescimento nominal do PIB de 4% (2% em termos reais) e um excedente primário de 3% do PIB. O cenário base implica um ponto de viagem do rácio da dívida pública no PIB em 2014 e uma redução até 75% em 2035, segundo as simulações de sustentabilidade da dívida pública levadas a cabo pela UTAO.**

**No Conselho de Ministros de 9 de fevereiro foram aprovadas as normas que presidem à execução do OE 2013.**

Destaca-se o reforço dos mecanismos de controlo, designadamente através da adoção de medidas de controlo da despesa pública, sendo paralelamente concedida uma maior flexibilidade aos serviços da Administração Pública na respetiva gestão orçamental.

**O Conselho de Ministros de 27 de dezembro de 2012 aprovou a proposta de lei das finanças das Regiões Autónomas.**

Definindo os meios de que dispõem as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira para concretizar a autonomia financeira consagrada na Constituição da República, a proposta de lei enuncia os princípios a que a autonomia financeira das RA deve obedecer, destacando-se o reforço do princípio do equilíbrio orçamental. Assim, as RA passam a estar sujeitas a limites de endividamento assentes na relação entre a totalidade do seu passivo exigível e a receita corrente.

**O mesmo Conselho de Ministros aprovou também o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, no âmbito do qual:**

- São propostas **novas datas de preparação dos orçamentos municipais** que permitam a adoção de um calendário consistente com o previsto para a apresentação da proposta do Orçamento do Estado.

- **É criado o Conselho de Coordenação Financeira** integrado por entidades representativas da Administração Central e da Administração Local, com o objetivo de proporcionar troca de informação relevante.
- **Se prevê que o IMT é extinto** a partir de Janeiro de 2016.
- A certificação legal das contas dos municípios passa a ser obrigatoriamente realizada por um auditor externo.

**A síntese de execução orçamental de janeiro a dezembro revelou que o défice provisório das administrações públicas relevante para efeitos de aferição do PAEF ascendeu a 8.328.8 m.e (abaixo do limite estabelecido de 9.028 m.e.),** valor resultante da soma do saldo de caixa das administrações públicas sem ajustamentos (6951.5 m.e.) com a transferência adicional de 1500 m.e. para o SNS deduzida da transferência dos fundos de pensões das instituições de crédito (2783.9 m.e.) e das garantias, empréstimos e dotações de capital (93.4 m.e.).

**Contudo, o défice comparável** (sem entidades públicas reclassificadas, EPR) da **Administração Central e da Segurança Social piorou de 6058.5 em 2011, para 6636.8 m.e. em 2012** (com EPR, o défice cifrou-se em 7385.9 m.e.). **A despesa registou uma descida de 2.1%, com variações de -17.1% na despesa de capital e -1.2% na despesa corrente,** incluindo variações de -7.3% no consumo público (-17.9% nos custos com pessoal e 5.5% na aquisição de bens e serviços), 13.9% nos juros da dívida e -0.1% nas transferências. **A queda da despesa foi insuficiente para compensar a quebra de 3.2% da receita, com variações de -4.3% na receita corrente, incluindo -6.1% na receita fiscal e -7.1% nas contribuições sociais, e 9.7% na receita de capital. A queda da receita seria de 2.6% excluindo as receitas com a integração de fundos de pensões** em 2011 e 2012, valor este bastante melhor do que o registado no acumulado ate novembro (-4.9%) devido à contabilização da receita de 800 m.e. da concessão da ANA – Aeroportos de Portugal em dezembro.

**O excedente da Segurança Social diminuiu para 413 m.e em 2012,** face a 439.4 m.e. em 2011 e 689.1 m.e. em 2010.

**No subsetor Estado, a execução orçamental de janeiro a dezembro revelou um défice de 8898.2 m.e. em Contabilidade Pública, mais 26.3% (1854 m.e.) do que no período homólogo de 2011. O aumento do défice resultou de uma variação nula da despesa efetiva e de -6.8% na receita fiscal,** repartida entre -9.5% nos impostos diretos (-7.6% no IRS e -17.3% no IRC) e -4.7% nos impostos indiretos (incluindo -2% no IVA).

## Estimativa de Execução Orçamental do Estado

	Jan-Dez 2011	Jan-Dez 2012	Varição homóloga
Receita total	41 682.5	39 851.8	-4.4%
da qual: receita fiscal	34 359.2	32 025.2	-6.8%
Despesa total	48 726.3	48 750.0	0.0%
da qual: despesa primária	42 687.1	41 876.0	-1.9%
<b>Saldo de execução orçamental</b>	<b>-7 043.8</b>	<b>-8 898.2</b>	<b>26.3%</b>

Fonte: Direcção-geral do Orçamento (DGO) - Boletim de Execução Orçamental; valores em milhões de euros (m.e.); óptica da Contabilidade Pública; Nota: os valores de despesa excluem activos financeiros, passivos financeiros e a transferência para o Fundo de Regularização da Dívida Pública.

No relatório sobre a análise da execução orçamental de janeiro de 2013, a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) refere que “os dados relativos ao primeiro mês do ano ainda não permitem retirar conclusões suficientemente consistentes sobre a execução orçamental do conjunto do ano, pelo que a interpretação dos resultados requer particular prudência. Ainda assim, algumas das variações observadas merecem alguma preocupação, nomeadamente as que incidem sobre rubricas cuja execução depende do ciclo económico, em particular, os impostos indirectos e o subsídio de desemprego. Independentemente da execução orçamental verificada até ao momento, é possível identificar alguns riscos suscetíveis de condicionar a concretização das metas estabelecidas para o ano de 2013, sobretudo os que decorrem do agravamento do cenário macroeconómico – hipótese já admitida pelas autoridades nacionais e internacionais. A UTAO **estima que, em 2012, o défice das administrações públicas em contabilidade nacional, corrigido do efeito de operações extraordinárias, se tenha situado entre 5.7% e 6.3% do PIB** (e entre 4.6% e 5.2% do PIB, em termos não ajustados). Embora existam riscos de difícil quantificação, **a confirmar-se o ponto central desta estimativa, o défice estará muito próximo das projeções oficiais mais recentes.**”

### Sistema Fiscal

O Orçamento do Estado para 2013, aprovado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31/12, entrou em vigor a 1 de janeiro.

O Governo decidiu constituir uma Comissão para a Reforma do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Desta Comissão, presidida por António Lobo Xavier, fazem parte: Miguel Frasquilho, António Martins, António Martins, Ana Maria Rodrigues, Gustavo Courinha, João

Pedro Santos, José Almeida Fernandes, Miguel Cortez Pimentel, Tiago Moutinho e Pedro Gonçalves.

De acordo com o **Despacho n.º 66-A/2013, de 02/01** a Comissão tem o seguinte calendário:

**Até fevereiro de 2013** / elaborar documento com as linhas gerais da Reforma, a ser apresentado no 7.º exame regular ao Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal;

**Até 30 de junho de 2013** / apresentar um Anteprojeto de Reforma;

**De 1 de julho a 31 de agosto de 2013** / período de consulta pública do Anteprojeto de Reforma, durante o qual poderão ser apresentados contributos pelas entidades interessadas. A Comissão de Reforma poderá proceder à audição de entidades e especialistas em fiscalidade. Poderão ainda ser organizados seminários e sessões de discussão pública do Anteprojeto de Reforma.

**Em setembro de 2013** / Jornadas sobre a Reforma.

**Até 1 de outubro de 2013** / Entrega ao Governo do Projeto de Reforma.

**No dia 18 de fevereiro, a imprensa anunciou que a Comissão de Reforma do IRC vai propor ao Ministro das Finanças medidas de incentivo ao investimento com efeitos imediatos, com destaque para uma proposta de dedução à coleta de IRC em função dos lucros reinvestidos.**

Já em Março, na conferência de imprensa para apresentar as conclusões da sétima avaliação do PAEF a Portugal, Vítor Gaspar, Ministro do Estado e das Finanças, declarou que, no âmbito desta avaliação, foram discutidas **as linhas gerais desta reforma, as quais passam por transformar o IRC num imposto mais moderno, estável e competitivo no panorama internacional.**

Vítor Gaspar anunciou ainda que **esta reforma irá estruturar-se em torno da revisão da estrutura de taxas, da redefinição da base tributável, da redução dos custos de contexto e da reestruturação da política fiscal internacional.**

Ainda no âmbito da referida Conferência de Imprensa, o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio, declarou que **o Governo vai lançar este ano um crédito fiscal extraordinário ao investimento.** Trata-se de uma medida complementar à reforma do IRC, cujo objetivo passa também por fomentar o investimento produtivo.

.....

**No âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira, o Governo através da Lei n.º 64/2012, de 20/12, alterou o Orçamento do Estado para 2012, o Regime de Reembolsos do IVA, o Código do IMI e a Lei dos Compromissos, destacando-se os seguintes aspetos:**

- 1. No que se refere à Lei dos Compromissos**, os municípios que cumpram os limites de endividamento líquido podem substituir a redução de 5% do endividamento por uma aplicação financeira a efetuar obrigatoriamente junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.  
Esta aplicação financeira só pode ser usada para redução de pagamentos em atraso há mais de 90 dias ou endividamento municipal.
- 2. Em matéria de concessão de empréstimos e garantias do Estado** é alterado de € 9.600.000.000 para € 10.600.000.000 o montante para conceder empréstimos e realizar outras operações de crédito ativas.
- 3. O Governo pode conceder garantias pessoais**, com carácter excecional, para cobertura de responsabilidades assumidas no âmbito de investimentos financiados pelo Banco Europeu de Investimento, no quadro da prestação ou do reforço de garantias em conformidade com as regras gerais da gestão de créditos desse Banco.
- 4. O Governo pode, no âmbito da regularização da dívida comercial da RA da Madeira**, conceder uma garantia ao refinanciamento daquela dívida, até ao montante de € 1.100.000.000.
- 5. Relativamente à cobrança e reembolsos do IVA destacam-se como principais alterações:**
  - **Em matéria de compensação**, quando o valor do pagamento efetuado for superior ao do imposto apurado na declaração periódica, a diferença daí resultante é creditada em conta corrente, para compensação com o imposto que vier a mostrar-se devido.
  - Havendo **erros na liquidação** e não efetuando o sujeito passivo a respetiva regularização, a Autoridade Tributária procede à retificação das declarações e emite a liquidação adicional que se mostrar devida, sem prejuízo de proceder a compensações com eventuais créditos que se encontrem disponíveis em conta corrente.
  - Sempre que for efetuado um **pagamento inconsistente**, ou seja, que não corresponda a qualquer valor autoliquidado, a respetiva importância é creditada



em conta corrente, para efeitos da sua compensação em imposto que venha posteriormente a mostrar-se devido.

- **Os pedidos de reembolso do IVA** são suspensos sempre que não estejam garantidos, podendo, no entanto, ser efetuada a compensação com créditos tributários.

Assumindo as disposições comunitárias relativas a um ambiente sem papel para as alfândegas e o comércio, **o Governo aprovou o novo regime de cumprimento das formalidades declarativas nas áreas aduaneiras** (desalfandegamento das mercadorias), dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos **através de transmissão eletrónica de dados.**

**O Governo aprovou três novas Convenções Internacionais para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal** em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, **com a República de Chipre, com a República do Peru e com o Uruguai.**

Através da Portaria n.º 424/2012, de 28/12, **o Governo fixou em 482,40€ o valor médio de construção por metro quadrado**, para efeitos de avaliação no âmbito do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, a **vigorar em 2013.**

**No âmbito do novo regime de envio da informação de faturação por via eletrónica**, a Portaria n.º 426-A/2012 de 28/12, considerando a dimensão/estrutura de alguns agentes económicos obrigados ao cumprimento desta obrigação e no sentido de permitir uma adaptação progressiva a esta nova realidade, **estabelece regimes transitórios.**

Assim, **durante o ano de 2013:**

- Desde que preenchidas determinadas condições, os sujeitos passivos apenas estão obrigados ao preenchimento dos elementos respeitantes à primeira e última fatura, de cada série, emitidas no período a que se refere a declaração.
- Um segundo regime transitório prevê que os sujeitos passivos que pratiquem operações isentas, estejam enquadrados no regime especial de isenção, ou no regime dos pequenos retalhistas, ou não tenham emitido mais de 10 faturas no mês a que respeita a declaração, podem entregar a declaração presencialmente em qualquer Serviço de Finanças.

Ainda neste âmbito, através da Portaria n.º 426-B/2012, de 28/12, **são aprovados os modelos das faturas-recibo** e determinado que o preenchimento e emissão das



.....  
mesmas se efetua obrigatoriamente no Portal das Finanças, no endereço eletrónico [www.portaldasfinancas.gov.pt](http://www.portaldasfinancas.gov.pt).

Neste âmbito: (i) ajusta-se o período durante o qual os documentos emitidos no Portal das Finanças ficam disponíveis para consulta aos prazos previstos nos diversos códigos fiscais para a conservação dos documentos; (ii) estabelece-se que a anulação das faturas-recibo depende de pedido do sujeito passivo emite, a submeter no Portal das Finanças; (iii) em situações excecionais, caso seja impossível a emissão por via eletrónica, os sujeitos passivos podem imprimir no Portal das Finanças a fatura-recibo sem preenchimento, a qual será numerada sequencialmente.

**No sentido de garantir o adequado funcionamento da Unidade dos Grandes Contribuintes (UGC) o Decreto-Lei n.º 6/2013 de 17/01 cria condições que visam um melhor acompanhamento do cumprimento das obrigações fiscais, dos riscos de incumprimento e do nível de contencioso.**

A par de uma **maior divulgação das informações vinculativas** que decorrem das áreas de administração de cada imposto, prevê-se a criação de um procedimento de assistência pré-declarativa com vista a reduzir o risco fiscal de operações complexas.

**Atribui-se, no âmbito da resolução da conflitualidade fiscal administrativa, à UGC competência para a decisão das reclamações gratuitas.**

Cabe à administração tributária, atendendo à elevada relevância económica e fiscal de alguns contribuintes, considerá-los como grandes contribuintes para efeitos do seu acompanhamento permanente por gestor tributário.

Os critérios para qualificação de grandes contribuintes serão ainda definidos por portaria, e relacionar-se-ão com o volume de negócios, com o valor total de rendimentos e com o valor global de pagamento de impostos.

**O Governo, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/2013, de 20/02, aprovou as minutas de contratos fiscais de investimento, correspondentes a um investimento total de 154,6 milhões de euros, a celebrar entre o Estado Português e as seguintes sociedades: Santos Barosa - Vidros, S.A.; Font Salem Portugal, S.A.; Labesfal - Laboratórios Almiro, S.A.; Borgstena Textile Portugal, Unipessoal, Lda.; Vale de S. Martinho - Sociedade Agrícola, S.A.; Tyco Electronics Componentes Electromecânicos, Lda.; Ferpinta - Indústrias de Tubos de Aço de Fernando Pinho Teixeira, S.A.; CS - Coelho da Silva, S.A.; Pentaplast, S.A.; e Gypfor - Gessos Laminados, S.A.,**

Estão em causa projetos de investimento que o Governo considera revestirem especial interesse para a economia nacional e que reúnem as condições necessárias para a concessão dos incentivos fiscais legalmente previstos.

### ***Política Social e Laboral***

**O Governo procedeu à atualização das Pensões Mínimas da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações em 1,1%, para 2013 (Portaria n.º 432-A/2012).**

De acordo com dados recentemente publicitados pelo INE, o indicador da esperança média de vida aos 65 anos, verificada em 2006, é de 17,94 e o correspondente a 2012 é de 18,84.

Tendo em conta o indicador da esperança média de vida aos 65 anos verificada em 2006 e em 2012, a Portaria n.º 429/2012 determina que o fator de sustentabilidade aplicável às pensões iniciadas em 2013 é de 0,9522.

Com o objetivo de minimizar o impacto da carga fiscal sobre o orçamento familiar dos trabalhadores, a Lei n.º 11/2013, de 28/01 estabelece, para o ano de 2013, um regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de férias, que antecipa o recebimento, em duodécimos, de 50% daquelas prestações. Os restantes 50% de ambos os subsídios continuarão a ser recebidos nas datas e nos termos já previstos legalmente.

Este regime poderia ter sido afastado por manifestação expressa do trabalhador a exercer no prazo de cinco dias a contar da entrada em vigor da lei, ou seja, até 4 de fevereiro de 2013.

**Está em vigor desde 1 de fevereiro de 2013 o novo regime jurídico de proteção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores independentes com atividade empresarial e dos membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas.**

De acordo com o Decreto-Lei n.º 12/2013, de 25/01, são abrangidos por este regime os membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas que exerçam funções de gerência ou de administração e os trabalhadores independentes com atividade empresarial.

**O montante diário do subsídio corresponde a 65% da remuneração de referência e é calculado na base de 30 dias por mês.**

**O prazo de garantia para atribuição dos subsídios é de 720 dias de exercício de atividade profissional, com o correspondente registo de remunerações num período de 48 meses imediatamente anterior à data da cessação de atividade.**

.....

O **reconhecimento do direito aos subsídios** por cessação de atividade profissional **depende do preenchimento cumulativo das seguintes condições:** (i) Encerramento da empresa ou cessação da atividade profissional de forma involuntária; (ii) Cumprimento do prazo de garantia; (iii) Situação contributiva regularizada perante a segurança social; (iv) Perda de rendimentos que determine a cessação de atividade; (v) Inscrição no centro de emprego.

Através do **Decreto-Lei n.º 13/2013, de 25/01** foram alterados os regimes jurídicos de proteção social no desemprego, morte, dependência, rendimento social de inserção e complemento solidário para idosos.

No âmbito destas alterações destaca-se o facto de **o Governo possibilitar o acesso à proteção no desemprego dos trabalhadores qualificados que cessem por acordo** o seu contrato de trabalho sem diminuição do nível de emprego da empresa, não ficando este mecanismo sujeito às quotas já previstas na lei relativamente às cessações do contrato de trabalho por acordo fundamentadas em motivos que permitam o recurso ao despedimento coletivo ou por extinção do posto de trabalho.

No que se refere à **proteção social dos trabalhadores independentes** que prestem serviço maioritariamente a uma entidade contratante, deixa de ser condição de atribuição do subsídio por cessação de atividade o cumprimento da obrigação contributiva por parte da entidade contratante.

**O valor do rendimento social de inserção** corresponde a 42,495% do valor do IAS e **o valor de referência do complemento solidário para idosos** é definido em 4.909€.

**No âmbito dos Apoios ao Emprego o Governo criou a medida de Apoio à Contratação de Desempregados Via Reembolso da Taxa Social Única.**

Criada pela **Portaria n.º 3-A/2013, de 04/01**, esta medida vem alargar os apoios já existentes a título de isenção de TSU, visa apoiar a contratação de desempregados com idade igual ou superior a 45 anos e está condicionada à criação líquida de emprego e à celebração de contrato de trabalho, sem termo ou a termo resolutivo certo, pelo período mínimo de 6 meses, a tempo parcial ou a tempo completo.

**O apoio Financeiro a conceder corresponde ao reembolso do valor da TSU paga mensalmente** relativamente a cada trabalhador, durante o período máximo de 18 meses, com o limite de 200€ / mês.

O apoio é pago em prestações e corresponde a 100% ou a 75% do valor da TSU paga, conforme estejamos, respetivamente, perante um contrato sem termo ou perante contrato a termo resolutivo certo.

Visando combater as dificuldades criadas pelo crescente nível de desemprego o **Governo através da Portaria n.º 3-B/2013 de 04/01, alargou o âmbito do Programa de Estágios Profissionais passando a incluir:**

- Desempregados que integrem família monoparental inscritos no centro de emprego ou centro de emprego e formação profissional;
- Desempregados cujos cônjuges ou pessoas com quem vivam em união de fato se encontrem igualmente desempregados, inscritos no centro de emprego ou centro de emprego e formação profissional.

No âmbito do Plano Estratégico de Iniciativas à Empregabilidade Jovem e de Apoio às PME — «Impulso Jovem», **O Governo decidiu implementar as Medidas Passaporte Emprego 3i - Industrialização, Inovação e Internacionalização.**

Previstas pela **Portaria n.º 408/2012, de 14/12, destacam-se duas inovações principais:** uma referente ao facto de o estágio integrar obrigatoriamente formação profissional certificada e a outra relativa ao prémio de integração para a contratação sem termo subsequente ao estágio.

**Visando** essencialmente a especialização da produção, de novos produtos e tecnologias; a implementação de estratégias de internacionalização e aumento da capacidade exportadora e o reforço da capacidade inovadora das empresas e a integração de recursos humanos qualificados, estas Medidas Passaporte Emprego 3i destinam-se genericamente a Jovens entre os 18 e os 30 anos, ou entre os 23 e os 34 anos, com qualificações e inscritos nos centros de emprego.

**O valor da Bolsa de Estágio** corresponde a uma percentagem do valor do IAS de acordo com as qualificações do estagiário.

**O Prémio de Integração** tem o valor equivalente à bolsa mensal de estágio multiplicado por seis e será majorado em 20% no caso de estagiário portador de deficiência ou incapacidade.

**O Governo criou um novo apoio à contratação de Trabalhadores por Empresas Startups.**

Trata-se de empresas baseadas em conhecimento e com potencial de crescimento em mercados internacionais, com potencial para colocar no mercado produtos e serviços transacionáveis, inovadores e de elevado valor acrescentado, em áreas relacionadas com as tecnologias de informação, da comunicação e da eletrónica, das energias limpas e eficientes, das ciências da vida e da indústria avançada.

Nesta matéria, a **Portaria n.º 432/2012, de 31/12, prevê um apoio correspondente ao reembolso de uma percentagem da TSU paga pelo empregador, durante o período máximo de 18 meses**, relativamente a cada trabalhador, até valores

.....  
máximos de 300€, de 225€ e de 175€ por mês (de acordo com o tipo de vínculo contratual estabelecido com o trabalhador) e variando proporcionalmente com a retribuição do trabalhador.

A concessão deste apoio está ainda condicionada pela criação líquida de emprego e é diferenciado de acordo com a situação laboral em que o trabalhador se encontra antes da contratação.

**O Governo, através da Portaria n.º 33/2013, de 29/01, criou o Programa de Qualificação e Inserção Profissional nas áreas da conservação e manutenção do património, a que podem candidatar-se** pessoas singulares ou coletivas, de direito privado, com ou sem fins lucrativos e que visa apoiar **projetos com duração de 3 a 12 meses**, no âmbito dos quais se promovam estágios para desempregados com 35 anos ou mais (de acordo com o período de inscrição no centro de emprego).

**Ao estagiário é concedida**, mensalmente, **uma bolsa de estágio**, cujo valor corresponde a uma percentagem do valor do IAS tendo em consideração as qualificações do estagiário.

**Os encargos da entidade promotora com a bolsa de estágio são financiados integralmente pelo IEFP, I.P.**

**O Governo prossegue o processo de convergência da legislação laboral aplicada aos trabalhadores da administração pública com o Código do Trabalho.**

Assim, a **Lei n.º 66/2012**, de 31/12 **uniformiza as regras da remuneração do trabalho extraordinário e descanso compensatório** aplicadas aos trabalhadores que exercem funções públicas, com o Código do Trabalho.

**É reduzido o número de feriados e aplicado o regime do trabalhador estudante** de acordo com o estabelecido no Código do Trabalho, alteram-se as regras referentes à possibilidade de cumulação de vencimentos por trabalhadores em funções públicas e reduz-se a compensação por caducidade dos contratos a termo certo e a termo incerto.

No que se refere às faltas por doença determina-se que os efeitos no direito a férias e respetivo subsídio são os estabelecidos para os demais trabalhadores com contrato de trabalho.

No Conselho de Ministros de 14 de fevereiro, na sequência da elaboração do Livro Branco, **foram aprovadas as orientações estratégicas de intervenção para a política da juventude.**

O Governo, através da Lei n.º 3/2013, de 14/01, alterou o regime jurídico do trabalho portuário:

- **Redefinindo o âmbito** do trabalho portuário e harmonizando o respetivo conceito para todos os portos;
- **Regulamentando o trabalho portuário a termo e intermitente**, ou seja, transpondo para o trabalho portuário modalidades contratuais já previstas no Código do Trabalho, ainda que com regras especiais.
- **Reforçando a importância da formação profissional e segurança no trabalho** no âmbito do trabalho portuário.

### ***Outras Medidas de Política Económica***

O Governo aprovou a **Agenda Portugal Digital**, que, alinhada com a Estratégia Europa 2020, **tem por objetivo reforçar a competitividade e a internacionalização das empresas nacionais, em especial das PME, através da inovação e do empreendedorismo qualificado**, definidos no Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação (+E+I).

De acordo com as orientações constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2012, de 31/12, a **Agenda Portugal Digital prevê um forte envolvimento do sector privado**, em especial do sector das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), **e aposta no desenvolvimento da economia digital e na sociedade do conhecimento**, como base para a disponibilização de novos produtos e serviços de maior valor acrescentado e direcionados para os mercados internacionais.

No âmbito do Programa Estratégico+E+I, foi regulamentado o Programa «Portugal Empreendedor».

De acordo com a Portaria n.º 432-B/2012 de 31/12, este Programa visa apoiar: (i) o **desenvolvimento de competências empreendedoras**; (ii) **empreendedores com ideias e projetos empresariais**, em fase anterior à criação de empresa, e a empresas em fase de arranque, durante o primeiro ano de atividade; e (iii) a **criação e capacitação de redes locais** de suporte ao empreendedor para implementação de planos de ação territoriais.

O Despacho n.º 16590/2012, de 31/12, cria, no âmbito do Programa Estratégico+E+I, a **Iniciativa +Empresas**, que **visa facilitar o acesso dos empreendedores aos instrumentos disponíveis, adequados às várias fases do ciclo dos seus projetos**. A esta iniciativa são agregadas as seguintes medidas: «Passaporte para o



.....

empreendedorismo», «Vale Empreendedorismo», «Medida de Apoio à Contratação de Trabalhadores por Empresas *Startups*», «Empreendedorismo qualificado» e «Programa de ignição».

**O Governo, através da Portaria n.º 432-E/2012, de 31/12, criou o Programa COOPJOVEM.**

**Trata-se de um programa de apoio ao empreendedorismo cooperativo**, destinado a apoiar os jovens na criação de cooperativas ou em projetos de investimento que envolvam a criação líquida de postos de trabalho em cooperativas agrícolas já existentes, através da atribuição de uma bolsa, por um período mínimo de 2 a 6 meses, correspondente a uma percentagem do IAS de acordo com as qualificações do destinatário.

Para além do apoio técnico aos jovens para alargamento de competências na área do empreendedorismo cooperativo e da capacitação na estruturação do projeto cooperativo, possibilita-se ainda o acesso ao crédito ao investimento, bonificado e garantido nos termos da tipologia MICROINVEST.

**O Governo**, tendo por objetivo promover um desenvolvimento regional que favoreça o crescimento económico sustentável, a competitividade e o emprego e o investimento empresarial, numa lógica de coesão territorial, e num horizonte temporal convergente com o novo período de programação de instrumentos comunitários (2014/2020), **aprovou o «Programa Valorizar».**

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/2013, de 29/01 o «Programa Valorizar» **terá um custo total de 256.326.244€**, sendo mobilizados recursos FEDER no quantitativo de até 40.185.000€, recursos do BEI, no âmbito da linha INVESTE QREN, até 200.800.000€ e a contrapartida nacional associada à mobilização do FEDER, de 15.341.244€.

**O Governo prosseguiu a Reforma do Arrendamento Urbano e da Reabilitação Urbana destacando-se a publicação e entrada em vigor de diversos diplomas relevantes para a implementação da Reforma.**

**Assim:**

**O Decreto-Lei n.º 266-B/2012 de 31/12, estabeleceu o regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos**, arrendados ou não, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de conservação do edificado.



O **Decreto-Lei n.º 266-C/2012, de 31/12**, alterou o regime de determinação do rendimento anual bruto corrigido e de atribuição do subsídio de renda.

Regulou também os elementos do contrato de arrendamento e os requisitos a que obedece a sua celebração.

O **Decreto-Lei n.º 1/2013, de 07/01**, definiu as regras de funcionamento do **Balcão Nacional do Arrendamento** (BNA), enquanto secretaria judicial com competência exclusiva para a tramitação do procedimento especial de despejo em todo o território nacional.

A **Portaria n.º 7/2013, de 10/01**, determinou a composição do mapa de pessoal do **BNA**, cuja Secretaria funcionará junto da Direção-Geral da Administração da Justiça no Porto.

A **Portaria n.º 9/2013, de 10/01** regulamentou diversos aspetos do procedimento especial de despejo, designadamente, o modelo, formas de apresentação e pagamento da taxa de justiça respetiva. Estas informações são divulgadas na página eletrónica do BNA [www.bna.mj.pt](http://www.bna.mj.pt)

Principal elemento dinamizador da reforma do arrendamento urbano, o **BNA registou no primeiro mês de atividade a entrada de 323 procedimentos especiais de despejo**, os quais têm como principal fundamento: rendas em atraso e necessidade de realização de obras de fundo.

Regista-se ainda que, dos referidos procedimentos, 212 foram instaurados com apoio de mandatário, 88 foram recusados por falta de fundamento para o despejo e 28 desativados do sistema eletrónico por falta do pagamento de taxa de justiça ou pelo proponente não ter assinatura eletrónica ativada.

O **Despacho n.º 3050/2013, de 26/02**, criou a **Comissão de Monitorização da Reforma do Arrendamento Urbano**, que tem por missão proceder a uma análise circunstanciada da execução desta reforma, reunir e divulgar os elementos quantitativos e qualitativos da execução da reforma, avaliar em que medida os objetivos da reforma estão a ser cumpridos e identificar as dificuldades de execução da reforma.

A **taxa supletiva de juros moratórios** relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, para vigorar no 1.º semestre de 2013 **é de 7,75%** (**Aviso n.º 594/2013, de 11/01**).

.....  
**O Governo reduziu para 30 dias o prazo limite de pagamento relativo a fornecimento de bens alimentares quando o credor for uma micro ou pequena empresa.**

De acordo com o Decreto-Lei n.º 2/2013, de 09/01, **este novo prazo entra em vigor a 8 de Abril de 2013**, passando o conjunto de entidades que beneficiam destes novos prazos a abranger as micro ou pequenas empresas, as médias empresas que exerçam a sua atividade principal no setor da produção e transformação de pescado e as organizações de produtores.

**Podem ser estabelecidos prazos de pagamento superiores** aos referidos, desde que tal resulte de negociação que envolva as estruturas representativas dos intervenientes - distribuição, indústria e produção.

Com o objetivo de implementar medidas que contribuam para a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde e garantam o acesso ao medicamento, **foram criados dois Fundos de Gestão das Contribuições Especiais da Indústria Farmacêutica para a Estabilização do Serviço Nacional de Saúde.**

De acordo com a Portaria n.º 407/2012, de 14/12, a criação destes Fundos resulta de Protocolo celebrado, entre os Ministérios das Finanças, da Economia e Emprego, e da Saúde e a APIFARMA – Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica, em representação da Indústria Farmacêutica.

**As empresas da indústria farmacêutica aderentes ao Protocolo, fazem uma contribuição mensal correspondente a 2%, da respetiva faturação mensal.**

Através do Despacho n.º 2061-C/2013, de 04/02, **foi criada a Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica** a quem cabe, entre outras atribuições: (i) elaborar o Formulário Nacional de Medicamentos e promover a inclusão ou exclusão de medicamentos; (ii) elaborar protocolos de utilização de medicamentos; (iii) monitorizar o cumprimento do Formulário Nacional de Medicamentos; e (iv) elaborar estratégias efetivas de promoção da utilização racional do medicamento.

**O Ministério da Agricultura decidiu criar a «Bolsa de Terras» para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril.** Com o objetivo de facilitar o acesso a terra, quando as mesmas não sejam utilizadas, esta Bolsa disponibiliza para arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência as terras com aptidão agrícola, florestal e silvopastoril (Lei n.º 62/2012, de 10/12).

**No âmbito do Pacote Clima-Energia, o Conselho de Ministros de 17 de janeiro regulamentou o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa a partir de 2013**, concluindo a transposição da nova Diretiva CELE,

que tem como objetivo alargar o regime comunitário de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa.

A partir de 2013: (i) alarga-se o âmbito do CELE com a introdução de novos gases e sectores; (ii) a determinação do número de licenças passa a ser feita a nível comunitário; (iii) as licenças são atribuídas, em regra, por leilão.

**No Conselho de Ministros de 28 de fevereiro foi aprovado o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2013-2016 e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis 2013-2020.**

O PNAEE integra as preocupações relativas à redução de energia primária, para o horizonte de 2020, constantes da diretiva comunitária relativa à eficiência energética.

O PNAER, por sua vez, é redefinido em função do cenário atual de excesso de oferta de produção de eletricidade decorrente de uma redução da procura, de forma a adequar e a mitigar os custos inerentes.

**O Despacho n.º 2276/2013 n.º 28, de 08/02, aprovou, no âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação, a minuta do contrato de investimento a celebrar entre o Estado Português, a Alstom Holdings, a Alstom España IB, S.L. e a Alstom Portugal, SA.**

O investimento em causa excede os 13.4 milhões de euros, prevendo-se a criação de 55 postos de trabalho diretos e a manutenção de 318.

**O Governo, pela Lei n.º 18/2013, de 18/02, está autorizado a aprovar os princípios gerais aplicáveis ao setor público empresarial e a complementar o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, no sentido de:**

- Adotar modelos que disciplinem a criação e funcionamento de todas as entidades que integrem o setor público empresarial;
- Reforçar as condições de eficiência operacional e financeira, de todas as entidades do setor público empresarial;
- Criar mecanismos para o controlo do endividamento do setor público;
- Assegurar a sustentabilidade do setor público empresarial de modo a garantir a prestação do serviço público em condições adequadas.

**O Ministério da Justiça apresentou um novo pacote de medidas urgentes de combate às pendências em atraso no domínio da ação executiva.**

Com o objetivo de impedir que as execuções sem viabilidade se arrastem ao longo de anos nos tribunais, o Decreto-Lei n.º 4/2013, de 11/01, prevê a **extinção das ações nos casos de** inexistência de bens penhoráveis nos processos executivos anteriores a 15

.....  
de setembro de 2003, por falta de impulso processual do exequente, ou por não pagamento da remuneração pelo exequente ao agente de execução.

**Com relevância ao nível do processo de Insolvência e da Recuperação de Empresas, a Lei n.º 22/2013, de 26/02, estabeleceu o novo estatuto do administrador judicial.**

Pretende-se, com este novo estatuto, desligar a atividade desenvolvida pelos administradores judiciais da simples administração da insolvência, e conferir-lhes uma ação mais ampla, sobretudo, pelas novas funções que lhes são atribuídas no âmbito do processo especial de revitalização.

O presente estatuto, regula a sanção de comportamentos desajustados, premiando práticas acertadas no exercício da atividade, sobretudo aquelas que possibilitem a recuperação dos agentes económicos que, ainda que com dificuldades, estejam em condições de permanecer no mercado.

### ***Sistema Monetário e Financeiro***

No âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros, **o Conselho de Ministros de 31 de janeiro aprovou uma proposta de lei que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito** com o objetivo de permitir ao Estado o exercício temporário de domínio sobre uma instituição de crédito que seja objeto de uma operação de capitalização com recurso a capital público.

Assim, quando o Estado subscreva ou adquira uma participação no capital social de uma instituição de crédito que lhe atribua uma posição de domínio, o Estado poderá, em obediência a um princípio de controlo do investimento de fundos públicos, exercer os direitos de voto inerentes à sua participação.

**A Direção-Geral do Consumidor aprovou medidas com vista a prevenir e regularizar as situações de incumprimento de contratos de crédito celebrados com consumidores.**

Para este efeito, a Portaria n.º 2/2013, de 02/01, criou uma rede extrajudicial de apoio a clientes bancários, através da qual se pretende informar, aconselhar e acompanhar os consumidores que se encontrem em risco de não cumprir as obrigações decorrentes de contratos de crédito ou que se encontrem em mora relativamente ao cumprimento dessas obrigações.

No que se refere a contratos de crédito, **o BdP, através do Aviso n.º 15/2012 n.º 241, de 13/12, estabeleceu os deveres de informação a que estão obrigadas as**

**instituições de crédito aderentes ao regime dos Serviços Mínimos Bancários** designadamente no que se refere às condições de acesso e prestação destes serviços.

Informação adicional sobre esta matéria está disponível em [www.clientebancario.bportugal.pt](http://www.clientebancario.bportugal.pt) e [www.todoscontam.pt](http://www.todoscontam.pt).

Ainda no âmbito da prevenção e regularização extrajudicial de situações de incumprimento de contratos de crédito, **o BdP concretizou novos deveres por parte das instituições de crédito relativamente:**

- À divulgação de informação relativa ao incumprimento de contratos de crédito e à rede extrajudicial de apoio;
- Aos contactos com os clientes bancários em risco de incumprimento ou em mora no cumprimento das suas obrigações;
- Às regras para a avaliação da capacidade financeira desses clientes;
- Aos requisitos para elaborar o Plano de Ação para o Risco de Incumprimento e aplicar o Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (Aviso n.º 17/2012, de 17/12)

**No dia 30 de janeiro, o Banco de Portugal divulgou os resultados do inquérito sobre o mercado de crédito da zona euro para os 5 bancos portugueses presentes na amostra, tendo concluído que “os critérios de concessão de empréstimos ou linhas de crédito a empresas permaneceram praticamente inalterados no quarto trimestre de 2012, sendo de salientar que uma instituição reportou uma ligeira diminuição da restritividade nos empréstimos a PME’s e outra reportou um ligeiro agravamento nos empréstimos a grandes empresas”.**

**“Em todo o caso, alguns dos bancos inquiridos identificaram fatores que contribuíram para tornar os critérios ligeiramente mais restritivos. Em particular, refira-se, a deterioração das expectativas quanto à atividade económica em geral e das perspetivas para setores de atividade ou empresas específicas. Por seu turno, uma instituição referiu o contributo positivo da melhoria das condições no acesso a financiamento de mercado e da melhoria da posição de liquidez. Relativamente às condições dos empréstimos, algumas instituições reportaram um ligeiro aumento dos *spreads* aplicados nos empréstimos de maior risco, assim como um ligeiro aumento da restritividade em outras condições contratuais, o qual se materializou na redução das maturidades e no reforço das garantias exigidas”.**

.....

**“No quarto trimestre de 2012, a procura de empréstimos ou linhas de crédito por parte de empresas terá, em termos gerais, permanecido praticamente sem alterações.** Não obstante, refira-se uma ligeira diminuição da procura por empréstimos a prazos mais longos, um ligeiro aumento dos empréstimos a PME's assim como um ligeiro aumento dos empréstimos a curto prazo. A redução das necessidades de financiamento do investimento terá contribuído ligeiramente para a redução da procura. Adicionalmente, duas instituições reportaram um ligeiro contributo negativo para a procura a si dirigida associado ao recurso por parte das empresas a empréstimos de outras instituições bancárias. Em sentido contrário, i. e. contribuindo ligeiramente para um aumento da procura, refira-se o aumento das necessidades de financiamento de existências e de necessidades de fundo de maneio e o aumento das necessidades de financiamento para a reestruturação da dívida”.

**“Para o primeiro trimestre de 2013, os bancos inquiridos não antecipam, em termos gerais, alterações significativas nos critérios de concessão de empréstimos ou linhas de crédito a empresas. Contudo, duas instituições esperam uma ligeira diminuição da restritividade nos empréstimos a PME's.** No que se refere à procura, a generalidade dos bancos não antecipa alterações significativas”.

No dia 21 de fevereiro, o Banco de Portugal divulgou uma nota de informação sobre estatísticas do balanço das instituições financeiras em 2012. **Em 2012, o crédito interno concedido pelo setor bancário manteve a tendência de descida iniciada em meados de 2011.** No final de 2012, após 10 meses consecutivos de redução, o crédito interno totalizava 344.8 mil milhões de euros, o que representa uma contração de 17.7 mil milhões de euros em relação ao final de 2011. Este comportamento traduziu-se em taxas de variação anual sistematicamente negativas durante o ano de 2012, fixando-se nos -9.6% em dezembro, com uma redução de 9.3 pontos percentuais (p.p.) face aos -0.3% registados no período homólogo. **Para a contração do crédito contribuíram a generalidade dos setores,** verificando-se reduções no crédito a sociedades não financeiras, a instituições financeiras não monetárias e a particulares de 12.0, 6.4 e 5.6 mil milhões de euros, respetivamente.

**A redução do crédito bancário a sociedades não financeiras verificou-se sobretudo na componente de empréstimos, para a qual se registou uma taxa de variação anual em dezembro de 2012 de -6.5% (-2.7% em dezembro de 2011).** No entanto, durante o ano de 2012 continuou a observar-se a venda de carteiras de



crédito por parte dos bancos, pelo que **a taxa de variação anual ajustada daquelas vendas se situou em -4.4% no final de 2012** (-1.9% no final de 2011).

**Em dezembro de 2012, a taxa de variação homóloga dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro às sociedades não financeiras foi de -7.2% (-9.9% no que respeita às PME), mas com um crescimento de 5.4% nos empréstimos às empresas exportadoras.**

**Em sentido contrário, o crédito às administrações públicas aumentou 6.3 mil milhões de euros face a 2011**, atingindo, no final de 2012, 40.1 mil milhões de euros.

**Em 2012, os ativos líquidos** (isto é, deduzidos dos passivos) **sobre o exterior aumentaram 1.7 mil milhões de euros. No entanto, a posição externa líquida do setor monetário manteve-se negativa**, perfazendo, em dezembro de 2012, um total de ativos líquidos de -30.0 mil milhões de euros.

**Em 2012, os depósitos do setor não monetário totalizaram 223.1 mil milhões de euros, representando uma redução de 19.0 mil milhões de euros face ao final de 2011. Inverteu-se, deste modo, a tendência de subida verificada nos dois anos precedentes.** Em 2010 e 2011 os depósitos do setor não monetário tinham registado acréscimos de 21.5 e 19.9 mil milhões de euros, respetivamente



## 2. Economia Monetária e Financeira

### 2.1. Taxas de Juro

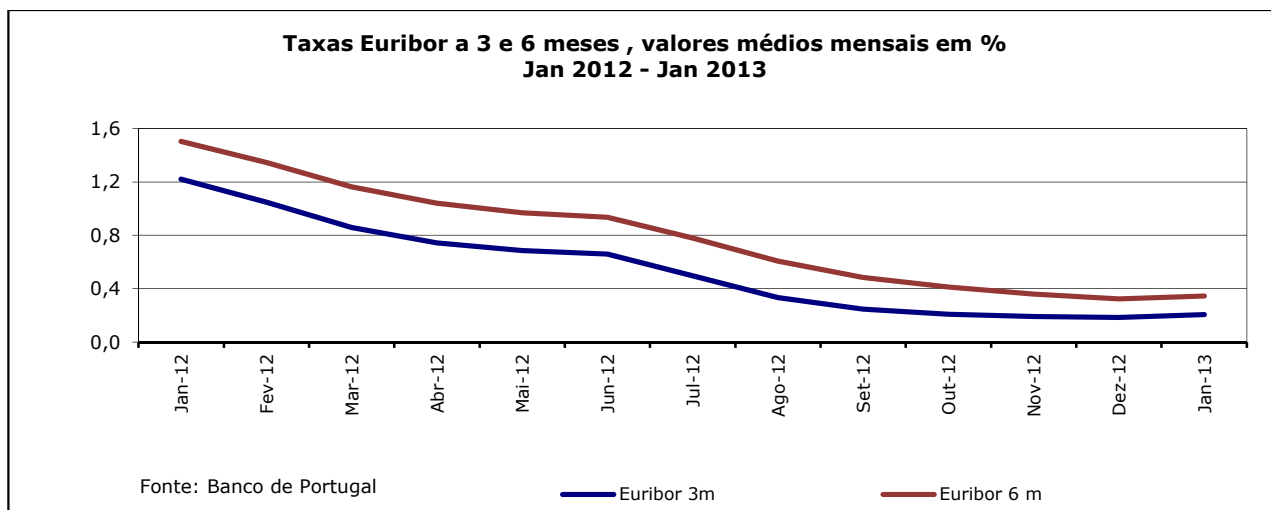
#### Taxas Euribor

	Euribor		Yields das Obrigações do Tesouro	
	3 meses	6 meses	5 anos	10 anos
<b>Taxas de juro médias</b>				
Set-12	0.246	0.484	6.73	8.62
Out-12	0.208	0.412	6.14	8.17
Nov-12	0.192	0.360	7.09	8.32
Dez-12	0.185	0.324	6.61	7.25
Jan-13	0.205	0.344	5.08	6.24
<b>Taxas de juro em final de mês</b>				
Set-12	0.22	0.437	6.96	9.02
Out-12	0.197	0.389	6.31	8.11
Nov-12	0.191	0.344	6.3	7.66
Dez-12	0.187	0.32	5.31	7.16
Jan-13	0.232	0.378	5.23	6.19
<b>Últimos valores disponíveis</b>				
29-11-12	0.210	0.336	5.16	6.52

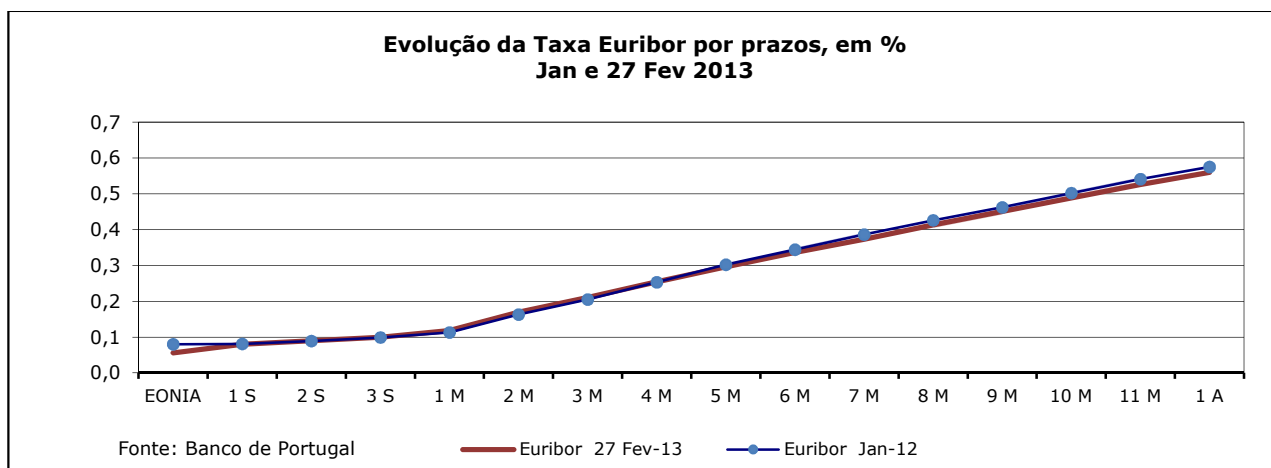
Fonte: Banco de Portugal e Reuters; valores em percentagem; taxas anualizadas a 360 dias.

Nota: os valores para as Obrigações do Tesouro referem-se às yields do mercado secundário.

No mercado monetário europeu, **as taxas Euribor a 3 e 6 meses prosseguiram em queda no mês de dezembro**, quer em média mensal (0.185% e 0.324%, respetivamente) quer em valor de final de mês (0.187% e 0.32%), **atingindo novos mínimos históricos**, traduzindo a perspetiva de corte das taxas diretoras do BCE na reunião de janeiro de 2013. **Como a decisão do BCE foi de manter os seus referenciais, as taxas Euribor registaram uma recuperação em janeiro** (para 0.205% e 0.344% em média mensal e 0.232% e 0.378% em comparação de final de mês), **para o que também contribuiu a devolução antecipada, pelos bancos, dos fundos emprestados pelo BCE** no âmbito da primeira das grandes operações de injeção de liquidez realizadas em 2012.

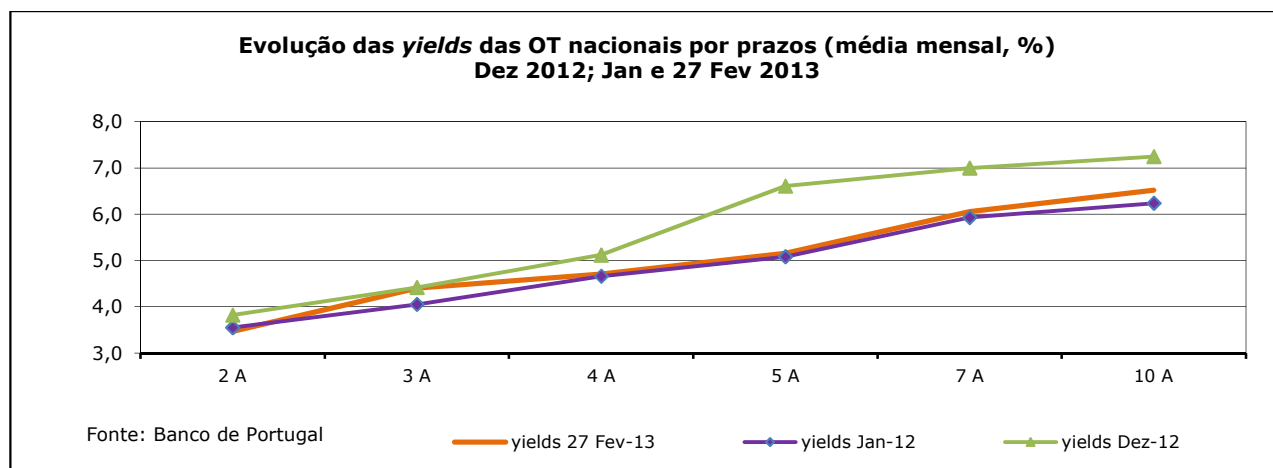


**Contudo, as taxas Euribor diárias retomaram a trajetória de descida já em fevereiro (atingindo 0.21% a 3 meses e 0.336% a 6 meses no dia 27).**

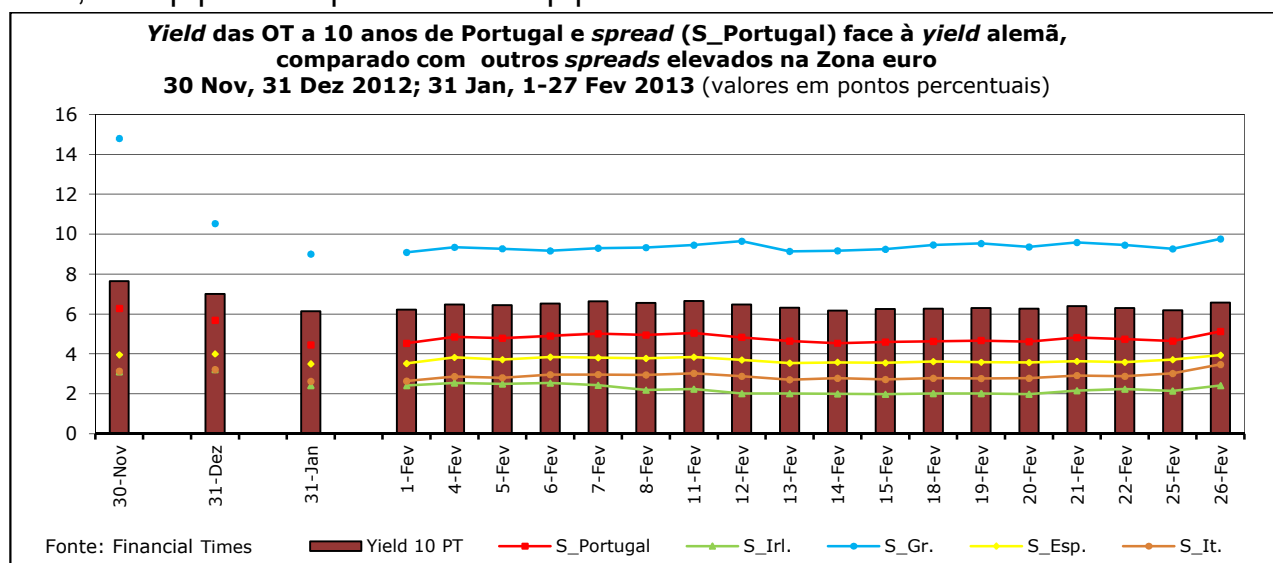


No mercado secundário de obrigações do Tesouro português, **as *yields* médias mensais de Portugal diminuíram em dezembro** (para 3.82% no prazo residual de 2 anos, 6.61% nos 5 anos e 7.25% nos 10 anos, após 5.19%, 7.09% e 8.32% em novembro, respetivamente), na sequência do acordo para a sustentabilidade da dívida grega e a supervisão bancária única europeia, o que se refletiu numa redução dos prémios de risco dos países europeus sob pressão nos mercados de dívida. **A descida das *yields* médias nacionais acentuou-se em janeiro** (para mínimos desde outubro de 2010: 3.55% no prazo residual de 2 anos, 5.08% nos 5 anos e 6.24% nos 10 anos) com a realização de várias emissões obrigacionistas bem-sucedidas na zona euro, em particular com o regresso de Portugal ao mercado primário de dívida soberana de longo prazo, no dia 23. **Já em fevereiro, a tensão política em Espanha e o impasse político em Itália** (que pode reacender a crise do euro) **conduziram a uma subida das *yields* nos países sob maior pressão nos mercados** (com exceção da Irlanda, beneficiando do anúncio de reescalonamento da

dívida), **incluindo Portugal** (atingindo 3.47% no prazo residual de 2 anos, 5.16% nos 5 anos e 6.52% nos 10 anos, no dia 27). **No caso de Portugal, o aumento das *yields* foi limitado pela realização de emissões bem-sucedidas no mercado primário, e pela indicação do Presidente do IGCP da realização, em breve (embora dependendo das condições de mercado), de emissões de dívida soberana a 10 anos**, o que permitiria o acesso de Portugal ao programa de compra de dívida do BCE (“transações monetárias diretas”).



**A evolução da *yields* de Portugal a 10 anos acompanhou o prémio de risco da dívida soberana nacional** (medido pelo diferencial face à Alemanha), que recuou de 7.65 pontos percentuais (p.p.) no final de novembro, para 5.69 p.p. no término de dezembro e 4.45 p.p. no fim de janeiro, tendo depois aumentado para 5.15 p.p. no dia 27 de fevereiro. Entre final de janeiro e 27 de fevereiro, o prémio de risco de Portugal aumentou 0.7 p.p., que compara com variações de 0.94 p.p. na Grécia, 0.77 p.p. na Itália, 0.37 p.p. em Espanha e -0.06 p.p. na Irlanda.

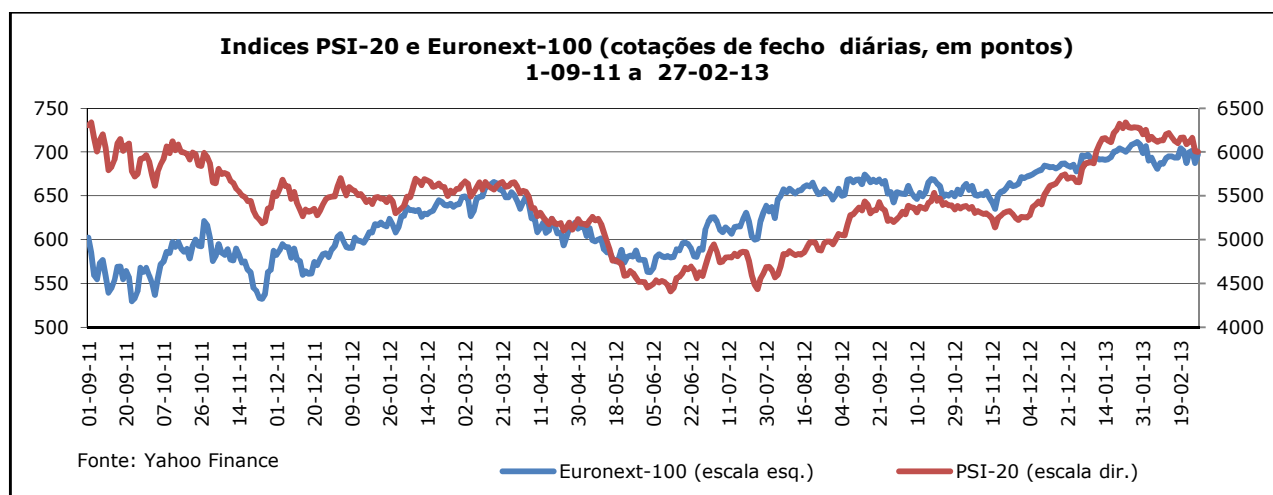


## 2.2. Mercado de Valores Mobiliários

Em dezembro, o índice acionista nacional PSI-20 valorizou 7.6% (para 5655.15 pontos, no dia 31), para o que contribuiu o anúncio da fusão entre Zon e a Optimus. Com o ganho registado em dezembro, o PSI-20 terminou 2012 com um saldo acumulado positivo de 2.9%.

A subida do PSI-20 acentuou-se em janeiro de 2013 (valorização de 9.7%, para 6201.43 pontos no dia 31, perto de máximos desde agosto de 2011) com o regresso bem-sucedido de Portugal ao mercado de dívida soberana de longo prazo, abrindo caminho a emissões obrigacionistas também pelos bancos e outras grandes empresas cotadas, com ganhos evidentes na capacidade de financiamento.

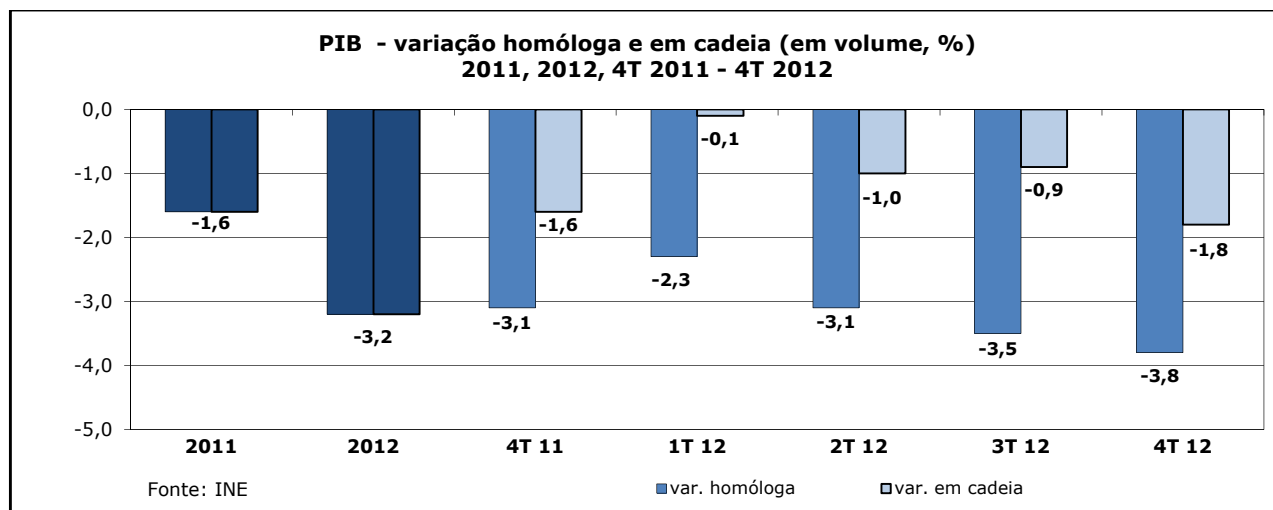
Já em fevereiro, o PSI-20 corrigiu 3.2% em baixa até dia 27 numa conjuntura mais desfavorável (queda da atividade económica em Portugal e na zona euro; tensões políticas em Espanha e em Itália), mas continuou a registar um ganho significativo desde o início do ano (6.1%).



### 3. Economia Real

#### 3.1. Atividade Económica Global

Segundo informação preliminar do INE (segunda estimativa), o PIB português registou uma variação real de -3.2% em 2012 (-1.6% em 2011), traduzindo a quebra mais acentuada desde 1975, associada ao programa de ajustamento económico e financeiro.



Na ótica da despesa, a forte contração do PIB foi explicada pelo recuo pronunciado da procura interna (cujo contributo para a variação do PIB se agravou de -6.3 para -7 pontos percentuais, p.p.), com quedas de 5.3% no consumo privado (3.9% em 2011) e 13.7% na FBC (13.8%). O contributo da procura externa líquida continuou a ser bastante positivo, apesar de alguma redução (de 4.7 para 3.9 p.p.), que foi motivada pelo abrandamento das exportações (de uma variação anual de 7.2% para 3.3%), pois as importações caíram a maior ritmo (6.9%, após 5.9% em 2011).

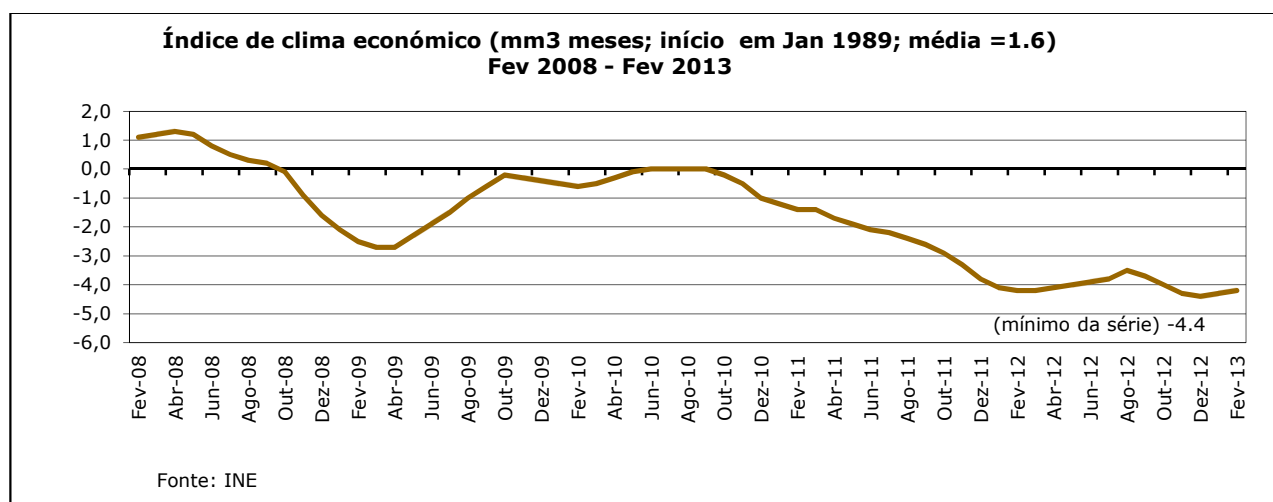
Na ótica da oferta, a quebra real de 2.4% do VAB sem impostos em 2012 (após uma descida de 1.3% em 2011; o VAB com impostos passou de uma queda de 1.7% para 3.1%) resultou das variações de -1% na agricultura, silvicultura e pesca (0.6% em 2011), -2.2% na indústria, energia, águas e saneamento (0.8% em 2011; no caso da indústria, a variação passou de 1.7% para -2.6%), -15.8% na construção (-9.7% em 2011) e -1.5% nos serviços (-1.2%).

Em termos de evolução intra-anual, a descida homóloga em volume do PIB foi-se agravando ao longo do 2012, atingindo 3.8% no quarto trimestre (após recuos de 3.5%, 3.1% e 2.3% nos trimestres anteriores), altura em que as exportações registaram uma quebra de 0.5% (após uma subida de 1.9% no terceiro trimestre) – associada a greves nos portos nacionais e à contração da economia europeia nesse período –, mais do que compensando algum desagravamento na evolução negativa do consumo e do investimento (recuos de 5.3% e 2.6%, em termos homólogos, após 6% e 14.4% no terceiro trimestre).

**Das contas nacionais, salienta-se ainda a queda de 4.2% do emprego em 2012, em forte agravamento** face aos anos anteriores (1.5% quer em 2011 quer em 2010, e 2.6% em 2009).

**Dados mais recentes apontam para um menor ritmo de quebra da atividade no início de 2013. O indicador coincidente de atividade do Banco de Portugal voltou a recuar de forma menos intensa em janeiro** (quebra homóloga de 1.4%), após um desagravamento no quarto trimestre (queda homóloga de 1.9%, menos 0.9 pontos percentuais do que no trimestre anterior), que não se verificou no andamento do PIB. **O indicador coincidente do consumo privado do Banco de Portugal continuou a registar uma evolução menos negativa em janeiro** (variação homóloga de -4.6%, após -4.9% no quarto trimestre e -5.3% no terceiro trimestre).

**O indicador de clima económico do INE aumentou em janeiro e fevereiro, após atingir um mínimo histórico em dezembro. Esta evolução sugere uma atenuação da quebra de atividade nos próximos meses. Nos indicadores de confiança** (que integram a maioria das questões usadas no indicador de clima), **a melhoria foi generalizada**, tendo a maior subida ocorrido no indicador de confiança dos **consumidores**, seguido pelos indicadores da **construção e obras públicas**, da **indústria transformadora**, dos **serviços** e do **comércio**.



## 3.2. Procura Interna

### 3.2.1. Consumo

#### Indicadores de consumo

	Fonte	12:II	12:III	12:IV	Out-12	Nov-12	Dez-12	Jan-13
Indic. Coincidente do Consumo Privado	BdP	-5.6	-5.3	-4.9	-5.0	-4.9	-4.8	-4.6
Indic. Confiança dos Consumidores <sup>(1)</sup>	INE	-51.5	-51.4	-59.8	-55.3	-59.0	-59.8	-58.7
Venda de automóveis não comerciais	ACAP	-35.5	-33.4	-30.3	-19.2	-25.3	-43.5	0.8
Importações de bens de consumo <sup>(2)</sup>	INE	-5.3	-7.7	-4.6	3.1	-4.5	-12.4	-0.7
Vol. de neg. do comércio a retalho <sup>(3)</sup>	INE	-6.6	-6.6	-7.2	-6.3	-5.9	-9.4	-3.7
Crédito ao consumo <sup>(4) (5)</sup>	BdP	-5.4	-6.1	-6.3	-6.4	-6.3	-6.3	-

*Taxas de variação face ao período homólogo do ano anterior. em percentagem (salvo indicação em contrário);*

*(1) Inquéritos de Conjuntura aos Consumidores e à Indústria Transformadora; saldo de respostas extremas (média móvel de 3 meses); (2) Taxa de variação homóloga nominal; exclui material de transporte; (3) Taxa de variação em termos reais; índice corrigido de sazonalidade e dos dias úteis; (4) Valores corrigidos de reclassificações e de operações de titularização de crédito; (5) variação anual em fim de período.*

**A informação mais recente sobre o consumo privado aponta para um comportamento menos negativo no início de 2013.** Destacam-se os dados de janeiro do indicador coincidente de consumo privado (variação homóloga de -4.6%, após -4.9% no quarto trimestre), do volume de negócios do comércio a retalho (variação homóloga real de -3.7%, face a -7.2% no quarto trimestre), do indicador de confiança dos consumidores (-58.7 pontos, após -59.8 pontos no quarto trimestre), das importações de bens de consumo (variação homóloga nominal de -0.7%, que compara com -4.6% no quarto trimestre) e das vendas de automóveis não comerciais, que retomaram o crescimento homólogo em janeiro (0.8%, após uma quebra nominal de 30.3% no quarto trimestre).



### 3.2.2. Investimento

#### Indicadores de investimento

	Fonte	12:II	12:III	12:IV	Out-12	Nov-12	Dez-12	Jan-13
Indicador de FBCF	INE	-17.5	-17.2	-16.6	-16.7	-16.3	-16.6	-
Vendas de veículos comerciais ligeiros	ACAP	-57.4	-55.5	-52.5	-45.2	-49.9	-57.0	-51.3
Importações bens de investimento	INE	-11.6	0.1	0.3	5.4	3.8	-8.0	-1.3
Índice produção bens de investimento	INE	-3.1	-10.8	-12.3	-5.9	-14.6	-17.1	-13.1
Vendas de cimento	BdP	-29.7	-31.5	-29.1	-24.7	-27.1	-37.3	-37.0
Índice de Produção na Construção <sup>(1)</sup>	INE	-17.6	-18.0	-18.3	-18.8	-18.2	-18.1	-
Crédito para compra de habitação <sup>(2) (3)</sup>	BdP	-2.9	-3.3	-3.6	-3.4	-3.5	-3.6	-
Crédito a sociedades não financeiras <sup>(2) (3)</sup>	BdP	0.0	-0.6	-0.7	-0.7	-0.6	-0.7	-

*Taxas de variação face ao período homólogo do ano anterior em percentagem (salvo indicação em contrário); (1) ajustados de efeitos de calendário; (2) Valores corrigidos de reclassificações e de operações de titularização de crédito, entre outras; (3) variação anual em fim de período.*

**Em relação ao investimento, pelo contrário, a maioria dos indicadores mais recentes sugere um andamento mais negativo no início de 2013, após algum desagravamento na parte final de 2012.** As importações de bens de investimento, a produção de bens de investimento, e as vendas de cimento registaram uma evolução homóloga mais desfavorável em janeiro (variações de -1.3%, -13.1% e -37%, respetivamente, após 0.3%, -12.3% e -29.1% no quarto trimestre).

### 3.3. Comércio Internacional

**Segundo dados provisórios do INE, o défice da balança de mercadorias situou-se em 10667.2 m.e. em 2012, correspondendo a uma redução anual de 34.8%, que decorreu do aumento de 5.8% nas exportações** (1% nas expedições para países comunitários e 19.8% para países extracomunitários) **e da queda de 5.4% nas importações** (com variações de -5% no mercado comunitário e 2.9% no extracomunitário). **A taxa de cobertura** (das importações pelas exportações) **aumentou para 81%, face a 72.4% em 2011.**

**A redução do desequilíbrio comercial atenuou-se no quarto trimestre** (quebra homóloga de 17.1%, face a 34.8% no conjunto de 2012, como foi mencionado), **devido ao abrandamento das exportações** (subida de apenas 1%, face a 5.8% em 2012, refletindo a quebra de 2.5% no mercado comunitário) **e a uma menor queda das importações** (3%, que compara com uma descida de 5.4% em 2012).

## Resultados globais preliminares da balança de mercadorias

	Jan-Dez 11	Jan-Dez 12	Var.hom. %	Out-Dez 11	Out-Dez 12	Var.hom. %
<b>Total</b>						
Saída (Fob)	42870.2	45347.4	5.8%	11021.6	11129.8	1.0%
Entrada (Cif)	59242.9	56014.6	-5.4%	14138.8	13713.2	-3.0%
Saldo	-16372.7	-10667.2	-34.8%	-3117.2	-2583.5	-17.1%
Taxa de Cobertura	72.4%	81.0%		78.0%	81.2%	
<b>União Europeia a 27</b>						
Expedição	31910.2	32217.6	1.0%	7956.3	7757.3	-2.5%
Chegada	43624.1	40182.3	-7.9%	10593.8	10065.5	-5.0%
Saldo	-11713.9	-7964.7	-32.0%	-2637.5	-2308.2	-12.5%
Taxa de Cobertura	73.1%	80.2%		75.1%	77.1%	
<b>Países Terceiros</b>						
Exportação	10959.9	13129.8	19.8%	3065.3	3372.5	10.0%
Importação	15618.8	15832.3	1.4%	3545.0	3647.8	2.9%
Saldo	-4658.9	-2702.5	-42.0%	-479.7	-275.3	-42.6%
Taxa de Cobertura	70.2%	82.9%		86.5%	92.5%	

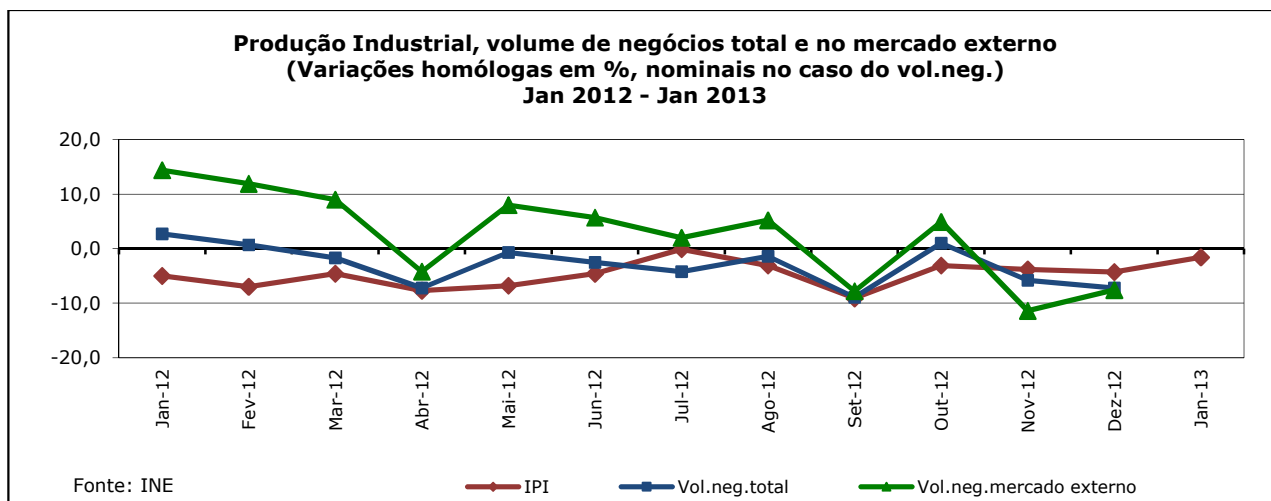
Fonte: INE; dados em milhões de euros.

Em termos de grandes categorias económicas, **no quarto trimestre destacam-se os decréscimos homólogos das saídas nas rubricas de Material de transporte e acessórios (-14.8%) e Combustíveis e lubrificantes (-8.7%), e o crescimento significativo nas Máquinas e outros bens de capital (15.2%).** No mesmo período, e no que se refere às entradas, salientam-se as diminuições no Material de transporte e acessórios (-14%) e nos Bens de consumo (-7,6%), e o acréscimo nos Combustíveis e lubrificantes (5.2%).

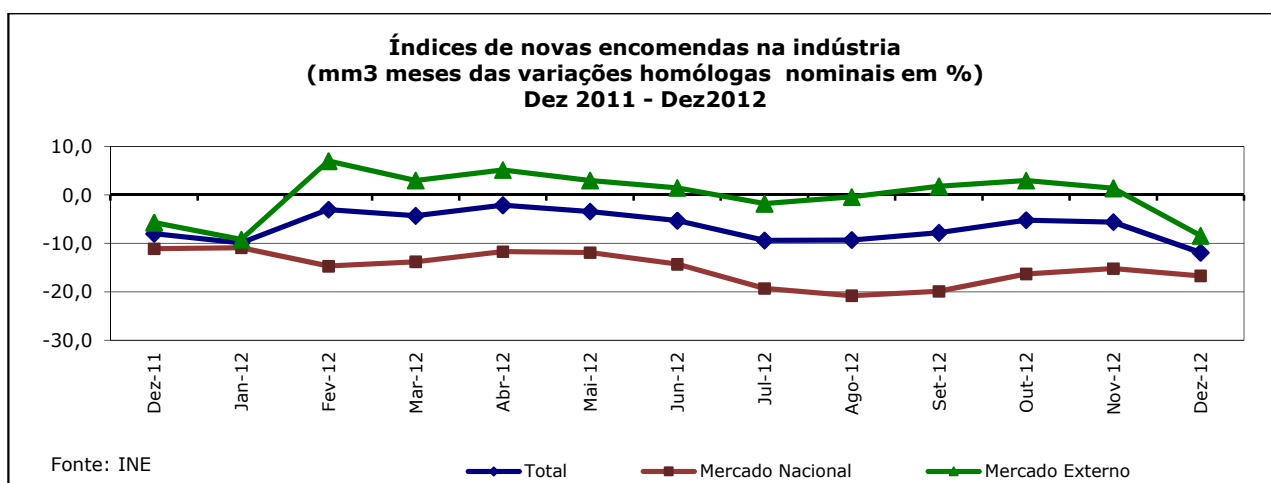
### 3.4. Conjuntura na Indústria

Relativamente à atividade industrial, os dados mais recentes mostram:

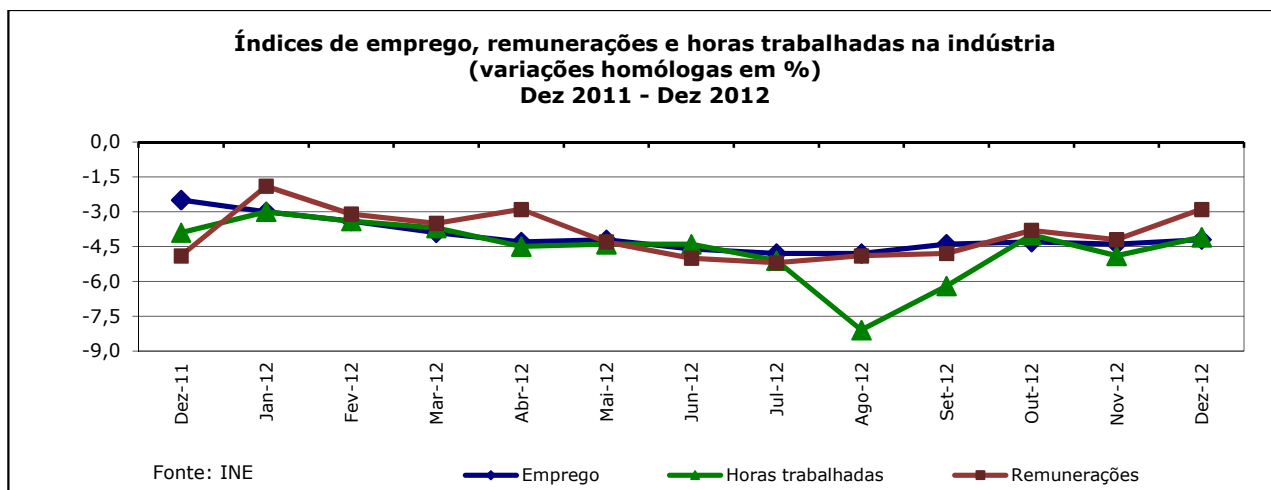
(i) **a variação homóloga de -1.6% da produção industrial em janeiro de 2013** (após -3.7% no quarto trimestre e -5% no conjunto de 2012; dados ajustados de efeitos de calendário) **e de -7.2% no volume de negócios em dezembro de 2012** (-4% no quarto trimestre e -3% em 2012), **que se repartiu entre -7.6% no mercado externo** (-4.7% no quarto trimestre e 2.3% em 2012) **e -7% no nacional** (-3.5% no quarto trimestre e -6.5% em 2012);



(ii) a **variação homóloga de -11.9% das novas encomendas industriais no quarto trimestre de 2012** (-5.6% no trimestre até novembro e -7.2% em 2012), **incluindo variações de -16.7% no mercado nacional** (-15.2% no trimestre até novembro e -16.1% em 2012) **e de -8.4% no mercado externo** (1.4% no trimestre até novembro e -0.5% no conjunto de 2012);



(iii) a **variação homóloga de -4.2% no índice de emprego industrial em dezembro de 2012** (-4.3% no quarto trimestre e -4.2% em 2012), **de -4.1% no índice de horas trabalhadas** (-4.3% no quarto trimestre e -4.6% em 2012, valores com ajustamento de calendário) **e -2.9% nas remunerações** (-3.6% no quarto trimestre e -3.9% em 2012).



Abaixo, apresenta-se um quadro com a evolução das componentes do índice geral de produção industrial, que registou uma queda de 5% em 2012, não obstante uma atenuação do ritmo de quebra homóloga no quarto trimestre (taxa de variação homóloga, tvh, de -3.7%, após -4.2% no trimestre anterior), movimento que prosseguiu em janeiro de 2013 (tvh de -1.6%).

Da informação por ramos de atividade, destaca-se a quebra de 16% na produção das indústrias de eletricidade, gás, água e ar em 2012 (mas com um desagravamento para uma tvh de -7.9% no quarto trimestre), bastante acima da queda de 2.9% registada na indústria transformadora (tvh de -1.8% no quarto trimestre), o ramo com maior peso. Nos dois ramos com menor peso (indústrias de águas e saneamento, e extrativas), as variações médias anuais apontavam para quebras na casa dos 5% em novembro, último mês com informação disponível. Já em janeiro de 2013, os dados mostram um alargamento da quebra homóloga para 3.5% na indústria transformadora, e uma forte retoma do crescimento nas indústrias de eletricidade, gás, água e ar (11.9%).

## Índice de produção industrial e componentes

	11: IV	12: I	12: II	12: III	12: IV	Nov-12 tvh	Dez-12 tvh tvma		Jan-13 tvh tvma	
Índice Geral	-4.4	-5.5	-6.4	-4.2	-3.7	-3.8	-4.3	-5.0	-1.6	-4.7
<b>Por ramos:</b>										
Indústrias Extrativa	17.2	2.7	14.2	-3.0	n.d.	-23.8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Ind. Transformadora	-4.3	-1.6	-4.9	-3.2	-1.8	-3.8	-3.3	-2.9	-3.5	-3.2
Eletr., Gás, Vapor, Água, Ar	-9.2	-25.5	-18.6	-10.0	-7.9	1.7	-7.4	-16.0	11.9	-12.5
Águas, saneamento, outros	-3.7	-3.5	-6.3	-8.5	n.d.	-6.6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>Por grandes agrupamentos:</b>										
Bens de Consumo	-9.3	-5.2	-3.0	-0.4	4.7	3.3	-0.5	-1.0	3.2	-0.1
Bens Intermédios e outros*	-2.8	-1.9	-5.6	-4.1	-5.0	-6.5	-2.4	-4.2	-5.6	-4.7
Bens de Capital	9.7	0.6	-3.1	-10.8	-12.3	-14.6	-17.1	-6.3	-13.1	-7.6
Energia	-6.5	-17.0	-16.4	-7.4	-10.1	-3.1	-7.0	-12.9	7.1	-10.9

Fonte: INE; dados com correção de efeitos de calendário e sujeitos a revisão; Base: 2005=100; CAE Rev.3; Taxas de variação percentual homóloga (tvh), exceto na última coluna (taxa de variação média anual – tvma); \* Inclui a recolha, tratamento e eliminação de resíduos; n.d.: não disponível.

Nos agrupamentos industriais, a maior quebra registada em 2012 pertenceu às indústrias da energia (taxa de variação anual, tvma, de -12.9%, com uma tvh de -10.1% no quarto trimestre), seguidas pelas indústrias de bens de capital (tvma de -6.3%, mas com uma tvh de -12.3% no quarto trimestre), pelas indústrias de bens intermédios (tvma de -4.2%; tvh de -5% no quarto trimestre) e pelas indústrias de bens e consumo (tvma de -1%; tvh de 4.7% no quarto trimestre). Já em janeiro, manteve-se a tendência de recuperação homóloga da produção no agrupamento de bens de consumo (tvh de 3.2%), e de agravamento da quebra de produção nas indústrias de bens intermédios (-5.6%) e de bens de capital (-13.1%), por comparação com as dinâmicas observadas no quarto trimestre. No caso das indústrias da energia, pelo contrário, os dados de janeiro mostraram uma inversão da tendência de descida, com uma forte recuperação (tvh de 7.1%).

Atendendo à divisão da indústria transformadora em subsectores e considerando a evolução da tvma da produção entre setembro e janeiro de 2013 (ou o último mês com informação disponível), os dados permitem destacar as seguintes tendências:

## Quanto a comportamentos negativos:

- (i) a **quebra** de produção nas indústrias de produtos petrolíferos (de uma tvma de 9.8% em setembro de 2012, para -3.5% em janeiro de 2013) e de veículos automóveis (de 7% para -12.2%);
- (ii) a **manutenção da contração** nas indústrias do tabaco (tvma de -11.7% em janeiro), do couro (-2.8%), de produtos químicos (-7.7%), de borracha e plásticos (-

6.5%), de outros minerais não metálicos (-12.9%), de máquinas e aparelhos elétricos (-5.4%), de mobiliário e colchões (-8.7%), de recolha, tratamento e eliminação de resíduos (-6.4%), de têxteis (-7.4% em dezembro de 2012), do vestuário (-0.6% em dezembro de 2012), de impressão (-18% em dezembro de 2012), de produtos metálicos (-1.8% em dezembro de 2012) e metalúrgicas de base (-2.1% em outubro de 2012).

#### **No que se refere a comportamentos positivos:**

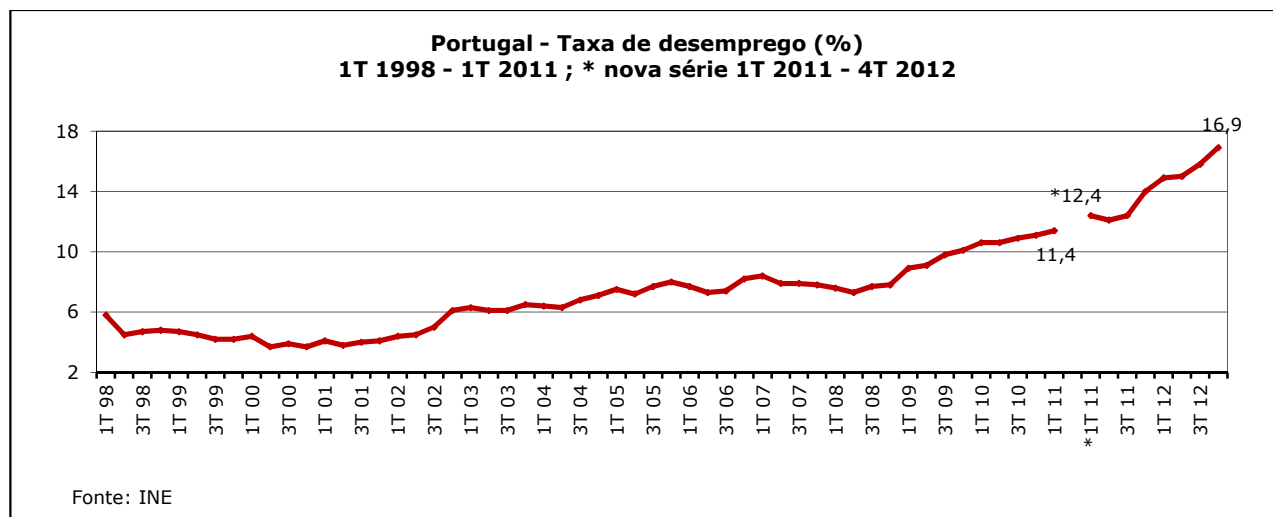
(i) a **retoma do crescimento** da produção na indústria alimentar (de uma tvma de -1.4% em setembro de 2012, para 0.2% em janeiro de 2013) e na de bebidas (de -4.9% para 3.4%);

(i) a **aceleração** da produção nas indústrias de madeira e cortiça (de uma tvma de 3.7% em setembro de 2012, para 5.4% em janeiro de 2013), de pasta e papel (de 0.4% para 1.2%) e de produtos farmacêuticos (de 5.8% para 8.4%).

### **3.5. Emprego e Desemprego**

**A taxa de desemprego nacional agravou-se para um novo máximo histórico de 16.9% no quarto trimestre de 2012**, correspondendo a um aumento de 2.9 p.p. em termos homólogos e de 1.1 p.p. em cadeia (nota: os dados não são corrigidos de sazonalidade, que influencia a evolução trimestral). **A população desempregada situou-se em 923.2 mil pessoas**, traduzindo um aumento homólogo de 19.7% e trimestral de 6% (mais 152.2 mil e 52.3 mil pessoas, respetivamente). **A população empregada diminuiu 4.3% em termos homólogos e 2.7% em cadeia** (menos 203.6 mil e 124.5 mil pessoas, respetivamente), passando para 4531.8 mil pessoas. Como a diminuição da população empregada superou o acréscimo da população desempregada no quarto trimestre, a população ativa diminuiu (0.9% em termos homólogos e 1.3% em cadeia), situando-se em 5.455 milhões de pessoas.

**A taxa de desemprego média anual em 2012 foi de 15.7%, o que representa um acréscimo de 2.9 p.p. em relação ao ano anterior.** O número de empregados registou um decréscimo de 4.2% na média do ano, e número de desempregados disparou 21.8% em termos médios.



De acordo com informação mais detalhada do INE, a subida homóloga da taxa de desemprego (não influenciada por sazonalidade, ao contrário da variação trimestral) no quarto trimestre de 2012 foi mais acentuada nos jovens (4.6 pontos percentuais, p.p., para 40%) e nas mulheres (3 p.p., para 17.1%). A taxa de desemprego de longa duração teve um aumento inferior à média (2.1 p.p. em termos homólogos), atingindo 9.5%. Tendo em conta a desagregação dos desempregados por grau de escolaridade, o nível de ensino superior foi o que registou a maior subida em termos homólogos no quarto trimestre (37.6%), seguido do secundário ou pós-secundário (24.7%) e do ensino básico (13.9%), mas o valor absoluto continuou a ser tanto maior quanto menor a formação (551.2 mil no ensino básico, 223.4 mil no secundário ou pós-secundário e 148.6 mil no superior). Por setor de atividade, os desempregados provenientes do setor secundário foram os que mais aumentaram em termos homólogos (24.1%), seguindo-se as subidas no setor terciário (16.5%) e no setor primário (6.6%). Em termos de emprego, o setor primário registou uma variação homóloga positiva (3.3%), em contraste com as quedas nos restantes setores (12.8% no setor secundário e 1.9% no setor terciário).



## Inquérito trimestral ao emprego

	4T 11	3T 12	4T 12	2011	2012	Var. hôm.	Var. trim.	Var. anual
<b>População ativa</b>	<b>5506.5</b>	<b>5527.2</b>	<b>5455.0</b>	<b>5543.2</b>	<b>5494.8</b>	<b>-0.9%</b>	<b>-1.3%</b>	<b>-0.9%</b>
<b>População empregada</b>	<b>4735.4</b>	<b>4656.3</b>	<b>4531.8</b>	<b>4837.0</b>	<b>4634.7</b>	<b>-4.3%</b>	<b>-2.7%</b>	<b>-4.2%</b>
Sector Primário	452.5	500.8	467.6	478.5	486.0	3.3%	-6.6%	1.6%
Sector Secundário	1274.3	1185.6	1111.7	1322.7	1188.3	-12.8%	-6.2%	-10.2%
Sector Terciário	3008.6	2969.9	2952.5	3035.9	2960.4	-1.9%	-0.6%	-2.5%
<b>População desempregada</b>	<b>771.0</b>	<b>870.9</b>	<b>923.2</b>	<b>706.1</b>	<b>860.1</b>	<b>19.7%</b>	<b>6.0%</b>	<b>21.8%</b>
Ensino básico: até 3º ciclo	484.0	517.9	551.2	464.8	523.3	13.9%	6.4%	12.6%
Ensino secundário ou pós-secundário	179.1	215.5	223.4	149.4	209.4	24.7%	3.7%	40.2%
Ensino superior	108.0	137.5	148.6	91.9	127.4	37.6%	8.1%	38.6%
<b>Desempregados à procura de novo emprego oriundos do:*</b>	<b>690.8</b>	<b>772.2</b>	<b>821.6</b>	<b>623.3</b>	<b>768.7</b>	<b>18.9%</b>	<b>6.4%</b>	<b>21.6%</b>
Sector Primário	16.6	15.7	17.7	14.0	17.8	6.6%	12.7%	27.1%
Sector Secundário	246.8	272.2	306.4	228.5	277.3	24.1%	12.6%	21.4%
Sector Terciário	399.8	456.6	465.9	362.2	442.3	16.5%	2.0%	22.1%
<b>Taxa de desemprego (% da população ativa)</b>	<b>14.0</b>	<b>15.8</b>	<b>16.9</b>	<b>12.7</b>	<b>15.7</b>	<b>2.9 p.p.</b>	<b>1.1 p.p.</b>	<b>3.0 p.p.</b>
Homens	13.9	16.0	16.8	12.4	15.7	2.9 p.p.	0.8 p.p.	3.3 p.p.
Mulheres	14.1	15.4	17.1	13.1	15.6	3.0 p.p.	1.7 p.p.	2.5 p.p.
Jovens (15-24 anos)	35.4	39.0	40.0	30.1	37.7	4.6 p.p.	1.0 p.p.	7.6 p.p.
Longa duração (12 e mais meses)	7.4	8.8	9.5	6.8	8.5	2.1 p.p.	0.7 p.p.	1.7 p.p.

Fonte: INE; Valores em milhares de pessoas, salvo outra indicação; p.p. – pontos percentuais; nota: variações (em taxas de variação ou pontos percentuais) afetadas por sazonalidade, não corrigida pelos dados. \* A experiência anterior de trabalho dos desempregados é caracterizada apenas para aqueles que deixaram o último emprego há 8 ou menos anos, pelo que a soma do número de desempregados à procura de novo emprego por setor da atividade anterior não corresponde ao total de desempregados à procura de novo emprego.

**Por regiões, o maior aumento homólogo da taxa de desemprego no quarto trimestre ocorreu na Região Autónoma da Madeira (6.2 p.p., para 19.7%), seguida pelo Alentejo (4.1 p.p., para 17.2%), por Lisboa (4 p.p., para 18.7%), pelo Norte (3.7 p.p., para 17.8%), pelo Algarve (2.2 p.p., para 19.7%), pela Região Autónoma dos Açores (1.1 p.p., para 16.2%), e pelo Centro (0.1 p.p., para 12.7%). As taxas de desemprego mais elevadas no quarto trimestre, já perto dos 20%, ocorreram nas regiões do Algarve e da Região Autónoma da Madeira (19.7%, nos dois casos), seguidas de Lisboa (18.7%). As três regiões registaram também os valores mais elevados na média de 2012 (17.9%, 17.5% e 17.6%, respetivamente). A região Centro apresentou o valor mais baixo da taxa de desemprego (12.7% no quarto trimestre e 12% na média de 2012), bastante inferior às restantes regiões.**

**Taxas de desemprego por região NUTS II (valores em %)**

	4T 11	3T 12	4T 12	2011	2012	Variação hom. (p.p.)	Variação trim (p.p.)	Variação anual (p.p.)
<b>Portugal</b>	<b>14.0</b>	<b>15.8</b>	<b>16.9</b>	<b>12.7</b>	<b>15.7</b>	<b>2.9</b>	<b>1.1</b>	<b>3.0</b>
Norte	14.1	16.4	17.8	13	16.1	3.7	1.4	3.1
Centro	12.6	12.5	12.7	10.3	12.0	0.1	0.2	1.7
Lisboa	14.7	17.8	18.7	14.1	17.6	4.0	0.9	3.5
Alentejo	13.1	16.1	17.2	12.4	15.9	4.1	1.1	3.5
Algarve	17.5	14.7	19.7	15.6	17.9	2.2	5	2.3
R. A. Açores	15.1	15.4	16.2	11.5	15.3	1.1	0.8	3.8
R. A. Madeira	13.5	17.5	19.7	13.8	17.5	6.2	2.2	3.7

Fonte: INE

**3.6. Preços****Índices de preços**

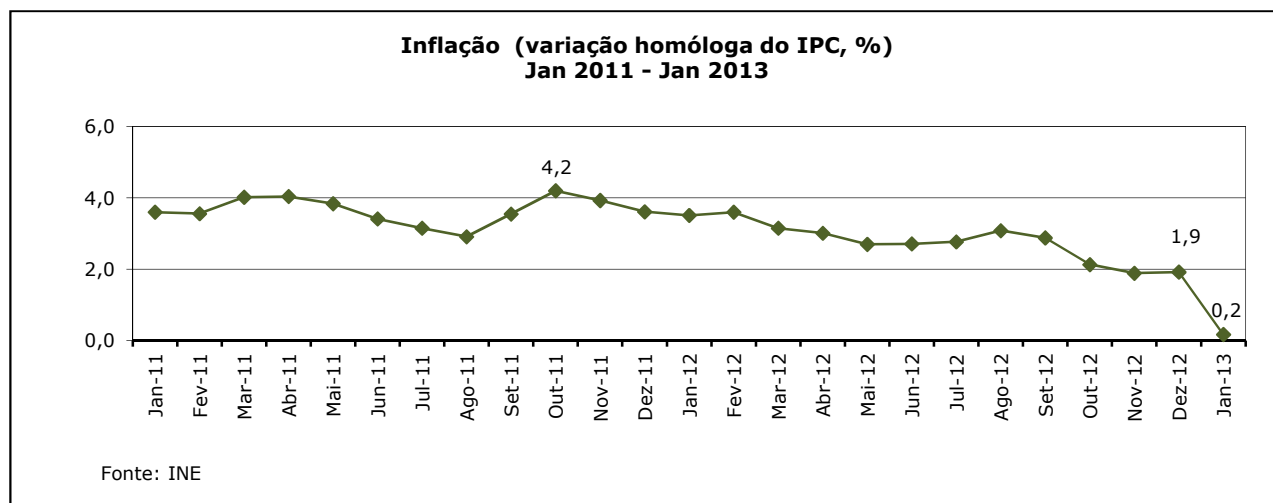
	tvh			tvh					tvma	
	12:II	12:III	12:IV	Set-12	Out-12	Nov-12	Dez-12	Jan-13	Dez-12	Jan-13
IPC Total	2.8	2.9	2.0	2.9	2.1	1.9	1.9	0.2	2.8	2.5
IHPC	2.8	3.0	2.0	2.9	2.1	1.9	2.1	0.4	2.8	2.5
IHPC bens	2.5	2.6	1.3	2.5	1.6	1.2	1.2			
IHPC serviços	3.1	3.4	3.1	3.5	3.0	3.0	3.4			

Fonte: Banco de Portugal. Taxas de variação percentual face ao período homólogo do ano anterior, salvo outra indicação. Tvma = taxa de variação média anual.

**No quarto trimestre de 2012, a taxa de inflação homóloga aferida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) reduziu-se para 2% (menos 0.9 pontos percentuais, p.p., que no trimestre anterior). A inflação média anual em 2012 situou-se em 2.8%, após 3.7% em 2011 (excluindo a energia e os bens alimentares, a média anual desceu de 2.3% para 1.5%).**

**Já em janeiro de 2013, a taxa de inflação homóloga medida pelo IPC recuou bruscamente para um mínimo de três anos (0.2%, após 1.9% em dezembro), mas a descida traduziu em grande parte a anulação dos efeitos de base associados ao agravamento do IVA (explicando 1.1 p.p. de descida, segundo o INE) e das taxas moderadoras na saúde em janeiro de 2012. O INE refere que o aumento do peso dos produtos sazonais contribuiu para a descida da inflação em janeiro, dado tratar-se de uma época de saldos na classe de vestuário e calçado. A taxa de inflação média anual, menos sujeita aos efeitos acima referidos, reduziu-se para 2.5% em janeiro (após 2.8% em dezembro de 2012), tendo o indicador de inflação**

subjacente (que exclui os produtos alimentares não transformados e a energia) recuado para 1.3% (menos 0.2 p.p. que em dezembro).

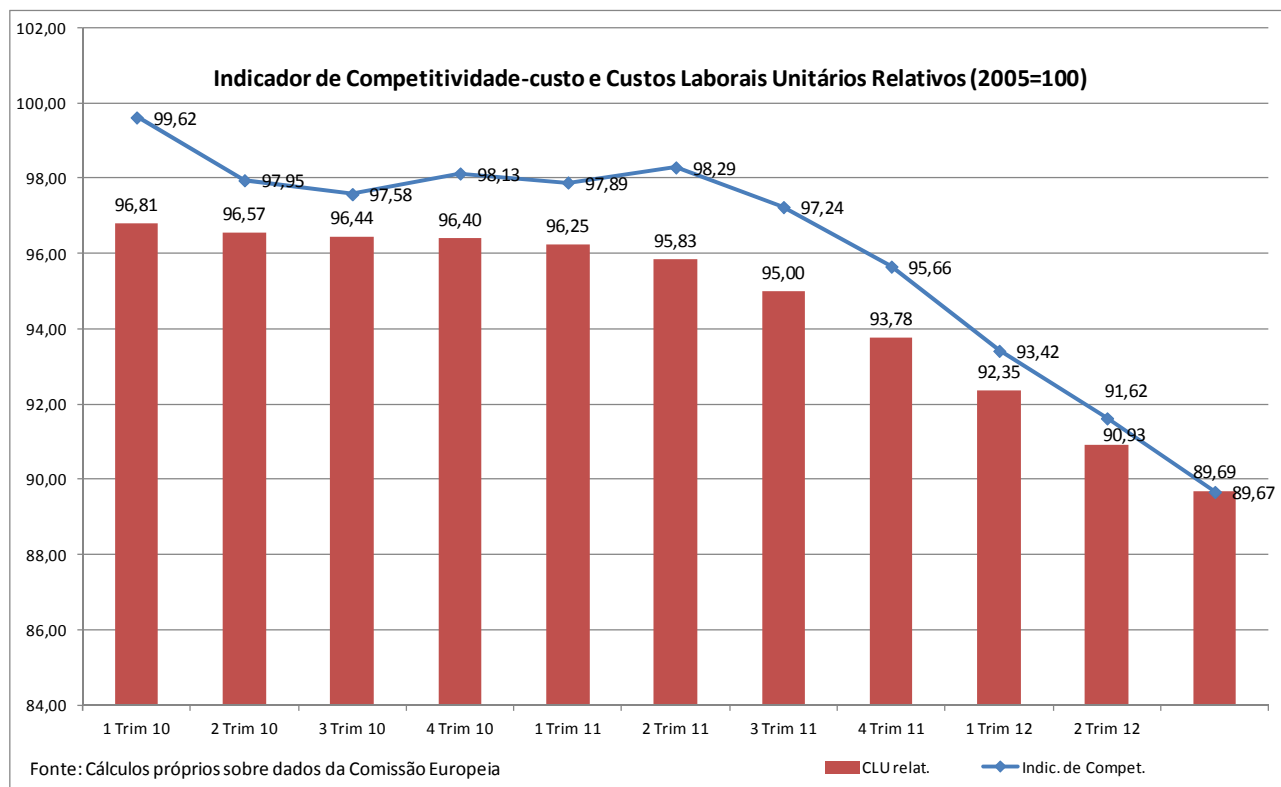


**A evolução do IHPC foi igual à do IPC no quarto trimestre (2%) e no conjunto de 2012 (2.8%, valor ainda superior à média da zona euro, que se situou em 2.5%). O detalhe dos dados do IHPC permite ainda afirmar que a descida da inflação no quarto trimestre (1 p.p., para 2%) se deveu, em grande medida, à redução da componente de bens (que passou de 2.6% para 1.3%), tendo a descida na componente de serviços sido apenas marginal (0.3 p.p., para 3.1%). Em janeiro, a taxa de variação homóloga do IHPC situou-se em 0.4% e a variação média anual em 2.5% (igual à do IPC), valor já em linha com a média da zona euro.**

**O indicador de competitividade-custo para a economia portuguesa (calculado com base nos custos laborais por unidade produzida e na taxa de câmbio efetiva contra um conjunto de 35 países) continuou a melhorar significativamente no terceiro trimestre de 2012, confirmando e consolidando a tendência que se vem registando desde o terceiro trimestre de 2011.**

De acordo com os últimos dados (revistos) da Comissão Europeia, **os ganhos de competitividade alcançados continuam a dever-se sobretudo ao comportamento dos custos laborais unitários relativos** (que têm registado reduções significativas), beneficiando também da evolução da taxa de câmbio nominal efetiva.

Em termos homólogos, no terceiro trimestre de 2012, o indicador de competitividade-custo registou uma variação negativa (reveladora de ganhos de competitividade) de 7.8%, resultante de uma depreciação cambial nominal efetiva de 2.3% e de uma queda de 5.6% dos custos laborais unitários relativos.



*Nota: O indicador de competitividade-custo é elaborado a partir de dados fornecidos pela Comissão Europeia e incorpora o impacto da evolução dos custos laborais unitários relativos de Portugal (total da economia) calculados face a trinta e cinco parceiros comerciais (restantes países da UE27 mais os EUA, Canadá, Japão, Suíça, Noruega, Austrália, Nova Zelândia, México e Turquia). Um aumento do índice corresponde a uma deterioração da competitividade-custo.*

### 3.7. Conjuntura de Pagamentos com o Exterior

Ao nível das contas externas, segundo dados preliminares do Banco de Portugal, **o défice da Balança Corrente reduziu-se para 2557 m.e. em 2012, traduzindo uma descida de 78.7% face ao ano anterior (menos 9426 m.e.) e um rácio de 1.5% no PIB<sup>3</sup> (7.2% em 2011). A subida acentuada do saldo corrente resultou da melhoria das principais rubricas:** os défices das balanças de mercadorias e de rendimentos reduziram-se em 5623 m.e. e 2042 m.e., respetivamente, enquanto os excedentes das balanças de serviços e de transferências correntes aumentaram 996 e 765 m.e.. **O saldo da balança de bens e serviços apresentou um excedente de 111 m.e. em 2012 (0.1% do PIB), após um défice de 6508 m.e. em 2011 (3.9% do PIB).**

<sup>3</sup> *Nota:* os valores do PIB considerados são os apresentados no Orçamento de Estado de 2012, estando em linha com os assumidos pelo FMI na sexta avaliação regular do programa de ajustamento, divulgada a 18 de janeiro.

Como o excedente da Balança de Capital aumentou para 3870 m.e. (mais 82.2% face a 2011, ou 1746 m.e., refletindo a evolução das entradas líquidas de fundos comunitários), o saldo agregado das balanças corrente e de capital situou-se num valor positivo de 1313 m.e. (0.8% do PIB) em 2012, após um défice de 9859 m.e. no ano anterior (5.9% do PIB).

## Balança de Pagamentos

	2009	2010	Jan-Dez 11	Jan-Dez 12	Var. %
<b>Balança Corrente</b>	<b>-18 402</b>	<b>-18 269</b>	<b>-11 983</b>	<b>-2 557</b>	<b>-78.7%</b>
Mercadorias	-17 794	-19 186	-14 205	-8 582	-39.6%
Serviços	5 985	6 661	7 697	8 693	12.9%
Rendimentos	-8 728	-7 939	-8 464	-6 422	-24.1%
Transferências Correntes	2 135	2 195	2 990	3 755	25.6%
<b>Balança de Capital</b>	<b>1 393</b>	<b>1 941</b>	<b>2 124</b>	<b>3 870</b>	<b>82.2%</b>
<b>Balança Financeira</b>	<b>17 486</b>	<b>15 575</b>	<b>9 766</b>	<b>-1 787</b>	<b>-118.3%</b>
Investimento Directo	1 360	7 655	-2 702	5 449	s.s.
De Portugal no exterior	-588	5 658	-10 722	-1 490	-86.1%
Do exterior em Portugal	1 948	1 998	8 021	6 939	-13.5%
Investimento de Carteira	15 049	-9 658	-4 562	-20 858	357.2%
Activos	-16 258	-2 442	24 108	10 320	-57.2%
Passivos	31 307	-7 216	-28 670	-31 178	8.7%
Outro Investimento	837	18 216	15 367	13 727	-10.7%
Activos	-1 165	-7 319	1 325	-1 908	s.s.
Passivos	2 002	25 535	14 042	15 636	11.4%
Derivados Financeiros	159	360	451	65	-85.6%
Activos de Reserva	80	-998	1 211	-170	s.s.
<b>Erros e Omissões</b>	<b>-477</b>	<b>753</b>	<b>94</b>	<b>473</b>	<b>403.2%</b>

Fonte: Banco de Portugal; dados provisórios expressos em milhões de euros (m.e.); s.s. – sem significado.

Notas prévias: a análise evolutiva das várias rubricas da Balança de Pagamentos deve ser feita com especial cautela, atendendo ao carácter provisório dos dados e à disparidade de valores da componente “erros e omissões” nos períodos em confronto, esperando-se a sua redução e redistribuição pelas outras componentes da Balança de Pagamento.

Em reflexo da obtenção de capacidade de financiamento externo, a **Balança Financeira** passou a apresentar um saldo negativo em 2012 (-1787 m.e., após um excedente de 9766 m.e. em 2011). A descida do saldo da Balança Financeira resultou, sobretudo, da evolução do investimento de carteira, cujo défice aumentou de 4562 m.e. para 20858 m.e. devido à menor venda de ativos (em 13788 m.e.) e a uma maior redução de passivos titulados (em 2508 m.e.), a refletir a compra de títulos do Tesouro de Portugal ao exterior pelos bancos nacionais. O saldo de outro investimento também se reduziu, mas de forma menos

expressiva (em 1640 m.e.), com a retoma das compras de ativos no exterior a mais do que compensar algum reforço dos passivos sobre o exterior, rubrica que integra os empréstimos não titulados da banca nacional no exterior, o que parece traduzir uma melhoria nas condições de acesso ao crédito. **A descida do saldo de investimento de carteira e outro investimento sobrepôs-se à recuperação muito significativa do investimento direto líquido** (de um saldo de - 2702 m.e. para 5449 m.e.), **traduzindo a redução dos fluxos de saída** (em 9232 m.e.), que mais do que compensou a redução do investimento direto estrangeiro (em 1082 m.e.), não obstante algumas operações de elevado valor conhecidas, como a compra da EDP pela China Three Gorges no âmbito do processo de privatização da empresa nacional. **Reitera-se, por isso, o carácter provisório dos dados** do Banco de Portugal, sujeitos a revisão.

*Este Relatório foi elaborado com informação até finais de fevereiro de 2013.*

---

## Anexo A

### **Nota sobre o relatório do FMI “Portugal: Rethinking the State—Selected Expenditure Reform Options”**

#### **Principais conclusões**

O Relatório do FMI focaliza-se em determinadas áreas da despesa pública, discutindo opções de reforma que permitam melhorar a eficiência e a equidade.

A meta fixada para a redução da despesa só pode ser atingida através de medidas focalizadas nas rubricas orçamentais com maior peso, em particular as **despesas com o pessoal** e as **pensões** (em conjunto estas duas rubricas representam 24% do PIB e 58% da despesa pública primária).

As reformas relacionadas com as despesas com o pessoal devem ser dirigidas a áreas em que detetem ganhos de eficiência e poupanças potencialmente fortes.

O excesso de emprego é uma preocupação nos setores da educação, nas forças de segurança, e relativamente a trabalhadores com baixa formação formal. No setor da saúde, a preocupação é pelas horas extraordinárias pagas aos médicos.

A focalização nestas áreas permitirá a prossecução de uma estratégia de ajustamento racional e evitará o recurso a cortes transversais.

A dimensão das poupanças nas despesas com o pessoal depende dos instrumentos que forem utilizados. O relatório nota que o recurso a rescisões voluntárias é o instrumento que apresenta maiores custos e pode levar à saída dos mais qualificados. Na sua estratégia para reduzir o volume do emprego público, o governo deve selecionar áreas específicas onde exista excesso de emprego e não se pode dar ao luxo de escolher as opções que apresentam maiores custos.

Reduções no número de funcionários ou de salários devem ser acompanhadas por uma estratégia de reformas setoriais que permitam melhorar os resultados.

Serão necessárias mais reformas nas pensões para permitir as desejadas metas de redução de despesa. Várias alternativas poderão conduzir aos mesmos resultados em termos de poupanças, mas só a aceleração da transição para o novo modelo e a alteração dos direitos atuais pode corrigir a presente falta de equidade em termos intergeracionais e entre categorias de beneficiários.



Para além das reformas relativas às pensões e ao emprego público e salários, são necessárias reformas em três áreas complementares:

- Nas outras prestações da segurança social, para além das pensões;
- No sistema de ensino;
- No sistema de saúde.

Com base nestas conclusões, após dois capítulos introdutórios de enquadramento, o relatório estrutura-se em cinco capítulos:

- **Salários e emprego públicos**
- **Pensões**
- **Outras prestações sociais**
- **Despesa na educação**
- **Saúde**

Em cada um destes temas, o respetivo capítulo faz um diagnóstico, levanta questões chave e lança opções de reforma, fornecendo assim uma base de trabalho para decisão por parte do Governo.

Deixando de lado a exata magnitude de poupanças que o Governo deverá visar, o relatório oferece assim um menu de opções para atingir reduções de despesa em áreas chave. Contudo, o relatório afirma que, para atingir a sustentabilidade das finanças públicas, o Governo reconhece a necessidade de reduzir a despesa em 4 mil milhões de euros em 2014 (cerca de 2.4% do PIB), 800 milhões dos quais deverão ser conseguidos já em 2013.

O relatório refere-se a um exercício de *benchmarking* que o Governo já realizou, que analisa a evolução das várias rubricas de despesa pública ao longo do tempo e compara os padrões de despesa e resultados com outros países europeus.

Este exercício revela uma sobredimensão do Estado em comparação com outros países europeus, em particular com elevada despesa na proteção social, educação, saúde e segurança.

### **Resumo das opções de reforma:**

#### **Salários e emprego públicos**

.....

A reforma da despesa pública com o pessoal é urgente. Poderá incluir três elementos principais:

- Reforma das remunerações
- Redução permanente do número de funcionários, abrindo caminho para a atração de jovens trabalhadores qualificados
- Aumento dos serviços e tecnologias partilhados, para limitar duplicações e sobreposições.

A reforma das remunerações é um elemento chave. Poderá incluir:

- Ajustar a tabela remuneratória única. Sugere-se um corte transversal nos vencimentos base que conduza, pelo menos, a poupanças idênticas às geradas pelos cortes (não permanentes) do OE 2013. Por exemplo, um corte entre os 3% e 7% geraria poupanças entre 325 e 760 milhões de euros anuais.
- Reduções adicionais nos suplementos salariais.
- Aumentos do horário de trabalho, alinhando com as 40 horas da maioria do setor privado, e nova redução da remuneração por horas extraordinárias (para mais 15% por hora). No total, poderiam gerar-se 300 milhões de euros de poupança.

As reduções no número de funcionários públicos deverão, preferencialmente, ser direcionadas a setores específicos. O relatório estima que um corte entre 10% e 20% no número de trabalhadores nas áreas identificadas daria uma poupança estimada entre 795 milhões de euros e 2700 milhões de euros. Sugerem-se várias opções:

- Melhor e mais intensiva utilização do regime de mobilidade especial, reformulado no sentido de tornar este regime temporário (até dois anos) conduzindo à reabsorção ou ao despedimento. A remuneração neste regime deveria ser decrescente ao longo do tempo.
- Rescisões voluntárias. Esta opção é a mais cara no curto-prazo e pode falhar se não for adequadamente direcionada. Poderá ser mais viável no futuro.
- Uma combinação das duas opções anteriores.
- Uso de um rácio mais restritivo de admissões por saídas. Sugere-se 1 para 5 (como na Grécia) ou um congelamento temporário total (como na Espanha).

O relatório defende ainda uma reorganização adicional da administração central, para além do atual PREMAC.

## **Pensões**

Sugerem-se três linhas de ação possíveis:

- Continuar com “ajustamentos incrementais”. Esta opção não resolveria estruturalmente os problemas do sistema de pensões. Por exemplo, uma redução transversal de 10% nas pensões conduziria a uma poupança de 2250 milhões de euros; uma redução de 15% acima da pensão mínima pouparia 1500 milhões. Os 13º e 14º meses poderiam ser transformados em bónus dependentes do crescimento do PIB (só seriam pagos se o PIB crescesse acima de 3%, por exemplo).
- Alterações na elegibilidade para acesso à reforma. Sugere-se, entre outras medidas, passar a idade de reforma para os 66 anos e a aplicação plena das regras do regime geral para a CGA (incluindo a pensão mínima).
- A terceira opção implica uma reforma mais radical, mexendo nos direitos dos atuais pensionistas. Sugere-se a redução imediata tendo em conta o aumento da esperança de vida entre 2000 e 2007, reduções adicionais para os pensionistas da CGA (20%), impor um *plafond* máximo de 12 vezes o IAS (5030 euros), fundir as estruturas administrativas da CGA e da SS, entre outras medidas.

## **Outras prestações sociais**

Sugere-se a limitação da duração do subsídio de desemprego e uma mais forte redução do seu montante a partir de determinado período<sup>4</sup>; eliminar prestações familiares acima de determinado nível de rendimento, eliminar determinadas prestações (por exemplo, o abono de família acima dos 18 anos), definir um limite global na atribuição de benefícios sociais familiares e/ou individuais.

## **Educação**

O relatório defende uma reforma no sentido de um sistema mais flexível, que limite o papel do Estado como prestador de serviços de educação.

---

<sup>4</sup> A nível ilustrativo, o Fundo lembra que, caso se transferisse quem está desempregado há mais de 10 meses do subsídio de desemprego para o subsídio social de desemprego, a poupança seria de 300 a 600 milhões de euros.

•-----

Sugere-se um modelo de financiamento das escolas com base no número de alunos de cada escola, com autonomia para contratação de professores e rigorosa avaliação de desempenho das escolas. A mudança implicaria a redução do número e salários dos professores.

Os professores excedentários seriam obrigatoriamente integrados no regime de mobilidade especial. Pessoal não docente também poderia ser integrado nesse regime.

A colocação no regime de mobilidade de pessoal docente e não docente (entre 30 a 50 mil) permitiria uma poupança entre 430 e 710 milhões de euros.

Para o ensino superior, sugere-se o aumento das propinas.

## **Saúde**

As medidas passam, entre outras medidas em áreas chave de ineficiência, pela limitação do recurso rotineiro a horas extraordinárias por parte dos médicos, pelo aumento das taxas moderadoras e por uma maior comparticipação na compra dos medicamentos por parte dos utentes.

Defende-se uma maior integração (até à integração total) dos vários sistemas (SNS, ADSE, outros subsistemas, por exemplo para os militares).

## **Anexo B**

### **Nota sobre documento de suporte às consultas do FMI (artº IV) “Portugal: Selected Issues Paper”**

#### **Principais conclusões**

O **documento de suporte** é constituído por quatro capítulos, destacando-se as conclusões e recomendações do primeiro e do último.

O **1º capítulo é um estudo empírico de *benchmarking***, onde se conclui que é possível Portugal atingir um crescimento económico anual de 2% a médio prazo através de uma recuperação (ainda que modesta) do investimento – não obstante a desalavancagem nos setores privado e público –, mas sobretudo por via da retoma da produtividade total de fatores (estagnada nas últimas décadas), que poderá crescer a um ritmo anual de 1% através de um esforço sustentado de reformas, nomeadamente nos mercados laboral e de produto, na educação e na lei de concorrência.

Os 2º e 3º capítulos (sobre competitividade e desalavancagem do setor financeiro, respetivamente) recapitulam análise e recomendações já conhecidas.

O **4º e último capítulo preconiza uma reforma orçamental sustentável promotora da equidade e do crescimento**. As recomendações de reforma da despesa acabam por ser uma repetição, em grande medida, do estudo de assistência técnica de redução de despesa divulgado no dia 9, pelo que se destacam as **recomendações de política fiscal e parafiscal**.

Tendo em conta que o esforço de consolidação orçamental se tem centrado sobretudo no lado da receita, o FMI defende que, após este necessário primeiro passo, **é necessário mudar a combinação de política fiscal no futuro** para que seja mais sustentável e conduza a uma menor perda do produto, isto independentemente da escolha que for feita quanto ao nível de despesa que os contribuintes portugueses estão dispostos a pagar. De qualquer modo, o FMI enfatiza que aumentar ainda mais a carga fiscal de Portugal (previsão de 37% do PIB em

.....

2013, passando a ficar acima da média europeia), além de dificilmente implementável, seria altamente penalizador do crescimento económico.

Por isso, as principais recomendações vão para a **composição da carga fiscal**, sendo defendida uma **redução da tributação do capital** (promovendo a atratividade do investimento e a criação de emprego) **em contrapartida de um agravamento dos impostos sobre o consumo** (explorando alguma margem de racionalização destes impostos), no sentido da composição média europeia.

Em particular, é **proposta a adoção de apenas duas taxas de IVA**<sup>5</sup>, que poderia ser neutral em termos de receita (mas em que a racionalização das taxas reduzidas poderia abrir caminho para uma redução da taxa normal) ou gerar receita adicional. Essa receita, a par com a redução preconizada da despesa fiscal nos vários impostos (além da já prevista, de 9% do PIB em 2010 para 6% em 2013)<sup>6</sup>, poderia servir para reduzir a carga fiscal sobre o trabalho e as taxas de IRS e de IRC.

No que se refere à **redução da carga fiscal sobre o trabalho**, e com vista a aumento do emprego, são **propostas três opções**: (i) uma redução da carga fiscal total sobre o trabalho; (ii) uma redução seletiva das contribuições dos empregadores para a Segurança Social incidindo apenas nos trabalhadores de menores rendimentos (tendo em conta que a elasticidade da procura de emprego tende a ser menor nestes trabalhadores); (iii) avaliar a possibilidade de alargar a base de incidência fiscal.

Em relação ao **IRS**, as várias propostas vão no sentido da simplificação, do alargamento da base de incidência e da redução da taxa máxima de imposto, que é uma das mais altas da Europa e pode incentivar a evasão fiscal. Realça-se a proposta de generalização da declaração individual de IRS, em linha com as práticas internacionais (considerando-se que a declaração por casal desincentiva o trabalho por agravar a taxa marginal de imposto marginal).

No **IRC**, é proposta uma reforma aprofundada com vista à redução das taxas, alargamento da base de incidência e simplificação. Concretamente, é defendida a

---

<sup>5</sup> O FMI defende, com base em evidência empírica, que a equidade é melhor defendida através de apoios sociais diretos do que por via das taxas reduzidas de IVA, que acabam por beneficiar mais, em termos absolutos, os escalões de rendimento superiores. É ainda referido que alguns dos bens sujeitos às taxas reduzida e intermédia não se referem a necessidades básicas (como por exemplo o vinho, as atividades culturais e a produtos alimentares transformados).

<sup>6</sup> Além da redução da despesa fiscal, o estudo defende uma aplicação mais seletiva, pois a capacidade para promover o crescimento e a equidade é “altamente questionável”, além de tornar o sistema fiscal mais complexo.

eliminação progressiva das sobretaxas municipais (derramas, consideradas receita volátil e concentrada nos municípios mais ricos) e estaduais (sobretaxa por limiar de lucro), e a redução da taxa geral de IRC para próximo da média europeia, aplicando-a também às regiões autónomas. É ainda preconizado um regime simplificado para as PME's (para aumentar o cumprimento e o controlo), e uma maior competitividade dos aspetos internacionais do imposto (como preços de transferência e acordos para reduzir a dupla tributação).

No que se refere aos **impostos sobre a propriedade**, é reiterada a transferência da carga fiscal do IMT para o IML, e defendido o alargamento da base fiscal das propriedades rurais.

Para além da simplificação do sistema fiscal, são apresentadas algumas propostas para **modernizar a administração fiscal** (com destaque para a redução da rede de repartições e finanças e concentração de recursos na cobrança de impostos), ajudando também a melhorar o ambiente e negócios.